

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL COMO TECNOLOGIA SOCIAL: UMA  
VIVÊNCIA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - UFT**

**SAMARA QUEIROGA BORGES GOMES DA COSTA**

**Palmas  
Dezembro, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL COMO TECNOLOGIA SOCIAL: UMA  
VIVÊNCIA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - UFT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Neila Barbosa Osório

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margo Gomes de Oliveira

**Palmas  
Dezembro, 2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

---

C837e. Costa, Samara Queiroga Borges Gomes da

A Educação Intergeracional como Tecnologia Social: uma vivência no âmbito da Universidade da Maturidade - UFT /  
Samara Queiroga Borges Gomes da Costa. Palmas: 2015  
131 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2015.

Orientador: Neila Barbosa Osório

Coorientador: Margo Gomes de Oliveira

1. Tecnologia Social. 2. Educação Intergeracional 3. Envelhecimento 4. Inclusão Social. 1.  
Título

**CDD370**

---

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

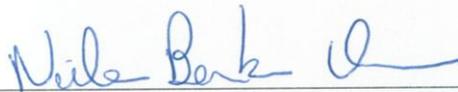
**A EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL COMO TECNOLOGIA SOCIAL: UMA  
VIVÊNCIA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - UFT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação

**SAMARA QUEIROGA BORGES GOMES DA COSTA**

**Dissertação de Mestrado em Educação, aprovada em 21 de dezembro de 2015**

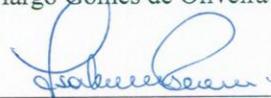
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr<sup>a</sup> Neila Barbosa Osório



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margô Gomes de Oliveira Karnikowski



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Cristina Auler Pereira



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jocyléia Santana dos Santos



Prof. Dr. Luiz Sinésio Silva Neto

**Palmas - 2015**

"A Teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a *práxis*, a ação criadora e modificadora da realidade."

Paulo Freire

Ao meu esposo Luciano Costa, a minha filha Palloma Christine por estarem sempre ao meu lado incentivando e apoiando em todas as minhas decisões, principalmente compreendendo os momentos que precisei me ausentar para dedicação aos estudos. À minha mãe Ana Sittour (*in memoriam*) base das minhas conquistas e presença constante na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora por sempre me concederem discernimento diante dos desafios e das escolhas no caminhar da minha existência.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins, a todos os professores do mestrado em Educação pelos conhecimentos que nos foram ministrados.

À minha orientadora Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neila Barbosa Osório pela confiança, por me ensinar o quão valoroso é o trabalho por meio da Educação Intergeracional, e principalmente pela valorosa orientação.

Às professoras Dr<sup>ª</sup> Jocyléia Santana, Dr<sup>ª</sup> Denise Capuzzo e Dr<sup>ª</sup> Isabel Cristina Auler pelas contribuições durante todo o processo de construção desta dissertação.

A minha família Luciano Costa e Palloma Christine pelo incentivo, apoio amor e carinho em todos os momentos.

Ao meu pai Pedro Trajano e a minha Tia Irmã Ana que sempre me fizeram acreditar que por meio da educação o mundo pode ser um lugar melhor.

À amiga Solange Bitterbier pelo carinho, atenção, apoio em todos os momentos, especialmente nesta dissertação

Aos meus féis companheiros Átila e Thor, nas infindáveis madrugadas que estiveram ao meu lado, fazendo companhia.

A todos os colegas do curso e do trabalho, em especial ao Edson Oliveira, que dispensaram atenção, e contribuíram para a superação desta jornada.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UMA	Universidade da Maturidade
UFT	Universidade Federal do Tocantins
IPES	Instituto Presbiteriano Educacional e Social
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Renaspsi	Projeto da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
SUS	Sistema Único de Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Parfor	Plano Nacional de Formação de Professores

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – População Idosa Brasileira (2000 – 2010) .....	41
<b>Figura 02</b> – Pesquisa IBOPE 2010 sobre Gerações .....	59
<b>Figura 03</b> - Alunos da UMA: Apresentação de Peça Teatral .....	93
<b>Figura 04</b> – Alunos da UMA e crianças da Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes de Sousa .....	94
<b>Figura 05</b> - Atividade do Projeto <i>Care of Sameone</i> na UMA .....	95
<b>Figura 06</b> – Alunos da UMA e do Centro Educacional São Francisco .....	96
<b>Figura 07</b> – Palestra realizada no Instituto Presbiteriano Educacional e Social .....	97
<b>Figura 08</b> - Sr. Osvaldo Marques e alunos do Instituto Presbiteriano Educacional e Social .....	98
<b>Figura 09</b> - Alunos da UMA com jovens do projeto Renapsi .....	99
<b>Figura 10</b> – Atividade do Projeto Renapsi na UMA .....	99
<b>Figura 11</b> - Centro de Educação Infantil Nicolas Quagliariello Vêncio .....	102
<b>Figura 12</b> - Boneca símbolo do Projeto “Meus avós são estrelas” .....	103
<b>Figuras 13</b> - Atividade Culinária com uma avó .....	104
<b>Figura 14</b> – Interação Intergeracional durante atividade culinária .....	104
<b>Figura 15</b> – Apresentação do Teatro dedoche .....	105
<b>Figura 16</b> – Exposição de quadros de aluna da UMA .....	106
<b>Figura 17</b> - Entrega de quadro durante o chá da vovó .....	106
<b>Figura 18</b> – Homenagem a Vovó da UMA.....	107
<b>Figura 19</b> – Frase escolhida pela Turma da sabedoria durante os Jogos Internos .....	
<b>Figuras 20</b> - Alunos da UMA no Carnaval/2015 no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio.....	108
<b>Figura 21</b> - Alunos da UMA no Carnaval/2015 interagindo com as crianças da Educação Infantil .....	110 111
<b>Figura 22</b> - Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio .....	111
<b>Figura 23</b> - Comemoração no Dia Mundial do Brincar crianças da Educação Infantil	112
<b>Figura 24</b> - Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar interagindo com as crianças da Educação Infantil .....	112

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 01</b> – Expectativa de Vida Global.....	40
<b>Tabela 02</b> – Participação dos grupos etários na população residente .....	42
<b>Tabela 03</b> – Linha do Tempo das Gerações.....	54

## RESUMO

A expectativa de vida dos seres humanos vem aumentando na maioria dos países e há a preocupação das sociedades em solucionar desafios associados a este fato. Neste contexto está a escola, que possui a atribuição de formar cidadãos capazes de compreender a diversidade em que estão inseridos na esfera social e a relevância do respeito às diversas gerações, em consonância com as suas especificidades, tendo como base as mudanças sociais e culturais que vão se alterando no decorrer dos anos. Diante disto, questiona-se: como possibilitar a interação entre gerações, em âmbito escolar, visando à inclusão social, durante o processo de aprendizagem até o desenvolvimento das crianças, com internalização do conceito de envelhecimento? Tendo em vista esse questionamento, buscou-se evidenciar, no âmbito da Educação Básica, o papel da Educação Intergeracional como Tecnologia Social e sua função como instrumento no desenvolvimento de ações pedagógicas que integrem gerações e possibilitem o desenvolvimento de sujeitos compromissados com a transformação da sociedade, com base, principalmente, nos teóricos: Pesce (2013), Andery (2012), Santos (2010), Kuhn (2000), Chizzotti (2006), Rezende (1990), Merleau-Ponty (2001); Vygostky (1999), Beauvoir (1976), Groisman (1999), Rego (1995), Strauss e Howe (1992), McCrindle (2009), Lombardia (2008), Debert (2006); Lèvy (1999), Sasaki (1997), Valadão *et al* (2014), Carvalho (1997), De Paulo (2004). A utilização da Educação Intergeracional como Tecnologia Social, possibilita transformações nas quais as crianças possam compreender que o indivíduo mais velho não possui um papel secundário na sociedade. Ensinar as especificidades das gerações, por meio de atividades intergeracionais desenvolvidas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, durante o processo de aprendizagem das crianças, possibilita a estas um desenvolvimento que gera transformação e, formação de indivíduos com a compreensão da heterogeneidade da sociedade em que estão imersos, além de possibilitar a compreensão de que o respeito ao outro pode reduzir os conflitos intergeracionais.

Palavras Chaves: Tecnologia Social. Educação Intergeracional. Envelhecimento e inclusão social.

## ABSTRACT

Life expectancy is increasing in the majority of countries and there is concern in the societies about solving the challenges associated with this fact. In this context there is the school, which possesses the task of forming citizens capable of understanding both the diversity in which they are involved in the social sphere and the relevance of respecting the different generations, according with their specific characters, based upon the social and cultural changes that arise over the years. This situation brings up the question: how to enable an interaction among generations aimed at social inclusion during the children's learning process in which the concept of aging could be internalized? In view of such question, this research seeks to show the role of the intergenerational education as social technology and its functionality as an instrument for the development of pedagogical actions that can integrate generations and enable the development of subjects committed with the transformation of society. This was made based mainly in the following theorists: Pesce (2013), Andery (2012), Santos (2010), Kuhn (2000), Chizzotti (2006), Rezende (1990), Merleau-Ponty (2001); Vygostky (1999), Beauvoir (1976), Groisman (1999), Rego (1995), Strauss e Howe (1992), McCrindle (2009), Lombardia (2008), Debert (2006); Lèvy (1999), Sasaki (1997), Valadão *et al* (2014), Carvalho (1997) De Paulo (2004). The use of intergenerational education as social technology enables transformations in which the children can understand that older individuals doesn't have a secondary role in society. To teach the specific characters of the generations with intergenerational activities developed by means of inter- and transdisciplinarity will enable to the children a kind of development that generates transformation and thus, the formation of individuals who understand the differences of the society in which they are involved and who can therefore respect the others, reducing intergenerational conflicts.

Keywords: social technology, intergenerational education, aging and social inclusion.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
2.1 MODELOS CONCEITUAL DA PESQUISA.....	20
2.2.1 A pesquisa em educação .....	20
2.2.2 Abordagem qualitativa com enfoque Fenomenológico.....	26
2.2.3 A pesquisadora.....	30
2.2 ESCOLHA DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E O PROCESSO DE COLETA DE INFORMAÇÕES .....	34
2.2.1 Métodos para coletas das informações.....	38
<b>3 A EXPECTATIVA DE VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS: CONFLITOS INTERGERACIONAIS.....</b>	<b>40</b>
3.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DIREITOS RESGUARDADOS; INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA A SEREM CONQUISTADOS POR MEIO DA EDUCAÇÃO.....	40
3.1.1 Conquistas alcançadas por meio da Carta Magna .....	44
3.2 NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIAL A PARTIR DAS ESPECIFICIDADES DAS GERAÇÕES .....	52
3.2.1 Geração Silenciosa .....	55
3.2.2 Geração <i>Baby Boomer</i> .....	55
3.2.3 Geração X ou <i>baby buster</i> .....	56
3.2.4 Geração Y .....	57
3.2.5 Geração Z.....	55
3.2.6 Geração Alfa.....	58
3.2.7 A convivência intergeracional .....	59
3.3 CONFLITOS INTERGERACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.....	61
<b>4 A INTERGERACIONALIDADE NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....</b>	<b>69</b>
4.1 TECNOLOGIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA INTERGERACIONALIDADE.....	69
4.2 APLICABILIDADE DE ATIVIDADES INTERGERACIONAIS NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM TRANSVERSAL .....	82
4.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS INTERGERACIONAIS NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE PLANEJAMENTO DIDÁTICO .....	84

<b>5 EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL COMO TECNOLOGIA SOCIAL: UMA VISÃO A PARTIR DA PRÁTICA EDUCATIVA NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE.....</b>	<b>92</b>
5.1 RELATO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS INTERGERACIONAIS REALIZADAS POR DISCENTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE.....	92
<b>5.1.1 Apresentação de peças teatrais.....</b>	<b>93</b>
<b>5.1.2 Aula Intergeracional com alunos do Centro Educacional São Francisco.....</b>	<b>95</b>
<b>5.1.3 Realização de palestras para jovens.....</b>	<b>97</b>
<b>5.1.4 Projeto da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renpsi).....</b>	<b>98</b>
<b>5.1.5 Reflexões acerca das atividades intergeracionais.....</b>	<b>99</b>
5.1.5.1 Reflexões sob a perspectivas das crianças e adolescentes.....	99
5.1.5.2 Reflexões sob as perspectivas dos alunos da Universidade da Maturidade.....	101
6.2 ANÁLISE DE UM PROJETO INTERGERACIONAIS REALIZADO COM PLANEJAMENTO ANUAL.....	97
<b>6.2.1 Ações desenvolvidas pelo Projeto “Meus avós são estrelas”.....</b>	<b>98</b>
6.2.1.1 Escolha do nome da turma.....	98
6.2.1.2 Escolha do nome da boneca que simbolizava os avós dos alunos.....	99
6.2.1.3 Experiência culinária com uma avó.....	100
6.2.1.4 Festejos juninos.....	100
6.2.1.5 Apresentação de teatro dedoche.....	101
6.2.1.6 Chá da vovó.....	102
6.2.1.7 Construção de texto coletivo.....	103
6.2.1.8 Jogos Internos .....	103
6.2.1.9 Construção de uma lista com os direitos dos avós.....	104
<b>6.2.2 Reflexão sobre o Projeto Meus Avós são Estrelas.....</b>	<b>109</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO A – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS PO ANO E POR SEXO (PALMAS TOTAL) .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO B – TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS POR ANO E POR SEXO (DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO – DEPI) .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações que permearam a evolução da humanidade aumentaram a expectativa de vida, principalmente diante dos avanços tecnológicos das últimas décadas. A junção de vários fatores foram determinantes para este fenômeno, tais como: facilidades para a obtenção de alimentos já que o ser humano não necessita mais caçar para realizar suas refeições; melhorias nas condições sanitárias que propiciaram reduções no quantitativo de epidemias; cuidados básicos com a higiene; avanços na área da saúde tais como melhorias nos procedimentos cirúrgicos e na eficácia dos medicamentos para tratamento de doenças consideradas incuráveis, dentre outros.

Diante de tais mudanças, a promoção de políticas públicas adequadas a esta modificação da pirâmide etária é o grande desafio do século XXI, para todos os países. No Brasil, a população está aumentando juntamente com a expectativa de vida, o que torna essencial existir qualidade nesse processo de envelhecimento e, atrelada a esta qualidade, está, entre outros fatores, o anseio de um convívio intergeracional harmonioso e digno.

Nesta questão de qualidade de vida, em pesquisa realizada com 91% da população mundial de idosos, que perfaz um total aproximado de 901 milhões de pessoa, em 96 países, foi criado um *ranking*, denominado de *Age Watch Index*, produzida pela Organização não Governamental *Global Helpage International*, com a colaboração da Universidade *Southampton*, do Reino Unido. Este estudo considerou: a renda; saúde; educação e emprego; e ambiente favorável. O Brasil ocupou o 13º lugar em renda, 43º em saúde; 58º em educação e emprego; e 87º em ambiente favorável, e na classificação geral ficou em 56º, o que, considerando os países sul americanos, o deixa em colocação abaixo do Chile (21º), Uruguai (37º), Argentina (31º), Colômbia (36º), Equador (44º) e Peru (48º). Em primeiro lugar da classificação está a Suíça (Estado de São Paulo, 2015).

Este estudo é relevante, porque demonstra o nível de investimento em uma parcela da sociedade que está crescendo. Estima-se que em 2050, 46%, dos 91 países que foram pesquisados, terá um aumento de 30% da população composta por adultos maiores de 60 anos (ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

As pesquisas científicas que abordam o tema envelhecimento direcionam, normalmente, os estudos para a ciência da saúde, com o direcionamento maior para a ciência biológica (PRADO *et al*, 2004). No âmbito da educação as pesquisas ainda estão emergindo, a maioria porém, com foco na geriatria, sendo ainda insipientes quando a abordagem é sob a

ótica da Educação Intergeracional no que tange as ações pedagógicas que desenvolvam a integração entre gerações na escola.

Diante do desenvolvimento desse assunto, refletiu-se sobre a Educação Intergeracional como uma Tecnologia Social que possibilita a inclusão das gerações por meio da interação e mediação da escola, assim como pela capacitação de profissionais da educação que vislumbrem o respeito às diferenças, que desconstruam paradigmas edificados desfavoravelmente ao que é considerado velho e demonstrem a necessidade de ações/atividades educacionais voltadas a intergeracionalidade para a aprendizagem e o desenvolvimento do educando.

Refletiu-se sobre a relevância da escola quanto ao ensejo de propiciar uma educação que semeie a compreensão do indivíduo sob uma perspectiva histórico social, que respeite as especificidades e ofereça a possibilidade de trabalhar na escola atividades pedagógicas construídas numa perspectiva intergeracional. Para Gomes (2007), o grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças.

Ao possibilitar ao indivíduo que está constantemente em processo de desenvolvimento o reconhecimento das diferenças, da diversidade, das identidades e da cultura, será plausível o surgimento de um ambiente de convivência adequado para um melhor desempenho de ações e atividades pedagógicas que irão refletir na conduta de respeito ao próximo, especificamente no trato entre gerações.

A principal celeuma neste processo de educação intergeracional perpassa pela compreensão das características específicas da velhice, como ponto deflagrador para a transformação da sociedade. Destaca-se a Educação Básica como o alicerce indispensável para a capacidade de exercer, em plenitude, o direito à cidadania, dado que é neste período de tempo, de espaço e contexto que o indivíduo aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivoemocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, com respeito às diferenças (BRASIL, 2013).

Sob esse aspecto histórico social, considerando que a educação é essencial para a formação do indivíduo em sua essência humana e a escola, constituída por profissionais, que possuam em sua formação pedagógica habilidades e competências para utilizar a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, foi desenvolvida esta pesquisa com os marcos teóricos: a) aspectos metodológicos: Pesce (2013), Andery (2012), Santos (2010), Kuhn (2000), Chizzotti (2006), Rezende (1990), Merleau-Ponty (2001); b) aspectos referente Educação Intergeracional: Vygostky (1999), Beauvoir (1976), Groisman (1999), Rego (1995), Strauss e Howe (1992), McCrindle (2009), Lombardia (2008), Debert (2006); c) aspectos da

Tecnologia Social: Lèvy (1999), Sasaki (1997), Valadão *et al* (2014), Carvalho (1997), De Paulo (2004).

Desse modo, o presente texto partiu do pressuposto que, tal como foi salientado, o aumento da expectativa de vida propiciou o aumento da convivência intergeracional muitas vezes conflituosas. Buscou-se refletir sobre as consequências do aumento da expectativa de vida dos seres humanos e a relevância da inserção, em âmbito escolar, de ações que ressaltem a importância do respeito às identidades e as diferenças sociais, principalmente sobre concepções de intergeracionalidade.

Diante disso, esta pesquisa foi realizada com a finalidade de evidenciar, no âmbito da Educação Básica, o papel da Educação Intergeracional como Tecnologia Social e sua função como instrumento no desenvolvimento de ações pedagógicas que integrem gerações e possibilitem o desenvolvimento de sujeitos compromissados com a transformação da sociedade.

Para atendimento ao objetivo geral e delineamento desta dissertação foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ verificar, a partir das especificidades das gerações, as consequências da convivência intergeracional e a sua relação com a educação formal;
- ✓ relacionar a Tecnologia Social na educação sob a perspectiva da intergeracionalidade;
- ✓ ressaltar a ressignificação do planejamento didático sob a conjuntura da Educação Intergeracional como Tecnologia Social;
- ✓ analisar experiências educacionais intergeracionais desenvolvidas entre os discentes do projeto de extensão da Universidade da Maturidade e escolas da Educação Básica do município de Palmas - TO.

Para desenvolvimento desta pesquisa, com enfoque fenomenológico, foram levantadas suposições relativas à Educação Intergeracional como Tecnologia Social, cujas quais foram respondidas no último capítulo desta dissertação com fundamento nas informações levantadas, principalmente, por relatos obtidos por meio das entrevistas realizadas, em conformidade com os ensinamentos de Perse *et al* (2013):

Diferentemente das pesquisas positivistas, a investigação com base na Fenomenologia não lida com o conceito de hipóteses (que devem ser verificadas), mas sim com o conceito de suposições (que devem ser respondidas, com base na análise dos relatos dos sujeitos (PERSE *et al*, 2013, p. 23).

Desta forma, foram levantadas as suposições, abaixo elencadas:

- ✓ A escola pode possibilitar a transformação de indivíduos para a compreensão e respeito à heterogeneidade e especificidades entre gerações?
- ✓ Pode a Educação Intergeracional ser considerada como Tecnologia Social?
- ✓ As práticas Educativas Intergeracionais possibilitam a existência de um convívio mais harmonioso entre gerações?

Neste direcionamento, a dissertação foi apresentada em quatro sessões, sendo que na primeira foi realizada o delineamento metodológico da pesquisa, no qual se apresenta o modelo conceitual, a escolha da instituição e o processo de coleta de informação que foi utilizado nesta pesquisa.

Na segunda sessão foi relatado o aumento da expectativa de vida e as implicações sociais, principalmente os conflitos intergeracionais, que surgiram em decorrência desse fenômeno. Para tanto, iniciou-se com informações acerca de levantamentos realizados quanto à expectativa de vida nas últimas décadas e o surgimento de políticas e normativas que foram publicadas no intuito de garantir direitos e respeito à dignidade das pessoas mais velhas. Contudo, apesar da existência de normas, os conflitos persistem, então foi abordado o tema conflito intergeracional e a sua relação com a educação, sendo esta apresentada como uma possibilidade de transformação de indivíduos durante o período da Educação Básica.

Na terceira sessão o enfoque foi a intergeracionalidade no âmbito educacional, onde foi destacada a importância da educação para a efetividade da inclusão social e a partir desta perspectiva a Educação Intergeracional foi equiparada a Tecnologia Social, sendo considerada como um instrumento metodológico nas execuções de ações pedagógicas que tenham por objetivo incentivar a relação harmoniosa entre gerações e, desta forma, partindo do princípio de que todos são seres humanos se educam, conforme ensinamento de Resende (1990) e de que sejam capazes de transformar a sociedade em que vivem com respeito a dignidade, heterogeneidade e especificidade de todos os indivíduos, independente de qual geração pertençam.

Porém, para que tais atividades intergeracionais sejam desenvolvidas nas escolas, não de forma pontual, mas continuamente de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, é relevante que os profissionais da educação estejam preparados para a execução dessas habilidades, diante disso o último item do terceiro capítulo tratou sobre a importância de que no processo de formação dos professores componentes curriculares com a temática intergeracionalidade sejam trabalhados.

Na quarta e última sessão foram apresentadas experiências de atividades intergeracionais que foram desenvolvidas pela Universidade Federal do Tocantins por meio do projeto de Extensão da Universidade da Maturidade com ênfase a parceria com o Centro de Educação Infantil do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - Nícolas Quagliariello Vênancio, em decorrência do premiado projeto "Meus Avós São Estrelas" que abordou a Educação Intergeracional. Ao analisar as atividades intergeracionais pesquisadas, o maior enfoque foi para as transformações relatadas pelas experiências que cada indivíduo expôs, por meio de observações e grupo focal.

## 2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

### 2.1 MODELO CONCEITUAL DA PESQUISA

#### 2.2.2 A Pesquisa em educação

A ciência é uma das formas de conhecimento que o homem produziu no decorrer da evolução histórica com o objetivo de entender e explicar racional e objetivamente o mundo e desta feita possibilitar intervenções e, por meio destas, satisfazer aos seus interesses (SOUZA, 1995). Já a produção científica abrange diversas práticas sociais que irão possibilitar o surgimento de diversificados saberes que estão incorporados à humanidade (PESCE *et al*, 2013).

O processo de produção da existência humana é um processo social que interliga a necessidade com o conhecimento produzido e isso ressalta a interdependência das atividades e necessidades humanas para a elaboração do conhecimento (ANDERY, 2012). Neste aspecto a pesquisa pode cumprir dois objetivos fundamentais: o primeiro é produzir conhecimento e teorias e o segundo é solucionar problemas práticos, tendo como aplicação desse processo a geração de novos conhecimentos, a produção de novas ideias e de perguntas que norteiam o aprofundamento dos estudos (SAMPIERI *et al*, 2006). Dessa forma, ainda concordando com os ensinamentos do mesmo autor, ocorrerá a evolução da ciência e da tecnologia.

Interessante lembrar que durante a incorporação de saberes, que são transmitidos por meio da interação das gerações, a forma de refletir sobre o conhecimento passa por transformações, na Antiguidade, havia uma integração entre o filósofo e o matemático, enquanto que na Modernidade a filosofia e a ciência, possuíam estatuto próprio (PERSE *et al*, 2013).

Durante o processo evolutivo da humanidade se busca compreender o mundo em si mesmo, por meio da produção do conhecimento. Em decorrência disto, a ciência não ficou estática, mudanças ocorreram à medida que foram alteradas as condições materiais da vida humana e o surgimento de várias explicações racionais que, no transcorrer do processo histórico, foram se acumulando (ANDERY, 2012).

A palavra ciência pode se apresentar em: a) sentido amplo, onde ciência significa simplesmente conhecimento, como na expressão tomar ciência disto ou daquilo; b) sentido restrito, onde ciência não significa um conhecimento qualquer, mas um conhecimento que não só apreende ou registra fatos, por meio da demonstração pelas suas causas determinantes ou

constitutivas (RUIZ, 1996). Nesta concepção, o mesmo autor definiu que "Pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência." (RUIZ, 1996, p. 48)

O ser humano, diante do anseio de compreender e dominar o meio, acumula conhecimentos racionais sobre seu próprio meio e sobre as ações capazes de transformá-lo. Este permanente acréscimo de conhecimentos racionais e verificáveis da realidade é denominado ciência (FACHIN, 2003). A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação (FERRARI, 1982). Para Japiassu a ciência pode ser considerada da seguinte forma:

Uma coisa nos parece certa: não existe definição objetiva, nem muito menos neutra, daquilo que é ou não a ciência. Esta tanto pode ser uma procura metódica do saber, quanto um modo de interpretar a realidade; tanto pode ser uma instituição com seus grupos de pressão, seus preconceitos, suas recompensas oficiais, quanto um metiê subordinado a instâncias administrativas, políticas ou ideológicas; tanto uma aventura intelectual conduzindo a um conhecimento teórico (pesquisa), quanto um saber realizado ou tecnicizado (JAPIASSU, 1975, p. 10).

Para que a ciência seja desenvolvida há a pesquisa que tem por objetivo primordial produzir novos conhecimentos, os quais para serem caracterizados como científicos, precisam seguir procedimentos específicos (SILVA, 2008). A pesquisa, segundo o mesmo autor, contribui para a consolidação da ciência, enquanto que o conhecimento contribui para o processo de desenvolvimento da humanidade. "A pesquisa, tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e a apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento" (OLIVEIRA, 2002, p. 62).

A multiplicidade de aspectos pelos quais a realidade se manifesta abre igualmente uma multiplicidade de métodos de configuração dos dados fenomenais bem como uma multiplicidade de métodos epistemológicos (SEVERINO, 1996). As pesquisas científicas irão ser caracterizadas de acordo com suas tendências e componentes ideológicos com podem ter enfoque no positivismo, na fenomenologia ou no marxismo (PESCE *et al*, 2013).

É ilusória a pretensão de validade, objetividade e verdade das teorias científicas, independente da metodologia que se esteja abordando (PESCE *et al*, 2013), visto que no campo da ciência não há verdade absoluta, o que existe é uma multiplicidade de método que deriva das condições materiais do momento histórico da construção do conhecimento, e, desta forma, o conhecimento irá interferir significativamente nas condições históricas.

A partir do momento em que surge um paradigma se inicia a fase da ciência normal (KHUN, 2000). A fase científica ocorre com a maturidade, com os reconhecimentos, por parte dos pesquisadores, de uma realização científica exemplar, que defina de maneira clara os principais pontos de divergência da fase pré-paradigmática, salienta que um paradigma governa um grupo de praticantes da ciência (KHUN, 2000).

Um paradigma fornece os fundamentos sobre os quais a comunidade científica desenvolve suas atividades. “Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (KHUN, 2000, p. 13).

As pesquisas firmemente assentadas nas teorias, métodos e exemplos de um paradigma são chamadas por Kuhn de *ciência normal*. Essas pesquisas visam, principalmente, a extensão do conhecimento dos fatos que o paradigma identifica como particularmente significativos, bem como o aperfeiçoamento do ajuste da teoria aos fatos pela articulação ulterior desta e pela observação mais precisa dos fenômenos. Kuhn entende a ciência normal como uma atividade de resolução de “quebra-cabeças”, pode substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes dos “quebra-cabeça” da ciência normal (KHUN, 2000).

Ao longo da exploração de um paradigma pode ocorrer que alguns desses problemas se mostrem de difícil solução. O dever do cientista é insistir no emprego das regras e princípios paradigmáticos fundamentais o máximo possível. Mas, no caso da ciência o paradigma é essencial, contudo não pode ser levado ao extremo. Quando as *anomalias* se multiplicam, resistem por longos períodos a todas as pesquisas científicas, e incidem sobre áreas vitais da teoria paradigmática, parte-se para a criação de um novo paradigma.

Na ciência normal, não há espaço para o inusitado ou para o inesperado. Assim como na montagem do “quebra-cabeça”, já se sabe aonde se quer chegar. Se houver um encaixe de peças errado, o que se deverá fazer não é questionar o motivo pelo qual isso ocorreu, mas sim retirá-la e colocá-la no seu devido lugar. Embora a ciência normal seja uma atividade altamente direcionada, e, em um certo sentido, seletiva, essa restrição é essencial ao desenvolvimento da ciência. É somente centrando sua atenção em uma gama selecionada de fenômenos e princípios teóricos explicativos que o cientista conseguirá ir fundo no estudo da Natureza.

Nenhuma investigação de fenômenos poderá ser levada a cabo com sucesso na ausência de um corpo de princípios teóricos e metodológicos que permitam seleção, avaliação e crítica do que se observa. A ciência clássica acredita ser possível fazer observações neutras. Nas concepções contemporâneas, reconhece-se que fatos e teorias estão em constante relação

de interdependência, os primeiros sustentando as últimas e estas contribuindo para a sua seleção, classificação, concatenação, predição e explicação. De posse de um corpo de princípios teóricos e regras metodológicas, o cientista não precisa a cada momento reconstruir os fundamentos de seu campo, começando de princípios básicos e justificando o significado e uso de cada conceito introduzido, assim como a relevância de cada fenômeno observado.

Alternativas para os paradigmas, normalmente são propostas em situação de crise, isto porque os cientistas deixam de considerar os paradigmas existentes. Inicia-se um período de discussões e divergências sobre os fundamentos da ciência. Ressalta-se que o paradigma existente permanece até o surgimento de um novo que venha a substituí-lo, inicia-se, segundo Khun uma revolução científica. Resolver problemas é aprender coisas relevantes a respeito da natureza.

Santos discorda desde posicionamento e defende que a teoria de Khun no tocante ao caráter pré-pragmático, necessita ser abandonada ou mesmo reformulada profundamente, a superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos, mas esta revalorização não ocorrerá sem que haja transformação nas humanidades (SANTOS, 2010). O principal argumento é que a ciência social é subjetiva, o comportamento humano não pode ser descrito e nem explicado com base em suas características exteriores e objetiváveis. Os fenômenos sociais são compreendidos a partir de atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações (SANTOS, 2010).

Boaventura Santos em seu livro um discursos sobre a ciência faz reflexões sobre o paradigma dominante e o emergente (SANTOS, 2010). O autor considera paradigma dominante o modelo de racionalidade herdado a partir do século XVI e consolidado no século XIX, que buscava atingir o conhecimento verdadeiro, por meio da aplicação de seus próprios princípios epistemológicos e de suas regras metodológicas, sendo considerada, pelo autor, como um modelo totalitário (SANTOS, 2010). Nesta perspectiva a ciência estava voltada para a natureza e Bacon, Vicon e Montesquieu, passaram a utilizá-la no campo social, o que propiciou o avanço por meio da observação descomprometida e livre, sistemática e rigorosa dos fenômenos naturais (SANTOS, 2010). “Ao contrário do que pensa Bacon, a experiência não dispensa a teoria prévia, o pensamento dedutivo ou mesmo a especulação, mas força qualquer deles a não dispensarem, enquanto instância de confirmação última, a observação dos fatos” (SANTOS, 2010, p. 28).

A crise do paradigma dominante é profunda e irreversível e estamos vivendo um período de revolução científica que começou com a mecânica quântica e Einstein (SANTOS, 2010). Diante dessa crise, a pesquisa em educação tem o seu destaque ainda que não

possuindo as especificidades da ciência natural, pois não exime a relevância dos resultados, obtidos geralmente por métodos que consideram os aspectos sócio-culturais do indivíduo pesquisado, para o aprimoramento do conhecimento da ciência.

Diante das considerações tecidas acerca da pesquisa científica, podemos compreender com mais clareza que a pesquisa em educação contribui para construção solidária da vida social, e ao definir que será norteada pelos princípios da investigação qualitativa, não significa que o rigor e objetividade serão desprezados, mas que haverá reconhecimento das experiências humanas (CHIZZOTI, 2006), com consideração dos aspectos sócio-históricos.

A ciência e as pesquisa cresceram e se desenvolveram a partir de um processo de busca metódica das explicações causais dos fatos ou da compreensão exaustiva da realidade, utilizando-se de informações colhidas por meio de observações atentas ou outros recursos adequados de se coligir os dados singulares que fundamentassem afirmações mais amplas. Este processo, designado de pesquisa, genericamente pode-se definir como um esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade. Este esforço não é fruto de uma inteligência isolada em um tempo abstrato, mas é um produto histórico e social porque resulta de um esforço coletivo e permanente da humanidade, no curso do tempo, para construir todas as dimensões da vida (CHIZZOTI, 2006, p. 19).

A educação, enquanto práxis, é constituída de intencionalidade. A investigação, nesta área, trás para si elementos simbólicos que são mediados pela cultura (PESCE *et al*, 2013). É preciso estar claro que sujeitos e determinantes sociais interagem todo momento para que se possa proceder às escolhas metodológicas das pesquisas no âmbito educacional.

Por meio da leitura dos autores Khun e Santos, sobre a pesquisa científica, buscaremos, nesta dissertação, refletir sobre as consequências do aumento da expectativa de vida dos seres humanos e a relevância da inserção, em âmbito escolar, de ações que ressaltem a importância do respeito às identidades e as diferenças sociais, principalmente sobre as concepções intergeracionais por meio da implementação de Tecnologia Social nas atividades educativas.

O envelhecer, até bem pouco tempo, estava atrelado apenas a pesquisas ligadas a área da saúde, vinculada a dicotomia saúde/doença. Contudo, com a evolução e as mudanças etárias que estão ocorrendo nas sociedades modernas, almeja-se mais do que não adoecer fisicamente, procura-se o velho ativo, participativo e saudável física e mentalmente.

A abordagem referente ao envelhecimento é recente, as pesquisas, apenas a partir da década de 60, e ainda de forma precária, começaram a abordar o tema velhice, enfatizando-

o apenas na década de 80, contudo o norte para o desenvolvimento de políticas públicas só ocorreu a partir dos anos 90 (FREITAS *et al*, 2002). As pesquisas científicas que abordam o tema envelhecimento direcionam, normalmente, os estudos para a ciência da saúde, com o direcionamento maior para a ciência biológica. No âmbito da educação as pesquisas ainda estão emergindo, porém com foco na geriatria, sendo ainda insipientes quando a abordagem é sob a ótica da Educação Intergeracional no processo de formação de professores e da finalidade do desenvolvimento de integração entre gerações na escola (PRADO *et al*, 2004).

Porém, ao abordar o tema envelhecer atrelado a qualidade de vida ainda existem preconceitos sociais que necessitam urgentemente serem desfeitos no intuito de possibilitar a convivência entre várias gerações. Faz-se necessário a mudança de valores, sobretudo no que tange à imagem negativa que a sociedade propaga dos velhos, aquela de fragilidade e dependência. Entre as necessidades de um grande grupo de indivíduos idosos, está a exigência de oportunidades de serem incluídos nas decisões a respeito da sociedade e de sua vida diária (LEHR, 1999).

O princípio da dignidade da pessoa humana não pode ter sua finalidade restringida simplesmente ao sentido subjetivo, isto porque não há dúvidas de que pressupõe uma finalidade muito maior, na medida em que este princípio está arraigado na existência dos direitos fundamentais. O estudo do envelhecimento humano não está limitado apenas a ciência natural, o que propicia aos países subsídios, principalmente aos que não estão preparados para as mudanças significativas da pirâmide etária, a elaborarem políticas públicas fundamentadas também na ciência social.

O envelhecer é um fenômeno heterogêneo que propõe um cenário de percepções diversificadas, onde os cientistas precisam perceber esta diversidade, pois há inúmeros tipos de velhos: ricos, pobres; com família, sem família; com e sem problemas de saúde; vítimas de violência e os que não sofrem violência; os que vivem com familiares e os que vivem em instituições asilares ou mesmo nas ruas; com idades diversas (RAMOS, 2013).

Diante deste caráter heterogêneo, a não padronização dos idosos por meio de políticas generalistas, sendo necessário identificar este grupo etário com tratamento adequado para cada segmento (FUNDO DA POPULAÇÃO DAS NAÇÕES, 2012). Respeito a especificidade é inerente a dignidade da pessoa humana, é garantir ao idoso ser tratado como cidadão, como ente social, já que o envelhecimento não pode ser visto como etapa inferior da vida (BRAGA, 2011). Em outras palavras, almeja-se pela qualidade de vida atrelada à expectativa de vida.

Diante do aludido, as pesquisas científicas que abarcam o envelhecimento não podem estar limitadas apenas a longevidade e especificações da área da saúde, o entrelace com outras áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade é necessária como também a integração do pesquisador com o objeto pesquisado, considerando que a subjetividade é inerente a pesquisa social. Boaventura Santos (2006) propõe um modelo de ciência a partir da interrelação entre ciências naturais e ciências sociais, para atingir o que denomina de “verdade universal”, em que a “ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional; só a configuração de todas elas é racional” (SANTOS, 2010). “É necessário partir constantemente no fato de que estamos imersos em um mundo que nos envolve, com o termo mundo entendemos não só as coisas, os outros sujeitos humanos e a natureza, mas também os valores, os bens e a cultura” (BELLO, 2000, p.39).

### **2.1.2 Abordagem Qualitativa com enfoque Fenomenológico**

Como mencionado anteriormente, a ciência desenvolve a pesquisa científica com o objetivo de se chegar verdade e para tal desenvolve uma multiplicidade de métodos epistemológicos com inúmeras processos configurados para se alcançar dados fenomenais que possibilitem uma interpretação lógica e plausível (SEVERINO, 1996), salientando que a multiplicidade de métodos ocorre em virtude do momento histórico em que está sendo construído, porém é utópica a ideia de se alcançar a verdade absoluta, independente do método utilizado. (ANDERY, 2012).

A ciência não é o único paradigma de racionalidade; ela progrediu quando os cientistas abandonaram a obrigação de seguir certas normas, tidas como óbvias, ou as violaram involuntariamente, e convém admitir, todas as ideias e hipóteses, mesmo extravagantes, inspiradas ou na física ou nos mitos, desde que adaptadas às circunstâncias, devem ser tentadas. É ilusória a pretensão de validade, objetividade e verdade das teorias científicas. A crítica radical de Feyerabend pretende liquidar com ilusória presunção dos epistemólogos em acreditar que algumas normas simplificadas possam captar o universo de significados da realidade, razão pela qual prefere afirmar o anarquismo metodológico como um ‘excelente remédio para a epistemologia e para a filosofia da ciência (CHIZZOTTI, 2006, p. 24).

O processo de condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados de forma neutra (BOGDAN *et al*, 1994). O respeito aos aspectos sociais, culturais e históricos, dos

sujeitos pesquisados, foram inseridos durante a construção textual desta pesquisa, em decorrência da pluralidade de especificidades ao realizar a coleta de dados para análise.

As pesquisas propendem para reconhecer uma pluralidade cultural, abandonando a autoridade única do pesquisador para reconhecer a polivocalidade dos participantes. (...) O padrão textual tende admitir a poliformidade descritiva da vida e da cultura, a legitimidade do texto escrito busca fundamento no percurso reflexivo do autor para obter os resultados, assumindo variadas formas, a validade da investigação recorre à possibilidade de se traduzir a experiência humana em um texto; patenteiam-se as virtudes e os limites discursivos sobre a realidade descrita, em um produto científico” (CHIZZOTTI, 2006, p. 56).

A multiplicidade de aspectos pelos quais a realidade se manifesta abre igualmente uma multiplicidade de métodos de configuração dos dados fenomenais bem como uma multiplicidade de métodos epistemológicos (SEVERINO, 1996). No campo da ciência não há verdade absoluta, tal como esclarecido no item anterior, a multiplicidade de método deriva das condições materiais do momento histórico da construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que este conhecimento interfere nas aludidas condições históricas.

Nesta pesquisa o direcionamento do enfoque metodológico foi a abordagem qualitativa com enfoque fenomenológico que serviu de fundamento para o estudo do fenômeno do envelhecimento populacional pautada na Educação Intergerencial como Tecnologia Social objetivando, por meio da educação no âmbito escolar, a mediação e interação entre gerações com base na efetivação da inclusão social e por meio do respeito à herogeneidade e especificidade de cada indivíduo, independente da geração a qual pertence.

A pesquisa qualitativa é proveniente de bases filosófica em que se destacam a Dialética e a Fenomenologia (PERSCE *et al*, 2013). Na pesquisa em ciências sociais, a fenomenologia é considerada como uma das principais correntes do pensamento filosófico e obteve um maior enfoque a partir do final da década de 70, em decorrência da ampliação da busca de significados dos fenômenos aliados as bases culturais, privilegiando o enfoque antropológico e a historicidade (TRIVIÑOS, 1987). Desta corrente iniciada por Husserl, surgiram várias outras, em que se destacaram Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, Van Breda, Marcel, Jaspers, entre outros autores (TRIVIÑOS, 1987).

O método fenomenológico é discursivo, coloca o pesquisador diante de uma realidade complexa e procura demonstrar que há sempre mais sentido além de tudo o que pode ser dito, motivo pela qual a fenomenologia de Merleau-Ponty foi denominada de “filosofia da ambiguidade” (REZENDE, 1990, p. 17). Nesta concepção, ao pesquisar a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, não se separou a significação da

existência, além de ter sido considerada a cultura, o lugar e as experiências vividas por indivíduos de gerações diversas, visto que uma frase, uma palavra, uma definição não diz tudo o que é para ser dito e dado que no discurso há uma maior aproximação da densidade semântica do fenômeno humano (REZENDE, 1990).

A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei da constituição; ele é o meio natural e campo de todos os meus pensamentos e de doas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou a antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 06).

A educação é considerada um fenômeno que possui influência de grupos, da família, da sociedade, da história, enfim, das experiências profundamente humanas. Partindo do princípio de que todos os humanos se educam, o fenômeno educacional pode ser compreendido como aprendizagem da cultura (REZENDE, 1990). “O homem não aprende somente com sua inteligência, mas com seu corpo e suas vísceras, sua sensibilidade e imaginação” (REZENDE, 1990, p. 49).

Buscando-se a densidade semântica do fenômeno experimentado foi realizado, nesta pesquisa, o discurso fenomenológico descritivo, o qual seguiu: o significante, o pertinente, o relevante, o referente, o provocante e o suficiente (REZENDE, 1990). No que concerne a descrição significativa, procurou-se demonstrar que o fenômeno envelhecimento que ocorre na sociedade atualmente traz consigo, consequências no que tange a convivência intergeracional, e que tal acontecimento inclui todos os seres humanos em todos os ambientes sociais. Nesta percepção, seguiu-se os ensinamentos de Merleau-Ponty em que a descrição é a do que existe, do que acontece, porém sob a perspectiva de um sujeito com a consciência engajada na significação de existência, considerando que, ao perceber o sentido, a história em um mundo constituído, o ser humano pode dar sentido, mudar rumos e revolucionar (REZENDE, 1990).

O fenômeno apresentado para o desenvolvimento desta pesquisa não se limita a redução de uma palavra ou frase, pois necessita que seja realizada uma discussão de forma significativa relativa aos impactos sociais, que aborde a temática do aumento de expectativa de vida por trás da convivência intergeracional. Desta forma, os discursos apresentados na pesquisa se articulam, estabelecendo uma relação entre eles na qual o contexto integra o texto, por inserir o sujeito na sua perspectiva mundo. (REZENDE, 1990).

Neste processo de descrição do homem, do mundo, da existência e da significação, considera-se a ordem de que a estrutura é o próprio sentido, em que a necessidade de compreensão do que é velho perpassa pela conscientização de que todo ser vivo passa pelo processo de envelhecimento, não há exclusão, por isso a pesquisa pode ser considerada provocante, porque não se procurou dar enfoque ao que está sendo realizado para viabilizar a relação intergerencial harmoniosa, mas demonstrou possibilidade que pode auxiliar na redução de conflitos (REZENDE, 1990). No tocante ao item suficiência, estabelecido por Rezende (1990): não significa que a pesquisa foi completa e acaba, ao contrário, significa que se considerou a existência, a história, a consciência individual e coletiva no tocante ao respeito a heterogeneidade e as especificidades individuais e por conseguinte não se exaure em decorrência das permanentes transformações sociais (REZENDE, 1990).

O conhecimento do fenômeno é gerado pelo próprio fenômeno e o ser humano é centro da discussão acerca da temática desenvolvida nesta pesquisa sobre intergeracionalidade assim como os ensinamentos de Merleau-Ponty que norteiam a metodologia, partindo do princípio de que o conhecimento emana e se realiza na sua corporeidade (PERSE *et al*, 2013). Nesta percepção, no transcorrer da pesquisa aqui apresentada, buscou-se:

- compreender investigações acerca de fenômenos humanos considerando o aumento da expectativa de vida, as concepções concernentes ao que é velho e as implicações destas para a convivência entre gerações;
- abordar temática como emergindo de experiências provenientes da participação no processo de formação de professores, de convivência e interação com pessoas velhas que estão vinculadas ao Projeto de Extensão da Universidade Federal do Tocantins: Universidade da Maturidade (UMA) e do acompanhamento do trabalho de Educação Intergeracional desenvolvido pelo Centro de Educação Infantil do Tribunal de Justiça do Tocantins;
- uma análise dos dados pesquisados realizada com preocupação maior dirigida aos sujeitos da pesquisa que vivenciaram a intergeracionalidade, para que se pudesse demonstrar a relevância, em âmbito escolar, de atividades pedagógicas norteadas pela Educação Intergeracional como Tecnologia Social na Educação Básica;
- considerar como premissa a ideia de que as verdades essenciais sobre uma dada realidade amparam-se na experiência vivida;
- não apresentar hipótese, mas suposições, dentro de uma perspectiva qualitativa com enfoque fenomenológico, de que por meio da Educação Intergeracional o convívio entre gerações pode existir com menos conflito. Salienta-se que estas suposições foram respondidas levando em consideração as vivências dos sujeitos pesquisados.

Desta forma, em virtude desta dissertação ser pautada em um processo histórico vivenciado, principalmente pela prática em sala de aula, emergiu a necessidade de cunho científico do estudo da Educação Intergeracional como Tecnologia Social, como também de demonstrar as experiências pedagógicas vivenciadas pela pesquisadora, cujas quais possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa na área de conhecimento da Educação.

### **2.1.3 A pesquisadora<sup>1</sup>**

Minha experiência em sala de aula iniciou quando eu tinha dezenove anos, ao ministrar aula em um cursinho de informática, para uma turma de quinze alunos que em média tinham acima de trinta anos de idade. A finalidade do curso era atender a necessidade mercadológica, visto que todos precisavam aprender a manusear o computador, caso contrário estariam fora do mercado profissional. As aulas, neste contexto, estavam focadas, como nos ensina Guimarães (2002) no individualismo e no imediatismo em um processo de curta duração, de soluções prontas, apresentadas sempre com tecnologias de ponta e da forma mais atrativa.

Importante destacar que era final da década de 80, e que conforme lembra Guimarães (2002) era um período de ascensão de Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao poder, na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, era a instauração do chamado "fundamentalismo de mercado".

Naquele momento precisava estar empregada para ter condições de adquirir os livros básicos para poder cursar a universidade, então posso afirmar que neste período o ensinar estava mais relacionado com a necessidade de ser ter um trabalho. Não existia ainda uma reflexão sobre a prática.

Nesse período, que não possuía nenhum conhecimento metodológico, visto que estava cursando graduação em Direito, e a minha prática era totalmente intuitiva e com tendências a seguir o ensino tradicional. Acredito que tal tendência está relacionada ao fato de ter estudado toda a Educação Básica em uma escola confessional, com regras rígidas e ensino/aprendizagem pautado na transmissão do conhecimento.

Após o término do Bacharelado em Direito, passei a lecionar disciplinas de História e Geografia para a Educação Básica e em curso Normal (antigo magistério), em uma

---

<sup>1</sup> Este item foi inscrito em primeira pessoa, em decorrência da demonstração de que a percepção do pesquisador influencia a reflexão do fenômeno apresentado, no caso o envelhecimento humano.

escola particular no interior da Paraíba, estava então imersa em um ambiente escolar e consequentemente diante de inúmeros desafios a serem superados, não especificamente relacionados ao domínio do conteúdo a ser ministrado, mas à necessidade de conhecimentos metodológicos. Neste contexto senti necessidade de aprimorar o meu desenvolvimento profissional referente aos conhecimentos pedagógicos.

Estar convivendo diariamente em um ambiente escolar, fez com que passasse a refletir sobre as minhas práticas pedagógicas. Surge, então, a necessidade de compreensão das condições objetivas e subjetivas do trabalho a ser desenvolvido. Por este motivo, fiz o curso de Licenciatura em Pedagogia, o que me possibilitou também ensinar a disciplina de filosofia da educação. Segundo Eggert (2008) com base na teoria de Abraham Maslow uma pessoa ao escolher uma profissão define o modo de vida e que quando passa a pertencer a um grupo de pessoas, conforme o seu grau de identificação, pode lhe trazer benefícios ao atender a uma necessidade de pertencimento. Além do que conhecimentos advindos da racionalidade técnica, a profissão docente está imersa em dimensões éticas, tais como valores, senso comum, saberes cotidianos, julgamentos práticos, interesses sociais, etc. (CUNHA, 2006)

Ao cursar Pedagogia, no início do ano de 2000, a articulação entre teoria e prática foi inerente, houve o reconhecimento dos saberes da experiência e da reflexão crítica na melhoria da prática, o que mudou o meu comportamento em sala de aula para uma profissional com papel ativo (ANDRE, 2001). Possibilitou também que aprendesse a observar, a formular questões e hipóteses e a selecionar instrumentos e dados que auxiliaram a elucidar problemas e a encontrar caminhos alternativos na prática docente (ANDRE, 2001).

Com a aquisição de novos conhecimentos, o que me possibilitou unir teoria e prática, a sala de aula ficou “pequena”. Passei a planejar as minhas aulas com outro olhar, realizei passeios dentro e fora da escola, para possibilitar melhor compreensão da geografia local. Realizamos viagens a grutas, montes, museus e até ao litoral, destacando que muitos alunos não conheciam o mar. Não mais me permitia ensinar limitada a gravuras que ilustravam os livros didáticos, comecei a estimular a pesquisa entre os alunos. Percebi que o interesse pelas aulas aumentou e belíssimos trabalhos surgiram.

Neste momento estava ensinando porque passei a gostar da profissão e não simplesmente porque precisava sobreviver e, como ensino também sofreu modificação substancial, não ensinava mais de uma forma intuitiva, passando o mesmo a ser permeado pela teoria que aprendi na graduação. A sala dos professores também contribuiu para influenciar a minha prática pedagógica, por meio das discussões com outros colegas de profissão somado a experiências adquiridas no decorrer dos anos na sala de aula.

Concordo com Libâneo (2012) quando considera que a reflexividade é um dos elementos de formação profissional dos professores e que não estamos diante de uma nova teoria do ensino ou da aprendizagem, por não ser esta ação algo novo no contexto histórico da educação.

Por este motivo, considero que este período da minha atividade profissional foi caracterizado pela teoria da atividade histórico-cultural, desenvolvida por Leontiev e Luria, porém a base era aquela formulada por Vigotski, em que a educação é um processo de signos culturais. Segundo Libâneo (2012) este modelo acentua a primazia da aprendizagem pela atividade, mas entendendo que a aprendizagem ocorre mediante a assimilação da experiência sociocultural e a atividade coletiva dos indivíduos e mediante um processo de internalização.

A escola é o lugar da formação de cidadãos por meio de uma cultura crítica, para além da cultura reflexiva, que propicia a autonomia, autodeterminação, condição de luta pela emancipação intelectual e social, por isto, caso se deseje um aluno crítico-reflexivo, é preciso um professor crítico-reflexivo (LIBÂNEO, 2012). Porém, ser um professor com este perfil em uma pequena escola confessional, que prioriza a concepção tradicional, localizada em uma cidade do sertão paraibano, não foi tarefa fácil.

Então optei por prestar concurso para o município de Palmas, estado do Tocantins, momento este em que me enquadrava em alguns pontos que descritos por Gatti (2009) com relação a profissionalização docente, tais como: valorização da carreira do professor; existência de concurso para ingresso na carreira; diferenças nos planos de carreira encontrados não mostram possibilidade real de professores "subirem na carreira".

A partir deste momento outros horizontes passaram a ser desbravados, principalmente na área pedagógica, visto que fui a trabalhar com educação em saúde, como também a ministrar aulas, como professora substituta na universidade, no curso de graduação em Direito.

Destaco este período, com uma citação de Cunha (1998, p. 17): "compreender que o ensinar e o aprender estão disfarçados nunca concepção de mundo e de ciência, facilitou uma visão mais global e elucidativa".

Depois de alguns anos de experiência na Educação Básica, esperei que ao entrar na academia, mesmo como professora substituta, mudanças significativas existissem com relação as práticas adotadas na universidade, porém, como dito por Cunha (1998), mesmo os bons professores ainda trabalham, preponderantemente, na perspectiva da reprodução do conhecimento, identificando-se assim um ciclo de reproduções que se realiza nas relações acadêmicas.

É relevante ressaltar ainda que as experiências de vida e o ambiente sociocultural são componentes chave na explicação do desempenho do professor (CUNHA, 1998). Como também o fato da estrutura universitária estar organizada para um modelo de ensino-aprendizagem que desarticula o conhecimento e favorece os espaços próprios e singulares (CUNHA, 1998).

Tendo o professor como elemento fundamental que pode favorecer a mudança, segundo André (2001), há várias formas de trabalhar a articulação entre ensino e pesquisa na formação docente, a fim de que se torne um eixo ou núcleo do curso. Ressalta ainda que a pesquisa acadêmica e a pesquisa dos profissionais da escola não devem ser vista de forma dicotômica. Com fundamento nestas pesquisas se observa um processo de ruptura de paradigma do cotidiano da prática-pedagógica universitária. (CUNHA, 2006).

Ser professor no Brasil é saber que todos reconhecem a relevância da educação para melhorar as condições políticas, sociais e econômicas do país, porém, como demonstra a pesquisa de Guimarães (2002) apenas 60% (sessenta por cento) considera a docência uma profissão, demonstrando assim que um percentual significativo de professores ainda não considera o desenvolvimento de suas atividades como uma profissão.

Não se pode acreditar que ter vocação é o único elemento para ser professor, o reconhecimento da profissão docente é primordial para a concretização de vários anseios, tais como: melhoria da estrutura física das escolas, espaço físico destinado ao descanso dos professores; plano de carreira com remuneração condizente com o trabalho desenvolvido, formação de professores que não estejam limitados ao conhecimento técnico, mas também a aprendizagem pedagógica, entre outras.

Atualmente, pesquiso sobre a temática intergeracionalidade porque sou uma profissional da educação que busca aprender e aprimorar conhecimentos, para ser ativa em sala de aula mediando e interagindo com os alunos no processo ensino aprendizagem, por meio da articulação entre a teoria e a prática, com fundamento na pesquisa, na ação e reflexão almejando a formação de cidadãos com posturas críticas e respeito às diferenças e a heterogeneidade entre gerações. Destacando que estas novas percepções propiciaram o desenvolvimento desta pesquisa na Universidade Federal do Tocantins (UFT), especificamente na Universidade da Maturidade (UMA).

## 2.2 ESCOLHA DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E O PROCESSO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Constituição de 1988, as universidades obedecerão o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no qual a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, constituem os principais instrumentos norteadores para a construção de currículos que possibilitem, durante o processo de ensino-aprendizagem, a articulação da teoria e prática. Almeja-se, então, uma formação geral mais sólida, com o desenvolvimento de competências e habilidades decorrentes da junção entre ensino, pesquisa e extensão, que possibilite ao discente compreender as constantes transformações do contexto histórico-social-cultural da sociedade e também conceber os meios para superar desafios que permearão o exercício profissional.

A relação entre ensino-pesquisa, teoria e prática ressalta a importância da função da universidade, principalmente tendo por fundamento as relações participativas com a sociedade que possibilitem o desenvolvimento de indivíduos críticos, com condições de intervir no local em que estão imersos. Para tanto, as universidades necessitam ter como pilar, no processo de produção do conhecimento, a integração entre o aluno, o professor e a sociedade, por meio do ensino, pesquisa e extensão para que se possa garantir a função social da instituição e ultrapassar a concepção de currículo fragmentado, além de possibilitar que os sujeitos enxerguem o outro e a si mesmo como integrantes de uma dimensão histórica e social do meio.

Com efeito, é graças à extensão que o pedagógico ganha sua dimensão política porque a dimensão do universitário pressupõe também uma inserção no social, despertando-o para o entendimento do papel de todo saber da instauração do social. Deste modo, a extensão tem grande alcance pedagógico, levando o jovem estudante a vivenciar a realidade social. É por meio dela que o sujeito-aprendiz irá formando sua nova consciência social. A extensão cria então um espaço de formação pedagógica, nem a dimensão própria e insubstituível (SEVERINO, 2009, p.262)

Nesta percepção de Severino (2009) é evidente que a formação nas universidades não podem ficar limitadas as concepções teóricas e ausentes das transformações que perpassam a sociedade. Desta forma, o acadêmico precisa ser provocado e apresentado a situações reais que lhes permitam vivenciar, construir e desconstruir paradigmas, objetivando, assim, que o egresso tenha desenvolvido, no processo formativo, competências

e habilidades que propiciem mudanças significativas no contexto social em que vivem.

Ao serem criadas, por volta de 1917, com a Universidade Popular, as atividades extensionistas, *a priori*, eram concebidas como assistencialistas, como relatado por Carbonari e Pereira (2007):

As atividades extensionistas foram muito criticadas pelo caráter assistencialista, paternalista e domesticador de comunidades, que marcou a história da extensão no Brasil. Em relação às universidades públicas também muito se criticou o fato das atividades surgirem para agregar as instituições aos programas do governo, configurando-se em atividades anuladoras de sua autonomia, muito burocratizada, submissa e descontínua (CARBONARI E PEREIRA, 2007, p.25).

Porém, atualmente os projetos de extensão apresentam concepções que procuram relacionar o conhecimento teórico com a prática, por meio da caracterização do sujeito como parte ativa das relações social. Nesta conjuntura, destaca-se o posicionamento de Ângelo Aparecido Priori (2007):

O conhecimento universitário muito raramente consegue extrapolar os muros da universidade e entrar em sintonia com o conhecimento e com as demandas da realidade social externa a esses muros. A universidade precisa derrubar os seus muros e abrir-se para a sociedade. Não para qualquer sociedade: para aquela que produz riqueza, que gera e distribui rendas; para aquela que se preocupa com o bem estar social; para aquela que busca a inclusão social ao invés da exclusão; para aquela que pensa a sua cidade e a sua região como um espaço importante de convivência e desenvolvimento, enfim: para a sociedade cidadã (PRIORI, 2007, p. 01).

Nesta concepção de que os muros universitários devem ser eliminados e a ampliação da integração da academia com a sociedade seja realizada por meio do ensino, pesquisa e extensão de diversas áreas do conhecimento, sendo estas disponibilizadas juntamente com o saber para que a universidade não se distancie dos problemas sociais foi criado na Universidade Federal do Tocantins o Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade, vinculado ao curso de graduação de Pedagogia, no *campus* universitário de Palmas -TO.

O projeto de extensão da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT) desenvolve atividades pedagógicas com indivíduos a acima de 45 anos de idade, procura, por meio de abordagem holística, desenvolver de maneira prioritária ações que possibilitem a criação de alternativas inovadoras com interações entre a construção do conhecimento, formação e aperfeiçoamento dos discentes matriculados no programa como

também nos acadêmicos vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação da universidade (OSÓRIO, 2004).

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (FUFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000 e vinculada ao Ministério da Educação, iniciou suas atividades em maio de 2003, possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e dentre os objetivos estratégico pactuados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2011-2015), dentre outros, está a promoção da articulação do ensino (graduação e pós-graduação) com a pesquisa e a interação com as ações de extensão.

Caracterizada por ser composta por possuir 7 (sete) *campi*, a FUFT oferta 65 (sessenta e cinco) cursos de graduação, divididos em bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, em modalidades presenciais e à distância, possuindo aproximadamente 19 (dezenove) mil alunos, além de cursos de graduação e *stricto sensu* e *lato sensu* e projetos de extensão. O que demonstra a importância desta instituição no contexto regional e a necessidade da integração com as demandas da sociedade, principalmente em decorrência da articulação com os projetos de extensão.

Neste contexto, o Projeto da Universidade da Maturidade, na modalidade presencial, possui uma periodicidade semestral com integralização em 3 (três) semestres e carga horária mínima de 320 (trezentos e vinte) horas/aula, nos quais são ministrados componentes curriculares com ementas direcionadas a: Fundamentos de Gerontologia, Cuidadores de Idosos, Qualidade de Vida, Mediação de Conflitos, Língua Estrangeira, Dança, Informática, Culinária, Educação Ambiental, Políticas Públicas relativas aos Direitos dos Idosos, à Saúde, à questões Psicológicas, Estágio Supervisionado, dentre outras.

Destaca-se ainda que tais atividades estão direcionadas à compreensão de que a pessoa que chega à velhice, não pode ser descartada, ao contrário, deve ser considerada como parte integrante da sociedade e é detentora de direitos e deveres. Estes valores são trabalhados durante as execuções das atividades pedagógicas que procuram fomentar a conscientização política e ressaltar a relevância do velho nos ambientes sociais, desde o convívio com a família ao incentivo da participação na tomada de decisões perante a sociedade, baseando este trabalho no resgate da cidadania, na preservação da cultura.

Considerando que a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer e na família, a aproximação dessas situações, pelo pesquisador, é essencial ao desenvolvimento da pesquisa, pois o estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado André

(2005). Realizou-se o estudo na Universidade da Maturidade que desenvolve práticas pedagógicas de cunho intergeracional, em decorrência da possibilidade de descrição e compreensão realizada durante a execução dessas atividades.

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (ANDRÉ, 2005, p. 97).

Para a realização do estudo de caso foram consideradas três etapas: exploratória ou fase de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados (ANDRÉ, 2005). Na primeira, procurou-se por escolas no município de Palmas, do Estado do Tocantins, que desenvolvessem atividades pedagógicas intergeracionais em parceria com a Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, no cotidiano de suas práticas. Nesta busca, foi localizada o Centro de Educação Infantil do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - Nicolás Quagliariello Venâncio, premiado pelo projeto "Meus Avôs São Estrelas", desenvolvido no ano de 2013, e que possuiu, como foco principal, as relações entre as crianças, os avôs e os velhos que participam do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Tocantins - Universidade da Maturidade.

Com a identificação dos elementos principais e a delimitação aproximada para o início da pesquisa, iniciou-se o segundo momento por meio do contato com os dirigentes do Centro Educacional do Tribunal de Justiça e com a professora responsável pela idealização e execução do projeto intergeracional. Não houve nenhum obstáculo para a realização de entrevistas abertas, disponibilização de acesso à escola para observações e acesso aos materiais pedagógicos que foram utilizados para a execução do projeto. Na Universidade da Maturidade foi disponibilizado acesso as aulas, ao acervo de fotografias e documentos como também viabilizada a oportunidade de ministrar aulas aos velhos, possibilitando a interação do pesquisador com o ambiente da pesquisa.

Durante a pesquisa, ficou evidenciado que, para o desenvolvimento de atividades pedagógicas intergeracionais na Educação Básica, é relevante que os profissionais da educação sejam preparados, durante o processo de formação de professores, para o desenvolvimento desta competência. Diante desta constatação, foram realizadas rodas de conversas, ministradas aulas, desenvolvidas entrevistas abertas e atividades intergeracionais

entre os futuros docentes e com os velhos da UMA, durante o processo de formação dos professores.

Na terceira e última etapa, concluídas as coletas de dados, as entrevistas, leituras de artigos e livros que desenvolvessem as temáticas relativas ao envelhecimento humano, educação intergeracional e tecnologia social na educação, foram realizadas as análises qualitativas com enfoque fenomenológico, por este motivou se levou em consideração a subjetividade e a experiência dos sujeitos pesquisados.

### **2.2.1 Métodos para coleta das informações**

Para enriquecer a temática intergeracionalidade como Tecnologia Social, buscou-se a coleta de dados na Universidade da Maturidade e na escola Centro Educacional do Tribunal de Justiça do Tocantins, para tanto, várias visitas em que foram realizadas observações participantes, com a análise de arquivos fotográficos, documental, bibliográfico, publicações, realização de entrevistas e com grupo focal. Salientamos que o enfoque primordial nestes estudos foram as atividades intergeracionais na sala de aula e o métodos utilizados pelos professores para o desenvolvimento destas práticas, tendo como fundamento a metodologia apresentada no item 2.1.2, desta dissertação.

As entrevistas foram realizadas com o método investigativo da história oral, sendo realizadas como meio para conhecimento do sujeito pesquisado, sem que fosse prescindida a consulta a outras fontes para a pesquisa da temática (ALBERTI, 2010). Outro ponto relevante foi a escolha dos entrevistados que não foi realizada de forma aleatória, visto que foram observados os objetivos a serem alcançados, a relação dos sujeitos pesquisados com atividades pedagógicas intergeracionais e a significação das experiências vivenciadas, bem como o compreender a percepção destes indivíduos quanto ao convívio em ambientes que propiciem encontros entre gerações.

A compreensão do significado da Educação Intergeracional não se limita a estudo bibliográfico ou documental do aumento da expectativa de vida dos seres humanos, É necessário estabelecer a articulação do sujeito com a recuperação de aspectos individuais, fazendo-o sentir parte do processo, como uma forma de resguardar a historicidade e a dignidade.

Escolher essas “utilidades qualitativas” entre os integrantes de uma determinada categoria de pessoas requer um conhecimento prévio do objeto de estudo. É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participaram ou que testemunharam e as pessoas que, nesses grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam mais representativos em função da questão que se pretende investigar – os atores e/ou testemunhas que, por sua biografia e por sua participação no tema estudado, justifiquem o investimento que os transformará em entrevistados da pesquisa (ALBERTI, 2010, p. 32).

Também foram realizadas atividades sob a forma de grupo focal, nesta ação a pesquisa foi realizada, em um momento, com um grupo de indivíduos com idade acima de 60 anos, e, em outro momento, com grupo de discentes que estavam vinculados ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins.

Para a realização de tais atividades, usou-se a premissa de que “no grupo focal, o entrevistador, muitas vezes chamado de moderador, é o catalisador da interação social (comunicação) entre os participantes” (GASKEL, 2002, p. 12). Buscou-se, durante a realização destas atividades, a existência de relatos que demonstrassem como são as relações intergeracionais no cotidiano dos ambientes sociais, além de conhecer os interesses e preocupações comuns com o aumento da expectativa de vida, a relação de respeito, a heterogeneidade e especificidades de cada ser humano, no intuito de compreender como cada sujeito da pesquisa visualizava o outro. (GASKEL, 2002).

Para análise e interpretações das informações coletadas nesta pesquisa qualitativa de cunho fenomenológico, o procedimento utilizado foi o de Giorgi (1985), em que primeiro foi realizada uma visão geral do fenômeno do aumento da expectativa de vida e suas consequências, para que houvesse uma compreensão do todo; e, em um segundo momento, refletiu-se sobre o papel da educação neste contexto e a necessidade da formação do professor para o desenvolvimento de atividades intergeracionais. No terceiro passo, essas unidades passam a ser comparadas e emerge a Educação Intergeracional como Tecnologia Social. Ao término estas interpretações foram conectadas às práticas educativas intergeracionais realizadas em âmbito escolar.

### 3 A EXPECTATIVA DE VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS: CONFLITOS INTERGERACIONAIS

#### 3.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DIREITOS RESGUARDADOS; INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA A SEREM CONQUISTADOS POR MEIO DA EDUCAÇÃO

A evolução e as transformações da humanidade vêm propiciando o aumento da longevidade, principalmente nas últimas décadas. A junção de vários fatores foram determinantes para o aumento da expectativa de vida, tais como: facilidades para a obtenção de alimentos, o ser humano não necessita mais caçar para realizar suas refeições; melhorias nas condições sanitárias, que propiciaram reduções no quantitativo de epidemias; cuidados básicos com a higiene; além dos avanços na área da saúde, com melhorias nos procedimentos cirúrgicos e a eficácia dos medicamentos para tratamento de doenças consideradas incuráveis. Como consequência destes fatores, ao longo da existência da humanidade a expectativa de vida vem aumentando, enquanto o número de nascimento está declinando, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 01: Expectativa de Vida Global

Ano	Expectativa de Vida	Nascimentos a cada mil habitantes por ano
8.000 a.C.	10 a 15 anos	80
1 d.C.	25 a 30 anos	80
1200	25 a 30 anos	60
1750 .	35 a 40 anos	50
1850	50 anos	40
2000	65 anos	22
2013	71 anos e 5 meses	19,4

Fonte: Revista Super Interessante, fev. 2005

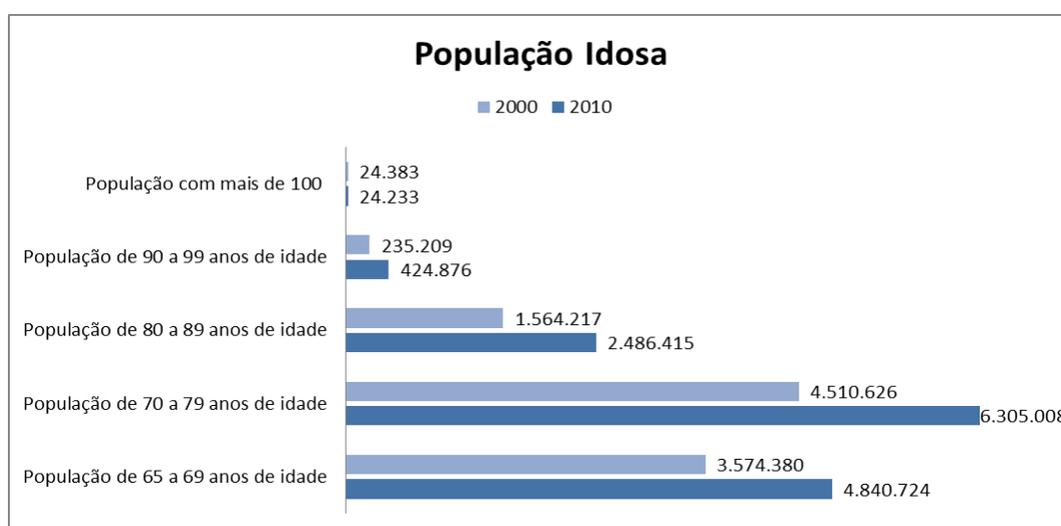
A vida longínqua é um dos anseios permanentes da humanidade, que desenvolve e aprimora tecnologias melhorando as condições da saúde dos indivíduos, porém esta perspectiva não está limitada apenas em permanecer vivo longos anos, é necessário viver com qualidade, dignidade e com garantia da eficácia de todos os direitos de um cidadão. Este aumento é uma conquista, visto que é um reflexo da melhoria das condições de vida da população, o que não exclui a preocupação sobre a capacidade das sociedades de tratar os desafios que estão associados a essa transformação demográfica (FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013). Bloom *et al* (2014, p. 18) afirmam que “(...) declínios de fecundidade são poderosos determinantes de mudanças com consequências econômicas na estrutura etária da população.”

De acordo com dados da Divisão de População das Nações Unidas, a taxa de fecundidade da população mundial caiu de 05 filhos por mulher em 1950 para 2,5 filhos em 2010. A projeção é que, a partir de 2020, ocorra aumento da população velha e redução do quantitativo de jovens em todos os países, independente do nível de desenvolvimento (FUNDO DE POPULAÇÕES, 2014). Neste cenário, com o aumento a expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade mundial, as Nações Unidas (FUNDO DE POPULAÇÕES, 2013) estimam que, em 2050, haverá mais pessoas acima de 60 anos do que menores de 15 anos de idade.

Neste contexto, o Brasil vem acompanhando a tendência do aumento da expectativa de vida, mas imerso nas características peculiares dos países da América Latina que ainda estão em processo de desenvolvimento e possuem graves problemas sanitários, de saúde, dentre outros, que provocaram um retardo no processo de aumento da longevidade durante muitos anos e que no final do século XX passaram a este índice de forma mais acelerada, que os países com o maior índice de desenvolvimento, nos quais o envelhecimento populacional ocorreu de forma gradativa.

Em relação à população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), a expectativa de vida subiu de 33.4 anos em 1910 para 74 anos e 10 meses em 2014. O Censo Populacional de 2000 demonstra a soma da população idosa de 14.536.029 indivíduos, o que corresponde a 8,6% da população total (COSTA *et al*, 2003), índice que ultrapassa os 7% preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para um país em processo de envelhecimento. Vale ressaltar que, atualmente, apenas o Japão conta com uma população de mais de 30% de idosos.

Figura 01: População Idosa Brasileira (2000-2010)



Fonte: IBGE, 2010

O gráfico demonstrou o aumento da população idosa brasileira principalmente na faixa etária entre 70 e 79 anos, em um período de 10 anos. Salienta-se, também, que o aumento deste grupo populacional, no Brasil, é percebido em todas as regiões.

Tabela 02: Participação dos grupos etários na população residente

Brasil e Grandes Regiões	Participação dos grupos etários na população residente total (%)								
	Brasil e Grandes Regiões - 1991/2010								
	1991			2000			2010		
	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+
Brasil	34,7	60,4	4,8	29,6	64,5	5,9	24,1	68,5	7,4
Norte	42,5	54,5	<b>3,0</b>	37,2	59,1	<b>3,6</b>	31,2	64,2	<b>4,6</b>
Nordeste	39,4	55,5	5,1	33,0	61,2	5,8	26,6	66,3	7,2
Sudeste	32,2	63,6	5,1	26,7	66,9	6,4	21,7	70,2	8,1
Sul	31,9	63,1	5,0	27,5	66,3	6,2	21,8	70,1	8,1
Centro-Oeste	35,3	61,5	3,3	29,9	65,8	4,3	24,5	69,7	5,8

Fonte: IBGE, 2010

A Região Norte é a que possui o menor percentual da população idosa do Brasil, porém, é relevante destacar que este quantitativo vem aumentando significativamente e, como todas as regiões brasileiras, demonstra a necessidade de direcionamentos de cunho governamental por meio de políticas públicas que abordem a temática e possibilitem que todos os indivíduos possuam condições de adquirir qualidade em todas as fases da vida.

Historicamente, apenas no ano de 1956 a Organização das Nações Unidas inseriu em sua agenda o tema sobre o idoso, mas de forma superficial. Em 1982, no evento “I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento”, em Viena, ocorreu o fórum global intergovernamental, o qual foi considerado o marco da discussão internacional de políticas públicas a favor da população idosa e onde foram estabelecidos: o marco de 60 anos para se considerar uma pessoa como idosa nos países em desenvolvimento e de 65 anos nos países desenvolvidos, e um plano de ação que garantisse segurança econômica e social e identificasse oportunidades para a integração dos idosos no processo de desenvolvimento dos países (BRASIL, 2014).

Dentro do histórico mundial da criação de Políticas Públicas, em 1992 foi aprovada a “Proclamação sobre o Envelhecimento” e 1999 foi escolhido como Ano Internacional dos Idosos com o slogan “Uma sociedade para todas as idades”. Em 2002, em

Madrid, ocorreu a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, evento em que foi revisto o Plano de Ação de Viena (1982) e foi aprovado dois documentos finais: a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional. Em relação aos países em desenvolvimento, foi ressaltado o contexto das extremas desigualdades sociais, de modo que tal Assembleia reconheceu a importância da inserção da temática sobre o envelhecimento no contexto das estratégias para a erradicação da pobreza. O Plano de Ação da II Assembleia ressaltou que as pessoas idosas devem ser protagonistas nas ações governamentais e sociais que lhes dizem respeito e estarem presentes no desenvolvimento de seus países e nas transformações sociais necessárias. Porém, colocou nas mãos dos governos a liderança dos meios para que os cidadãos tenham um envelhecimento ativo (BRASIL, 2014).

Na América Latina, destaca-se a Carta de São José que foi aprovada por mais de 150 representantes dos países membros da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). No Brasil os direitos específicos para atender as peculiaridades da pessoa idosa, na legislação, é relativamente recente. Oficialmente o tema relativo à velhice foi discutido pela primeira vez, no ano de 1976, no I Seminário Nacional de Estratégias de Políticas Públicas, que aconteceu em Brasília - DF, no governo do presidente Ernesto Geisel, sendo promovido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Essas discussões relativas a inserção desses direitos na legislação pátria, são provenientes, conforme Fernandes (1997), primordialmente, de três fatores: a expansão demográfica, com a redução da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida; as transformações sociais e a consideração de que a saúde dos indivíduos é afetada ao longo dos anos.

Tais direitos não foram incorporados a legislação brasileira apenas em decorrência da observância de dados estatísticos, a pressão da sociedade civil a partir de meados da década 70 foi fundamental para a publicação de normas que tratassem do tema referente ao idoso, segundo Fernandes (1997). Destacou-se, como início deste processo garantidor de direitos à pessoa idosa, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, ressaltando que a abordagem desta temática, neste instrumento normativo, foi muito superficial, sendo necessário que normas específicas fossem criadas. Depois de decorrido um período de 6 (seis) anos, após a promulgação da Carta Magna, houve a publicação da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), o Estatuto do idoso (Lei 10.741/03) apenas 9 (nove) anos após a constituição, enquanto que para a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006) houve o transcurso de 18 (dezoito) anos, o que demonstra que o processo para aquisição de direitos desse grupo da sociedade não foi facilmente alcançado.

### 3.1.1 Conquistas alcançadas por meio da Carta Magna

A Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida como a Constituição Cidadã, promulga em 21 de outubro de 1988, trás em seu conteúdo garantias que foram consideradas como inovadoras com relação às concepções democráticas. No art. 1º declara que são princípios fundamentais da República Federal do Brasil, a cidadania e a dignidade humana (incisos I e II) e estabelece como um dos objetivos fundamentais da República promover o bem de todos, sem preconceito ou discriminação em face da idade do cidadão, da origem, raça, sexo, cor (art. 3º, inciso IV). Nestes artigos a abordagem é ampla, porém fundamenta e resguarda que não é suficiente apenas estar vivo, mas valora a vida digna para todos, nesta perspectiva a pessoa idosa é um ser humano, é um cidadão e, portanto deve ser tratado com respeito, dignidade, e inserção social sem qualquer tipo de discriminação. Relevante destacar que o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana não é originário da Constituição brasileira visto que tal princípio foi resguardado na Declaração de Direitos Humanos.

Os artigos supramencionados, já seriam suficientes para garantir todos os direitos fundamentais, contudo, em virtude da fragilidade que acompanha o indivíduo após determinada idade, direitos específicos também foram garantidos, a esta parcela da sociedade, tais como:

- ✓ art. 5º, inciso XLVIII, da CF/88, o idoso dever cumprir pena em estabelecimento penal distinto, sendo resguardo neste inciso o princípio da humanidade;
- ✓ isenção do imposto sobre a renda percebida (art. 153, §2º, I) o idoso tem direito ao seguro social, ou aposentadoria, variando as idades, se homem ou mulher, se trabalhador urbano ou trabalhador rural (art. 201);
- ✓ garantia de um salário mínimo mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (arts. 203, V, e 204);
- ✓ o estado deverá assegurar assistência a cada um dos que a integram a família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (art. 226);
- ✓ os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (art. 229);

- ✓ os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares (art. 230, § 1º);
- ✓ transporte urbano gratuito, para os maiores de 65 anos (art. 230, § 2º);
- ✓ voto facultativo, para os maiores de 70 anos (art. 14, II, b);
- ✓ atribuição do Ministério Público em promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública em prol dos interesses difusos e coletivos, e dentre outros se destaca o direito dos idosos;
- ✓ Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (art. 134-A, alterado pela emenda Constitucional 80, de 2014).

Ao comentar os artigos que mencionam o idoso, sob a ótica do Direito Constitucional, Pedro Lenza (2012) caracteriza o envelhecimento como um direito personalismo e a proteção dada a este fenômeno como um direito social, em que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, por meio de políticas sociais públicas que permitam que este processo ocorra de forma saudável e com dignidade, por este motivo os programas direcionados ao amparo do idoso são, preferencialmente, executado em seus lares.

Vários artigos da Constituição são direcionados à pessoa idosa, tais como: direitos fundamentais, sociais, dentre outros, contudo houve a necessidade de se possibilitar a efetividade, por este motivo foram publicadas normas específicas e correlatas que regulamentam as normas garantidas.

Após a publicação da Constituição Federal, várias leis surgiram visando atender as especificidades da pessoa idosa. A primeira foi a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e Cria o Conselho Nacional do Idoso. Nesta lei se desta, dentre outros direitos:

- ✓ a garantia ao idoso da cidadania, com plena integração social, a defesa de sua dignidade e de seu bem-estar e do direito à vida, bem como o repúdio à discriminação (art. 3º);
- ✓ a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações (art. 4º);

- ✓ a priorização do atendimento do idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigado e sem família (art. 4º, VIII).

O Decreto Federal nº 1.948, de 3 de julho de 1996, foi quem regulamentou a lei sobre a Política Nacional do Idoso. Nesta regulamentação, normatizaram-se os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania, destaca-se:

- ✓ a conceituação de assistência asilar e não-asilar para o idoso (arts. 3º, 4º e 17);
- ✓ a atribuição de tarefas, a cada órgão da administração pública, na execução da política nacional do idoso (arts. 5º a 16);
- ✓ a proibição da permanência em instituições asilares de idosos portadores de doenças que exijam assistência médica permanente ou de assistência de enfermagem intensiva, cuja falta possa agravar ou por em risco sua vida ou a vida de terceiros (art. 18).

No ano de 1994, foi promulgada a Lei nº 8.842 que estabeleceu a Política Nacional do Idoso. Relativo a este instrumento normativo, Sousa (2004) relatou:

Ela veio consolidar os direitos dos idosos já assegurados na Constituição Federal, apresentando formas de concretização de instrumento legal capaz de coibir a violação desses direitos e promover a proteção integral do idoso em situação de risco social, retratando as novas exigências da sociedade brasileira para o atendimento da população idosa, sob o pressuposto da manutenção da Política Nacional do Idoso, como norma orientadora da atuação governamental da área. (SOUSA, 2004, p. 124)

Esta lei trouxe avanços significativos a serem agregados aos direitos da pessoa idosa, tais como:

- ✓ na promoção e na assistência social: há previsão de ações no sentido de atender as necessidades básicas do idoso, estimulando-se a criação de centros de convivência, centros de cuidados noturnos, casas-lares, oficinas de trabalho, atendimentos domiciliares, além da capacitação de recursos para atendimento do idoso (art. 10, I);
- ✓ na área de saúde: o idoso deve ter toda assistência preventiva, protetiva e de recuperação por meio do Sistema Único de Saúde; deve ser incluída a geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais (art. 10, II);

- ✓ na área da educação: a adequação dos currículos escolares com conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos; a inserção da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; a criação de programas de ensino destinado aos idosos; o apoio à criação de universidade aberta para a terceira idade;
- ✓ na área do trabalho e da previdência: impedir a discriminação do idoso, no setor público e privado; programas de preparação para a aposentadoria com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento; atendimento prioritário nos benefícios previdenciários;
- ✓ habitação e urbanismo: facilitar o acesso à moradia para o idoso e diminuir as barreiras arquitetônicas;
- ✓ na área da justiça: promoção jurídica do idoso, coibindo abusos e lesões a seus direitos;
- ✓ na área da cultura, esporte e lazer: iniciativas para a integração do idoso e, com este objetivo, a redução de preços dos eventos culturais, esportivos e de lazer.

Contudo, ao se abordar leis específicas, o grande marco ocorreu com publicação do Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 21 de outubro de 2003, que criou diversos direitos exercitáveis para a pessoa idosa, conferindo efetividade, segundo Vicente *et al* (2015), ao princípio da dignidade da pessoa humana garantido constitucionalmente. Neste instrumento foram garantidos: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Também foi estabelecido, tendo por parâmetro o critério idade, que são considerados idosos todos aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, salvo exceções expressas na própria lei, em que determinados direitos são garantidos para aqueles com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.

O artigo 2º do Estatuto do Idoso estabelece que, *in verbis*:

o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Destaca-se que os direitos elencados no estatuto não abrangeram unicamente uma área, mas foi garantido todo um sistema que propicie a pessoa idosa qualidade de vida, pautada no respeito e dignidade. Para se ter uma dimensão, exemplifica-se: atendimento preferencial imediato em quaisquer serviços que o idoso tenha a necessidade de utilização; preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; viabilização de formas alternativas de participação, e convívio do idoso com as demais gerações; priorização do atendimento ao idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; capacitação dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento; garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Com referência ao Estatuto do Idoso, Sousa (2004) afirmou:

O Estatuto do Idoso, uma legislação contemporânea com o objetivo protetivo assistencial quanto às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, assegurou-lhes, com tutela legal ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Sedimentando assim a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público de assegurar com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Com essa legislação, nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei. (SOUSA, 2004, p. 179).

Relevante destacar que as garantias constitucionais específicas da pessoa idosa não excluem as demais que são direcionadas a todos os cidadãos brasileiros, acrescenta-se também que apenas a publicação de normas não é suficiente para que haja transformação no modo de agir de uma sociedade, para Antônio Rulli Neto (2003):

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto, expressamente, direitos e garantias fundamentais, mas, apesar disso, há a necessidade de vontade política para o implemento da norma direcionamento das políticas públicas para a proteção do ser humano, sempre que não for auto-aplicável o dispositivo constitucional ou no caso de depender de implementação de políticas públicas. (RULLI NETO, 2003, p. 58)

As legislações constitucional e infraconstitucional garantem direitos que possibilitam um envelhecimento digno, porém não se pode afirmar a eficácia de tais garantias. Mesmo com direitos garantidos explicitamente na Constituição de 1988 e legislações específicas norteando o tema, ainda é latente o desrespeito aos direitos da pessoa idosa. Apesar dessas garantias, os desafios são inúmeros para que o indivíduo maior de sessenta anos possa ser visto como parte integrante da sociedade, que é um Direito Fundamental resguardado pelo princípio da dignidade da pessoa idosa. Não se transforma uma sociedade apenas com normas e políticas públicas.

A abordagem de Moraes (2007) para o Estatuto do Idoso foi:

Ao garantir atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços da população, viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações, capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos, estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento e garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais, entre outras formas de prioridade à terceira idade, a nova legislação brasileira reconheceu, como se faz nos países europeus, o envelhecimento como um direito social, a ser devida e especificamente protegido. A nova legislação será mais um valioso instrumento para a continuidade do trabalho prioritário que o Poder Público deve realizar defesa da efetividade dos direitos da terceira idade. (MORAES, 2007, p. 805).

É inegável que o Estatuto do Idoso possibilitou a garantia de direitos específicos e peculiares para as pessoas idosas terem dignidade, contudo, é relevante destacar que no que tange a eficácia dos direitos resguardados, ainda há necessidade de reformulações associadas a necessidade de que cada geração seja educada para compreender e respeitar este novo contexto intergeracional que vive a humanidade.

Destaca-se que as garantias da pessoa idosa não estão limitadas as normas mencionadas acima, existem outras legislações que abordam a temática e que estão respaldadas no princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, isto significa que todo direito positivo nacional deve ser interpretado de modo a tutelar prioritariamente os interesses existenciais da pessoa humana (FERRAZ *et al*, 2013). Contudo não é suficiente apenas garantias legislativa, como demonstra Alexandre de Moraes (2007):

Mais do que reconhecimento formal e obrigação do Estado para com os cidadãos da terceira idade, que contribuíram para seu crescimento e desenvolvimento, o absoluto respeito aos direitos humanos fundamentais dos idosos, tanto em seu aspecto individual como comunitário, espiritual e

social, relaciona-se diretamente com a previsão constitucional de consagração da dignidade da pessoa humana. O reconhecimento àqueles que construíram com amor, trabalho e esperança a história de nosso país tem efeito multiplicador de cidadania, ensinando às novas gerações a importância de respeito permanente aos direitos fundamentais, desde o nascimento até a terceira idade. (MORAES, 2007, p. 805)

A dignidade está calcada em uma diversidade de valores máximos que estão inseridos na coletividade, resguardados, principalmente, nos direitos fundamentais, o que a torna indissociável do princípio da dignidade da pessoa humana (AWAD, 2006). Apesar de estarem garantidas na constituição e em legislações correlatas, almeja-se que a eficácia das normas protetoras, galgada na dignidade, seja alcançada em sua totalidade e concretizada no cotidiano na fase da velhice, visto que a efetivação desses direitos decorre de processo de transformação nas estruturas sociais, políticas, jurídicas, econômicas e culturais da sociedade. (Santin, 2013). O filósofo Emmanuel Kant, já expunha, que:

no reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade (KANT, 2008, p. 65).

É latente o desrespeito aos direitos da pessoa idosa, pois o número de denúncias que relatam maus tratos físicos, psicológicos e econômicos, de acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2012), foi totalizado em 7.160, no período de janeiro a novembro de 2011 e, durante esses meses, em 2012, foi de 21.404, o que corresponde a um aumento de 199%. Vários fatores propiciaram a ampliação destas denúncias, o que demonstra os inúmeros desafios que o indivíduo maior de sessenta anos precisa superar para que possa ser visto com mais respeito e dignidade pelas outras gerações da sociedade, no intuito de ter resguardado direitos fundamentais norteados pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

No tocante aos dados da violência contra o idoso no estado Tocantins, considerando os que estão acima de 65 anos de idade, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública, coletados no período de 2009 a 2014, os tipos de crimes predominantes contra são a ameaça e a lesão corporal culposa no trânsito.<sup>2</sup>

Com relação ao tema, Ana Maria Viola de Sousa (2004) afirmou:

A preocupação com a real situação dos idosos em nosso país nos levou a repensar formas ou meios que conduzissem o legislador e o aplicador do

---

<sup>2</sup> Tabelas com a estatística criminal da violência contra o idoso (acima de 65 anos), emitidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, em anexo.

direito a fazer justiça a essa camada crescente em nossa sociedade. Contudo, direitos apenas formalmente inseridos na lei não conferem aos idosos a dignidade, o respeito, e a integração no novo modelo da sociedade atual e nem mesmo na futura. (SOUSA, 2004, p. 9).

Desta forma, como garantir a eficácia deste princípio a este grupo social? Dentre diversas diretrizes, a priorização de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e o enfrentamento de problemas que decorrem do processo de envelhecimento populacional se configuram como importantes ações, contudo não suficientes para atendimento das especificidades do idoso. Diante disto é imprescindível diretrizes específicas, no âmbito da educação, que tenham como foco o desenvolvimento de atividades educacionais intergeracionais, com respeito a heterogeneidade de cada geração.

A intensidade e a efetividade do respeito aos idosos demonstram o grau de desenvolvimento educacional de um povo, e somente com educação integral poderemos garantir a perpetuidade e a efetividade do Estado Democrático de Direito, a partir da formação de consciência de cidadania e justiça em todos os cidadãos. (MORAES, 2007, p. 805)

O envelhecer é um fenômeno heterogêneo que propõe um cenário de percepções diversificadas e a escola precisa perceber esta diversidade, pois há inúmeros tipos de velhos: ricos, pobres; com família, sem família; com e sem problemas de saúde; vítimas de violência e os que não sofrem violência; os que vivem com familiares e os que vivem em instituições asilares ou mesmo nas ruas; com idades diversas (RAMOS, 2013). Diante destas especificidades, deve-se almejar a inexistência de uma padronização dos idosos, encaixando-os em concepções generalistas, sendo que para isto necessário será uma transformação social para que haja o reconhecimento dos direitos de cada cidadão, como preceitua Braga (2011):

Quando o Brasil reconhecer o potencial de seus membros idosos, passará a lutar para que o direito os reconheça como cidadãos. E, finalmente, se os idosos tiverem sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a família, o estado e a sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles, que estão envelhecendo. Quando estivermos neste grau de evolução, estaremos conquistando o nosso próprio espaço no futuro e resguardando a nós mesmos um envelhecimento digno. Neste momento, poderemos nos identificar como uma sociedade ética, que reconhece todos os ciclos da vida e os preserva sem distinção. A criança, o adolescente, o adulto e o idoso têm o mesmo espaço social e o mesmo direito ao respeito, respeito esse entendido na sua forma mais ampla (BRAGA, 2005, p. 161).

Este reconhecimento abordado por Braga (2005) não pode mais ser postergado, em decorrência do aumento da expectativa de vida, o qual está possibilitando o convívio de múltiplas gerações no mesmos espaços sociais, não apenas em residências, mas também no

trabalho e em áreas de lazer, dentre outros. Diante disto, para que as atividades educacionais intergeracionais sejam melhor realizadas e possam viabilizar uma convivência pacífica entre as gerações, torna-se relevante a compreensão da heterogeneidade do idoso, como também, da classificação e especificação dos diferentes grupos geracionais. Neste novo contexto social, ressalta-se a importância da escola como agente que pode viabilizar o processo de transformação de compreensão e aceitação do conviver intergeracional harmonioso com garantia da eficácia do respeito a dignidade da pessoa idosa.

### 3.2 NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIAL A PARTIR DAS ESPECIFICIDADES DAS GERAÇÕES

O aumento da expectativa de vida está propiciando que várias gerações possam conviver em um mesmo contexto histórico. Desta forma há a necessidade de se conhecer as características e especificidades destas gerações para facilitar a compreensão e a influência na construção social e histórica de uma sociedade. Como consequência, ao reconhecer as diferenças, a diversidade das identidades e da cultura, possibilita-se o surgimento de um ambiente de convivência propício para um melhor desenvolvimento de ações e atividades pedagógicas que irão refletir na conduta de respeito ao próximo.

Quanto à compreensão das gerações, é preciso salientar que estudos e menções no que se refere ao lapso temporal de durabilidade de uma geração não é recente. Para Comte (1864) o período de duração de uma geração era em média 30 anos e, numa concepção positivista, afirmava que uma nova geração viria para dar continuidade à antecessora, por meio de um processo de inovação. Acreditava que a vida não poderia ser extremamente longa, para que não inibisse a nova geração e nem muito breve a ponto de impedir o progresso da humanidade. Definia as gerações por meio de períodos que poderiam ser medidos objetivamente por anos de vida e que por serem subsequentes, as gerações mais novas substituiriam as mais antigas (FEIXA *et al*, 2010).

Ao passar dos anos esta concepção positivista não foi mais aceita em sua plenitude. Dilthey (1922) apresenta uma abordagem sobre gerações valorizando mais o cunho historicista e qualitativo, em oposição a teoria anterior de Comte de que para definir uma geração seria necessário a análise do tempo e da experiência em termos quantitativos (FEIXA *et al*, 2010). A nova concepção passou a considerar irrelevante a sucessão das gerações, valorando mais as influências históricas comuns, tais como as intelectuais, sociais e políticas afirmando que com base em acontecimentos e experiências compartilhadas, em um período de

tempo, haveria concretamente a formação de uma geração. Dilthey (1989) defendia, ainda, que por meio da conexão entre o tempo humano e o tempo histórico, poderia o ser humano se distanciar do tempo da natureza, visto que este não possui historicidade e, deste modo, é irrelevante.

A concepção de geração, por meio de uma formulação sociológica, provém da teoria das gerações de Mannheim (1928), que se distanciava da teoria positivista de Comte, a qual possuía uma concepção biológica das gerações, como também da teoria romântico-histórica qualitativa de Dilthey, isto porque a sua teoria foi fundamentada em bases sociais e no processo histórico-social. Mannheim (1928) considerava que uma geração era delimitada pelo compartilhamento de um determinado processo histórico, oriundo de eventos que provocassem a descontinuidade histórica e que esta experiência gerasse uma conexão particular entre os indivíduos que a vivenciaram por meio da criação de vínculos (FEIXA *et al*, 2010).

A teoria de Mannheim foi ampliada pelo sociólogo inglês Philip Abrams (1982), porém com circunstâncias diferentes, isto porque relacionou a noção histórico-social da geração à identidade por meio da junção entre o tempo individual e o tempo social, defendendo o entrelace da individualidade com a sociedade como construção histórica. Para Abrams (1982), considera-se geração o período temporal em que uma identidade é construída, agregando a este processo construtivo os significados sociais e históricos. Com base nesta perspectiva sobre gerações surgem caracterizações e especificidades que procuram explicar a forma de comportamento de determinados grupos (FEIXA *et al*, 2010)..

Baseados nas características da sociedade americana e com respaldo na taxa de fertilidade e nos índices de imigração, Willian Strauss e Neil Howe (1992) observaram que a humanidade possui ciclo geracional que perdura de 80 a 100 anos. Para os autores, cada ciclo geracional está dividido em períodos ou eras, com duração aproximada de 22 anos, da seguinte forma: idealista, reativa, consciência cívica e de adaptação. Eles concluíram que crianças nascidas no mesmo período compartilhavam de experiências histórico-culturais similares que as tornavam semelhantes entre si, porém diferentes das que nasceram em período diverso.

O estudo apresentado por Strauss e Howe (1992), abordou análises e estimativas do ciclo geracional no intervalo de 1584 a 2069, que norteou a classificação das gerações como estão caracterizadas na atualidade, inclusive com a estimativa da influência da educação em gerações futuras. Entretanto, não puderam perceber, com os dados que tiveram acesso à época, a influência da tecnologia no cotidiano das pessoas em todas as camadas sociais, como

também não puderam prever o período de recessão econômica e a crise financeira mundial e estudar o impacto destes fatores nas características de uma geração.

Ao longo dos anos, na classificação de um período geracional, perdurou o entendimento de que o mesmo teria a duração média de 20 a 25 anos e este tempo foi definido com base no cálculo entre o nascimento dos pais e o nascimento dos filhos. No entanto, esta é uma concepção sob o aspecto biológico que atendia aos sociólogos, porém, como considera McCrindle (2014), diante do surgimento de novas tecnologias e de rápidas transformações que estão ocorrendo, um intervalo de duas décadas entre uma geração e outra pode ser considerado muito amplo. O autor ainda considera a interferência do fato da mulher vir aumentando a idade para gerar o primeiro filho que em 1982 era aos 25 e em 2009 aos 31,2 anos de idade. Desta forma é importante considerar uma geração não pela idade e estágios da vida, mas pela definição sociológica, cultural, histórica e pelas condições e avanços tecnológicos considerando ainda que, atualmente, o período da infância é cada vez mais reduzido.

Diante desta conjuntura e considerando as mudanças que as sociedades vem passando de forma acelerada, em decorrência principalmente dos avanços tecnológicos, poderão existir novas gerações em um período de tempo inferior a dez anos.

Esta abordagem sobre a concepção de gerações se fez necessária para a compreensão da importância de uma educação norteada por um enfoque intergeracional: para tanto, a classificação escolhida foi fundamentada nos estudos de Strauss e Howe (1992), McCrindle (2014), Lombardia (2008) que caracterizou as gerações considerando o lapso temporal e acontecimentos históricos-sociais marcantes, além de inovações tecnológicas que pudessem interferir significativamente na conduta dos seres humanos.

Neste contexto, a classificação das gerações apresentada neste trabalho de pesquisa é a seguinte: Geração Silenciosa, *Baby Boomer*, Geração X, Y, Z e Alpha.

Tabela 03: Linha do Tempo das Gerações

<i>Geração Silenciosa</i>						
<i>Baby Boom</i>						
<i>Geração X</i>						
<i>Geração Y</i>						
<i>Geração Z</i>						
<i>Geração Alpha</i>						
	1925-1942	1943-1960	1960-1970	1970-1990	1990 -2010	2010 aos dias atuais

Fonte: articulada pela autora

### 3.2.1 Geração Silenciosa

Os nascidos entre 1925 e 1942, foram crianças que passaram por dificuldades econômicas, eram filhos de pais que haviam vivenciado a Grande Depressão. Desta forma, conforme Figueiredo (1998), tornaram-se adultos que valorizavam em demasia o emprego, eram funcionários obedientes e possuíam um estilo de liderança autoritário. Presenciaram períodos de grande impacto na história da humanidade, tais como: o nazismo, de Adolf Hitler na Alemanha; o fascismo de Mussolini, na Itália, bem como o franquismo e a Guerra Civil Espanhola de 1936.

Straus e Howe (1992) caracterizaram esta geração como tradicional, que respeitava valores pré-estabelecidos; indivíduos que tem a família como base da sociedade, sendo o pai o chefe da família e o provedor, enquanto a esposa possui a atribuição de ser dona de casa e cuidar dos filhos; também possuíam respeito à religião, imenso orgulho da nação e de respeito aos grandes heróis nacionais. Destacou-se ainda como sendo uma geração prática, mas com hierarquia rígida, por este motivo não compreendem bem as gerações mais novas que mudam constantemente de emprego e não respeitam os superiores.

### 3.2.2 Geração *Baby Boomer*

A geração *Baby Boomer*, do período entre 1943 a 1960, foi considerada por Straus e Howe (1992), como a primeira do ciclo geracional. O termo *baby boomer* pode ser traduzido como "explosão de bebês", em decorrência do fenômeno ocorrido nos Estados Unidos, logo após a I Guerra Mundial, em que a taxa de natalidade passou por um período de elevação, que perdurou por vinte anos. Caracterizou-se por um período em que a economia dos Estados Unidos estava em alta, decorrente do volume de exportação, mas o evento mais marcante foi o da Guerra do Vietnã. Os autores ainda subdividem esta geração em: Primeiros Boomers (1946 – 1954) que foram os que serviram durante a Guerra do Vietnã e os Boomers Posteriores ou Geração Jones (1955 – 1964) que não lutaram diretamente na guerra, mas sofreram consequências do período do pós-guerra nos Estados Unidos.

Foi constituída por indivíduos que dominaram o panorama mundial, criaram o movimento juvenil dos anos 60; o *rock and roll* com a consagração de artistas que se tornaram símbolos desta geração, tais como: Elvis Presley, Little Richard; Buddy Holly; Bob Dylan, Beatles, Rolling Stones; foi a primeira geração a crescer assistindo televisão.

Exploraram em demasia o fato de serem jovens, eram egocêntricos, por este motivo também foi chamada de “geração do eu”; modificaram o entendimento de que mulher deveria casar jovem e gerar muitos filhos. Esta geração, em decorrência de inúmeros acontecimentos históricos que presenciou, valorizou muito o conhecimento e o respeito da moral e dos costumes aprendidos no período da juventude.

### 3.2.3 Geração X ou *baby buster*

Em 1991, o autor canadense Douglas Coupland, lançou o livro *Geração X: contos para uma cultura acelerada*, em que relatou as características dos jovens da segunda metade da década de 80. Com esta publicação, popularizou-se o termo Geração X para definir os indivíduos que nasceram em meados da década de 60 até o final de 70, mas quem primeiro utilizou esta terminologia foi Robert Capa, em 1950, em um ensaio fotográfico (ULRICH, 2004).

Como fatos relevantes que marcaram esta geração, Lombardia (2008) destacou o movimento brasileiro pelas "Diretas Já", o fim da Ditadura Militar e o surgimento de doenças graves como a AIDS, em 1981, que atingiu inúmeras pessoas e motivou mudanças comportamentais em decorrência do medo de contrair a doença que se alastrou, destaca-se, ainda, que este temor foi ampliado visto que muitos ídolos do período padeceram em decorrência da referida a doença, como: Cazuzza, Renato Russo, Lauro Corona, Fred Mercury, dentre outros. Assistiram pela televisão a Guerra do Golfo, a explosão da nave espacial *Challenger* e a queda do Muro de Berlim. Presenciaram a inserção da informática no cotidiano das pessoas. É caracterizada, no campo do trabalho, por ser uma geração que possui dificuldade de mudanças.

Nesta geração, segundo Lombardia (2008), houve um surgimento de uma subcategoria ocorrida em meados da década de 80 que foi denominada de *yuppies* ou *young urban professionals*, e era constituída por indivíduos que buscavam sucesso social, profissional e econômico, como também adiavam a constituição de uma família e não possuíam interesse em gerar filhos. Foram muito criticados pela dedicação excessiva ao trabalho, ao consumo exacerbado e a não priorização da família.

### 3.2.4 Geração Y

Geração constituída pelos jovens nascidos na década de 80 e 90, também é conhecida como: *echo bumers* ou geração *Why* ou geração *net* (LOMBARDIA, 2008). Relevante destacar que quanto ao período compõe esta geração, não há opinião unificada entre os estudiosos do assunto, como exemplo Don Topscott, que considera desta geração apenas os nascidos após 1980, enquanto outros afirmam que é da geração Y os que nasceram em meados de 1970 até meados de 1990 (LOIOLA, 2009).

Enquanto os indivíduos das gerações anteriores estavam preocupados primeiramente com a aprendizagem de novas habilidades no campo profissional, para Veloso *et al* (2012), os da geração Y estavam voltados para a ascensão profissional. Estes indivíduos, segundo Tapscot (2008), formaram a primeira geração que nasceu imersa nas inovações tecnológicas relacionadas a informática, não vivenciaram o processo ditatorial, apenas conhecem a democracia.

Em decorrência da imersão desta geração no mundo tecnológico, Lombardia (2008), afirma que estes indivíduos possuem dificuldade em compreender a vida sem *internet*, sem celular, sem *vídeo game*, são silenciosos e contundentes, utilizam *blogs* e *SMS* para manifestar suas insatisfações, e são capazes de recusar empregos com altos salários em prol da qualidade de vida e da família, ação esta que não é compreendida pela Geração X. São imediatistas, não costumam esperar, em decorrência de terem nascido no período em que os computadores e a *internet* e a disponibilização de dados ocorre em um período mínimo de tempo. E neste contexto de facilidade de acesso à informação, não possuem paciência para a leitura de livros, visto que é mais fácil a utilização da *internet* para sanar dúvidas, e como consequência do alto volume de dados disponíveis é comum entre estes indivíduos que existam aqueles que possuam dificuldades para organizar, priorizar e transformar os dados coletados em informações significativas.

A geração Y é caracterizada, por Lombardia (2008), como aquela formada por indivíduos que possuem o nível de estudo maior do que as anteriores, um número elevado possui pós-graduação, comumente falam o idioma inglês; são solteiros ou casados com poucos filhos; priorizam laços profissionais e gostos sociais à raça, nacionalidade ou religião; não possuem dificuldade de mudar de emprego; possuem extrema facilidade de manejo de tecnologias tanto no ambiente laboral como em casa; enquanto as mulheres da geração anterior lutaram e conquistaram o direito de adentrar ao mercado de trabalho, inviabilizando

inúmeras vezes a dedicação da prole, a mulher da Geração Y busca equilibrar trabalho e criação dos filhos; trocaram a concepção mecanicista do trabalho, implantada pela Geração X, por uma concepção mais aberta que tem como prioridade a satisfação e o desenvolvimento pessoal.

Aqueles que nasceram entre os anos 80 e 90, denominados Geração Y, possuem facilidade em compreender as novas tecnologias, isto porque as utilizam desde do nascimento, possibilitando o desenvolvimento de habilidade e competências diferenciadas das gerações anteriores (FRANÇA, 2011).

### **3.2.5 Geração Z**

Geração Z é constituída pelos indivíduos nascidos em meados da década de 90 até 2010, momento histórico que ocorreu a revolução tecnológica e que houve a popularização da acessibilidade à *internet* por meio de computadores portáteis, telefones celulares com inúmeras funções, dentre outros instrumentos. A terminologia veio da palavra *zapear*, isto porque é comum dentre estes indivíduos, ao assistirem televisão, a mudança constante de canais, como também assistem TV e passam o computador e retornam em questão de minutos (IstoÉ, “Geração Zapping”, 18/7/2001). A forma de pensamento, desta geração, está relacionada com a velocidade imposta pela tecnologia, não estão preocupados em acumular informações, como ocorreu nas gerações anteriores, mas sim selecioná-las, como afirma a reportagem apresentada pela revista VEJA especial Jovens (set/.2001).

### **3.2.6 Geração Alpha**

São considerados os nascidos a partir do ano de 2010, formada por crianças que desde os primeiros meses de vida estão imersas a diferentes tipos de tecnologias, tais como: *smartphones*, *tablets*, câmaras fotográficas, *vídeo games*, etc. Crianças que frequentaram a escola em idade bem inferior a das gerações anteriores, além de estarem imersas em uma sociedade permeada pelo excesso de informação, com alto índice de mudanças sociais e alto nível de conectividade e mobilidade.

Neste contexto, não se pode esperar que estas crianças se adaptem com facilidade a um modelo de escola tradicional, por este motivo o sistema escolar, nos últimos anos, vem

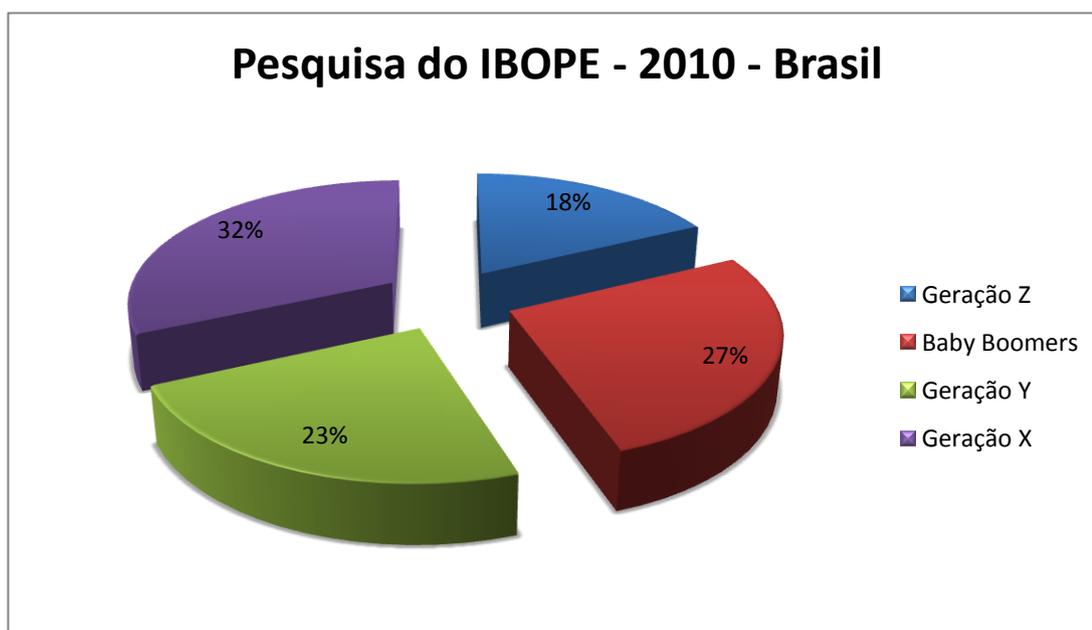
passando por transformações que valorizam mais a individualidade e autonomia dos alunos, com o planejamento voltado para a pedagogia de projetos que aguça mais a criatividade e o interesse pelo processo de ensino/aprendizagem. (PAULINO, 2014).

### 3.2.7 A convivência intergeracional

Estas gerações, em decorrência do aumento da expectativa de vida, estão convivendo pela primeira vez na história da humanidade, e possuem características diversas que possibilitam a ocorrência de divergências intergeracionais, não apenas em ambientes de trabalho ou lazer, mas principalmente no âmbito familiar. Por isto a urgência em proporcionar a todos a compreensão de que os indivíduos da geração silenciosa e da *baby boomers*, por estarem vivendo no período da velhice, não são descartáveis e que possuem imensas experiências de vida que não podem ser esquecidas.

Segundo pesquisa realizada pelo IBOPE mídia, no período de Julho de 2009 a agosto de 2010, a população brasileira, quando classificada por gerações, sem considerar a geração alpha, apresenta-se da seguinte forma:

Figura 02: Pesquisa IBOPE 2010 sobre Gerações



FONTE: Target Grops Index Bry11W1+W2 (Ago09 – Jul10)

Diante deste novo panorama, de convivência simultânea intergeracional, busca-se alternativas para propiciar a qualidade de vida em um dos momentos mais vulneráveis da vida

de um ser humano, na velhice. Inúmeras famílias brasileiras, possuem mais de três gerações na mesma residência, e como já apresentado acima, com perspectivas de mundo muito diferenciadas. Ressalta-se que há divergências até na importância de um aparelho de televisão, visto que, enquanto algumas gerações não tiveram acesso a este meio de comunicação, as gerações mais novas não compreendem o mundo sem estes equipamentos eletrônicos e muito menos sem acesso à internet ou celular. Estas diferenças intergeracionais propiciaram o surgimento de conflitos, muitas vezes violentas, que reduzem a qualidade de vida da pessoa idosa, diante deste fenômeno, os indivíduos necessitam estar educados para a convivência entre os diferentes, pautando-se no respeito a heterogeneidade e especificidade do outro. Neste contexto, a velhice:

É uma fase, que leva o indivíduo a uma reflexão sobre a vida e a sua fase mais complexa e mais dramática, a que antecede a morte. A revolução dos jovens parecia mesmo uma revolução até que John Lennon percebeu que o sonho havia acabado. E aqueles jovens que haviam decretado o surgimento do Poder Jovem, da Jovem Guarda, finalmente envelheceram (REIS apud JAPIASSU, 2013, p. 1017).

A promoção do pacífico convívio entre as gerações é o grande desafio do século XXI, para todos os países. No Brasil a população está aumentando a expectativa de vida, o que torna a qualidade de vida essencial neste processo de envelhecimento da pirâmide etária, e atrelada a esta qualidade, outro fator deve ser considerado: o anseio de um convívio intergeracional harmonioso.

O contexto histórico social em que cada geração viveu é a base para compreender as dificuldades das pessoas mais idosas em aceitar os posicionamentos e atitudes dos mais jovens, como também a incompreensão destes com os mais velhos. Estas diferenças perpassam por vários contextos, deste do vocabulário, a forma de se vestir, de se portar em ambientes como o do trabalho, até mesmo a forma de entender o que pode ser considerado como família.

Há poucos anos atrás, a compreensão de que cada geração possui especificidades diversas, não seria considerada como um problema social. Porém diante do aumento acelerado da expectativa de vida, a ampliação de vários seguimentos da sociedade e o surgimento de conflitos intergeracionais, houve uma interferência do Estado, por meio da criação de Políticas Públicas direcionadas ao atendimento das necessidades da pessoa idosa, como também por meio de publicação de normas legislativas que estabelecem regras essenciais que garantissem um envelhecimento com dignidade. Mas apenas tais medidas não estão sendo suficientes para reduzir os elevados índices de violência contra o idoso, dados

estatísticos do governo federam demonstram que os mesmos vem aumentando no decorrer dos últimos anos.

Nesta conjuntura emerge a educação como uma diretriz fundamental para viabilizar a transformação desta realidade, principalmente por meio do desenvolvimento de projetos com ações/atividades intergeracionais que viabilizem a troca de conhecimentos, o diálogo e, conseqüentemente, o respeito mútuo, desde os primeiros anos de vida das crianças.

### 3.3 CONFLITOS INTERGERACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

Todos que pertencem às gerações silenciosa (nascidos no período de 1925 a 1942) e a *baby boomer* (nascidos no período de 1943 a 1960), estão com a idade acima de 60 (sessenta) anos, e, desta forma, são considerados idosos pela legislação brasileira. Como apresentado em itens anteriores, espera-se que o índice da expectativa de vida aumente a cada ano, em decorrência deste fato se estima que grande número de indivíduos irá permanecer nesta fase da vida, em média 30 anos.

O senso do IBGE de 2010 o Brasil apresentou o número de mais de 30.000 pessoas com a mais de 100 (cem) anos de idade. De acordo com o PNAD/2012, publicado em 2013, a população acima de 60 anos é 24.800.000, a maior da história do Brasil. Ainda, conforme dados do IBGE/2010, São Paulo possui o número mais elevado, um total de 5,4 milhões, em segundo lugar está o estado de Minas Gerais com 2,6 milhões e em terceiro Rio de Janeiro com 2,4 milhões de indivíduos que ultrapassaram a idade de 60 anos.

Neste cenário essa parcela da sociedade não é a maioria da população brasileira, porém significativas mudanças são observadas, tais como o aumento do quantitativo de famílias intergeracionais, em decorrência do aumento da expectativa de vida, e conseqüentemente a convivência de várias gerações morando em uma mesma residência. Segundo o IBGE (2010) há no Brasil 10 milhões das residências que possuem mais de um morador ou formada por casais com filhos. Nestes casos, aproximadamente 30,2% são crianças, adolescentes e jovens (0 a 24 anos), grupo pertencente a geração Y e Z; 36,2% pessoas com 25 a 59 anos, formados na maioria pela geração X ; 29,1% com 60 a 79 anos, compostos pela geração *baby boomer*; e 4,6% com 80 anos ou mais anos de idade, integrantes da geração silenciosa, conforme dados de 2003 (CAMARANO, 2004). Atualmente, cerca de 27% dos lares têm a presença de pessoas idosas na composição das famílias.

Surge então um grande desafio: como aprender a viver em comunidade, com respeito ao próximo, especialmente aos mais velhos? Os índices de violência contra a pessoa idosa são altos e a maioria ocorre no âmbito familiar, provocada geralmente por parentes próximos. Porém, ressalta-se que essas atitudes violentas são provenientes da discriminação e de atitudes preconceituosas que estão arraigadas nas sociedades há séculos, conforme relato do Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, 2014:

O abuso contra a pessoa idosa é um problema que remonta a tempos passados e sempre esteve presente em todos os tipos de sociedade. E é uma ilusão pensar que as sociedades de qualquer tempo tratavam bem essa população, pois a história não mostra isso na maioria dos casos. Preconceito e discriminação são as formas mais antigas, comuns e frequentes de violência contra os velhos/as. Os jovens e adultos, nos mais diferentes contextos históricos, tendem a desvalorizá-los/as e a tratá-los/as como descartáveis, inúteis e sem função social. Esse comportamento estimula neles a depressão, o isolamento e, em muitos, o desejo de morte. (BRASIL, 2014, p. 23).

A violência contra a pessoa idosa ocorre, na grande maioria dos casos, no seio familiar, como mencionado anteriormente nesta dissertação, e é feita principalmente por filhos, netos e sobrinhos. Estas agressões não estão limitadas apenas às físicas, pois existem índices altos de agressões psicológicas, conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante ano de 2011 a 2014, foram registradas 77.059 contra violação de direitos da pessoa idosa. Dos casos de violência denunciados contra a pessoa idosa: a psicológica alcançou 56%; o abuso financeiro compreendeu 43% e a violência física 27,72%. Porém o que mais preocupa é que dentre todas as violações denunciadas, no período acima mencionado, o montante de 76,48% foi cometido no ambiente familiar das vítimas; sendo que 51,55% da forma de violências foram praticadas pelos filhos das vítimas.

Ressalta-se que 90% dos idosos moram com a família, especialmente filhos e netos (BRASIL, 2013), o que torna a pessoa idosa mais vulnerável e não permite que os danos sofridos por este grupo social sejam evidenciados, visto que é muito difícil para um idoso denunciar ao Poder Público um ente querido, fato que dificulta o processo de punição e mascara muitos atos violentos. Das denúncias pesquisadas, 2/3 os agressores identificados foram os filhos, parentes e cônjuges, que na sua maioria agem com abusos e negligência, perpetuando concepções preconceituosas contra os idosos. Os conflitos intergeracionais são provenientes de características muito divergentes entre as gerações, como as apresentado no item 2.2 desta pesquisa, acrescidos da falta de condições econômicas e de disponibilidade

para cuidar dos mais velhos. Minayo (2005) acrescenta a interferência de que no imaginário social a pessoa idosa é concebida como um ser decadente e descartável.

Esta forma preconceituosa contra o idoso é identificada em inúmeras ações cotidianas, como se pode observar em entrevista com Sra. J<sup>3</sup>, de 61 anos, que é acadêmica da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT). A Sra. J demonstrou ter conhecimento de seus direitos e em situações em que há possibilidades da violação dos mesmos não apresenta a postura de permanecer inerte. Fato demonstrado quando foi questionada sobre os transportes coletivos, e respondeu que os usuários sempre dão a ela mais atenção e acolhimento do que os trabalhadores das empresas de ônibus. Por ser uma pessoa idosa, possui o direito de utilizar o transporte público sem pagar, mas nem sempre isso é respeitado, e ela relatou o seguinte:

Eu não sou aposentada e não possuo a carteirinha, então são poucos os motoristas que querem aceitar ... eles aceitam mais pela minha deficiência e não pela minha idade... e ai eu estou andando com a carteira de identidade, né? E tem deles [motorista de ônibus] que diz: - a senhora não tem idade não [falou mais ríspido ao relatar o fato]. Ai alguns passageiros começa a ficar nervoso e aí e eu falo não meu filho pode deixar por ele [o motorista] não leva mas o próximo que vier leva. Aí teve um que eu falei essa palavra e ainda falei assim: eu tenho o dinheiro bem aqui, mas eu não vou pagar não porque até agora eu nunca paguei e o próximo que vier vai me levar, ai quando eu falei assim ele abriu a porta e me deixou entrar.

O Sr. V<sup>4</sup> possui 66 anos, começou falando que está ótimo, que tinha uma saúde estável mesmo sendo hipertenso, pois é uma doença controlável. Possui plano de saúde, mas também utiliza atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e disse ficar inconformado com o atendimento precário que os idosos recebem nas unidades de saúde tanto estaduais como municipais. Faz uso de transporte público porque utiliza o direito da gratuidade em decorrência da idade, porém afirmou que o serviço não respeita os direitos dos idosos:

É ridículo, às vezes de vocês estiver em um ponto de ônibus só, eles não param... se você der a mão para eles e eles verem que você tem idade, eles não param....eles deixam você lá sozinho, é um desrespeito ao idoso, o idoso neste sentido é prejudicado.

---

<sup>3</sup> Sra. J é aluna da UMA/UFT [out. 2013]. Entrevistadora: Samara Queiroga Borges Gomes da Costa. Palmas, 2013. Entrevista concedida a aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT

<sup>4</sup> Sr. V é aluno da UMA/UFT [out. 2013]. Entrevistadora: Samara Queiroga Borges Gomes da Costa. Palmas, 2013. Entrevista concedida a aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT

Relatou também quanto ao comportamento dos passageiros, que em média apenas 30% levantam da cadeira preferencial:

Tem deles quando ver você faz que tá dormindo [risos] eu acho até engraçado, isso tudo para não ceder a cadeira. Como eu sou uma pessoa que não gosta de perturbar eu não peço a cadeira... eu tenho até um problema no joelho, às vezes estou até sentindo dor e não incomodo as pessoas... se me oferecerem eu agradeço e sento, mas se não me oferecer eu não peço.

Refletindo sobre as entrevistas realizadas, observa-se que os entrevistados possuem ciência dos direitos conquistados por estarem acima dos 60 anos de idade, porém a postura apresentada por outros membros da sociedade necessita ser revista. Salienta-se que não é com publicação normativa que se transforma uma sociedade, esta é alcançada por meio de processos educacionais. A educação possui o poder impulsionador para a transformação do social.

Primordial na garantia da dignidade é que o indivíduo precisa se sentir útil em todas as fases da vida e está rodeado de seus familiares e amigos. O conhecimento adquirido no decorrer dos anos não pode ser desprezado, o que o Sr. V expressa e deixa evidente este posicionamento:

Eu não me entrego definitivamente, se a sociedade lhe desprezar ainda é suportável, mas eu mesmo me desprezar é insuportável... eu me valorizo, eu jamais vou me sentir ferido por aquilo que eu não quero, se você não gostou, você que se vire, eu vou me virar com a minha vida, sou feliz com a minha idade, sou feliz com o que eu sou, porque graças a Deus, eu tenho uma vida tranquila e tenho a minha família. Não há motivo para demonstrar tristeza e baixar a minha cabeça, eu acho, por ser velho não quer dizer baixar a cabeça e se entregar à tristeza.

Onde eu chego eu quero ter participação, eu acho que cada velho deveria funcionar desta forma... porque ser velho é uma dignidade, eu me sinto digno em ser velho, eu poderia ter morrido jovem, mas graças à Deus estou aqui. **Ser velho é viver, ser velho é existir, ser velho é uma pessoa útil, não quer dizer porque sou velho não presto mais, eu sou útil a sociedade, sou útil a minha família (grifo nosso).**

Quando questionado sobre a interação entre jovens e idosos, e como ele via as atitudes dos jovens em relação à pessoa idosa, respondeu:

O jovem não está sendo educado, com essa lei que tem ai que pai não pode bater... com isso o jovem está ficando topetudo, desrespeitando o que deveria se respeitar. Está muito complicada a situação do jovem, falta de educação com os idosos, falta de respeito... isso a gente vê... falam palavras indevidas. Tem pai que quando vai bater em um filho, ele diz: - se o senhor me bater eu vou lhe levar no conselho tutelar... isso é difícil... quando os pais tinham o direito de educar o filho... de dar umas varadinhas, quando necessário... nós tinha menos bandido no Brasil, nós tinha menos traficante,

menos drogado... mas, hoje com a liberação que deu, que pai não pode educar, não pode fazer nada, então ai começou a complicar a situação.

Percebe-se que, ainda no século XXI, o jovem parece não ter a percepção ou mesmo não deseja visualizar que o processo de envelhecimento é para todos os seres vivos. Beauvoir cita uma frase de Buda, quando era o príncipe Sidharta: "Que desgraça é não enxergarem a velhice os seres fracos e ignorantes, ébrios do orgulho da juventude!" (BEAUVOIR, 1976, p. 5). A autora destaca que é necessário modificar esta aparente tranquilidade e mudar a concepção na forma de tratar o idoso.

Por meio da fala do entrevistado, percebe-se que os idosos observam mudanças comportamentais para o tratamento de pessoas mais velhas. Segundo Debert (2006) de acordo com a perspectiva antropológica e histórica, as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

Em todas as entrevistas, os idosos ressaltaram a relevância da família, do afeto dos cônjuges, dos filhos e netos. Acrescenta-se que todos, ao falarem dos seus familiares, mudavam a expressão, falavam com carinho e manifestavam o desejo que seus entes queridos estivessem perto. Disseram entender que os parentes precisavam se ausentar para afazeres como trabalho e estudo, que são tratados dignamente no seio familiar, mas sentiam necessidade de momentos de mais conversa e atenção. Destaca-se a seguinte passagem da entrevista com o Sr. V: " - O grande ponto de apoio para o velho é a família, o mais eficaz, se a família não te trata bem... acabou. Há muitas famílias que quando o pai fica velhinho, a primeira coisa que faz é colocar no abrigo."

Observou-se também como é fundamental para o idoso se sentir útil, ativo, participativo nas decisões familiares e da sociedade. O Sr. V afirmou: "Eu sou um velho, mas um velho que ainda tem sonho... que pensa um futuro melhor do que esse... enquanto vida eu tiver eu não posso parar de pensar e de sonhar".

Percebe-se que o idoso reflete sobre suas condições, e que não é mais aquela pessoa que desconhece os seus direitos, pelo contrário, estão mais informados e brigam para que estas conquistas sejam eficazes. A percepção do envelhecimento como um processo contínuo de perdas precisa ser rediscutido e a escola possui papel de extrema relevância nesta reconstrução.

Na perspectiva de transformação, na Educação Infantil há a necessidade da criança compreender que o indivíduo por estar idoso não deve ser descartado, que ser idoso não é sinônimo de bruxas ou mesmo pessoas de má índole. A criança precisa compreender que o

envelhecimento é inerente a todo o ser vivo, não é um fato estático, como afirma Beauvoir (1976). Noberto Bobbio (1997) compreende a velhice sob três perspectivas: a cronológica, a burocrática e a psicológica ou subjetiva. É na escola que se ensina a viver em comunidade, compreender que nem todos os seres humanos são iguais e desta forma o respeito a identidade e heterogeneidade do outro deve prevalecer, no intuito de garantir que todos sejam tratados com dignidade em cada momento da sua vida.

Ensinar o respeito as especificidades de cada geração, é uma possibilidade para se garantir a dignidade da pessoa humana, é efetivar ao idoso o direito de ser cidadão. O envelhecimento não pode ser visto como etapa inferior da vida (BRAGA, 2011). O primeiro paradigma a ser desconstruído é de que nem todos os idosos são iguais, esta concepção de homogeneidade deve ser substituída pela de heterogeneidade, visto que o processo de envelhecimento não é igual para todo o ser humano (BRASIL, 2013).

A normalização permeia o modo de pensar da humanidade, fortalecendo as avaliações e a hierarquização de determinadas identidades e o surgimento/perpetuação de inúmeras diferenças sociais. Concepções negativas sobre a pessoa idosa estão inseridas na sociedade e implementam a pseudo ideia de eliminação, de ruim e, especificamente no processo educativo das crianças, de associação ao mau, como pode-se exemplificar por meio das histórias infantis que difundem a concepção de que as bruxas são velhas. Silva (2000) estabelece ainda que o significado de normalizar é atribuir a identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

Ressaltando a concepção de Silva (2000), a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, não nascem com o indivíduo, não são elementos passivos da cultura, pois têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença estão relacionadas com a atribuição de sentido ao mundo social e com a disputa e luta em torno dessa atribuição. Neste contexto, projetos intergeracionais desenvolvidos no ambiente escolar podem ajudar na aprendizagem da convivência entre os indivíduos. As gerações precisam conhecer as especificidades umas das outras, o respeito é essencial, para que haja redução no índice de violência contra a pessoa idosa. A redução de conflitos está diretamente relacionada com a garantia de direitos fundamentais da pessoa humana. Enfatizando-se que a aquisição do respeito está associada ao acesso ao conhecimento e à educação.

Os currículos e práticas escolares que incorporam a visão da diversidade tendem a ficar mais próximos do trato positivo do cultural e social, pois a experiência da diversificação faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização (GOMES, 2007) e

os profissionais da Educação Básica necessitam vislumbrar que um currículo que respeite a identidade e as diferenças sociais assim como o processo natural do envelhecimento é um garantidor da qualidade de vida.

O diálogo entre as gerações, facilitado por ações educativas, traz benefícios na melhoria da consciência humana e contribui para o desenvolvimento das relações interpessoais ao possibilitar vivências de diversos modos de pensar, de agir e de sentir, possibilitar, assim a renovação de opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas.

Como afirma Magalhães (2000) o estudo e a prática das relações espontâneas entre gerações e da indução e institucionalização de relações intergeracionais, utilizando campos de ação próprios, com métodos e técnicas específicas possibilitará aproximações e interligações.

As pesquisas apenas a partir da década de 60, ainda de forma precária, começaram a abordar o tema velhice e envelhecimento, enfatizando-o apenas na década de 80, contudo o norte para o desenvolvimento de políticas públicas só ocorreu a partir dos anos 90. Lehr (1999) infere que é preciso haver uma mudança de valores, sobretudo no que tange à imagem negativa que a sociedade propaga do que é velho, de fragilidade e dependência.

Conforme ensinamentos de Alexandre de Moraes (2001):

Dignidade é um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos. O direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, dentre outros, aparecem como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil (MORAES, 2001, p. 52).

O processo de desconstrução e reconstrução de um paradigma não ocorre de forma célere, apenas com a promulgação de leis, evidencia-se a necessidade do fortalecimento das relações intergeracionais no âmbito familiar em parceria com a escola, fomentada por atividades educativas que provoquem reflexões sobre a interação entre crianças/jovens e idosos e que viabilizem a transformação de atitudes cotidianas voltadas ao respeito às pessoas idosas.

É na sala de aula que se iniciam as grandes transformações, quebram-se paradigmas. O mestre Paulo Freire (1987, p. 32) dizia: "educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". A relevância do papel da escola neste período de mudanças é imensa,

o ambiente ideal para preparar indivíduos no intuito de que aprendam a conviver respeitosamente com várias gerações.

Segundo entendimento de Lúcia Helena de Freitas França e outros (1997):

Uma das conclusões da Assembleia Mundial de Madri foi o reconhecimento da importância decisiva dos programas intergeracionais para o desenvolvimento social a interdependência, a solidariedade e a reciprocidade entre as gerações. Um dos grandes benefícios destes programas é a quebra de preconceitos entre as gerações, tanto no âmbito cognitivo quanto no social e afetivo, mas outros benefícios culturais, psicossociais e de solidariedade poderão ser alcançado. (FRANÇA *et al*, 1997, p. 1).

Groisman (1999, p.44), ressalta que a velhice atual "não é um problema social é, antes de tudo uma construção social" e esta se efetiva por meio da educação inclusiva, da educação intergeracional.

Desta forma, diante da mudança da pirâmide etária que vem ocorrendo de forma rápida na população brasileira, salutar mudanças dos processos de ensino/aprendizagem nos ambientes escolares que trabalhem o respeito à dignidade da pessoa idosa. Demonstrando que há muito que aprender com os ensinamentos dos mais velhos, como também há o que ensinar, viabilizando, desta forma, a troca de experiências e que cada ser humano possui o seu valor e necessita ser aceito em todas as fases da vida.

## 4 A INTERGERACIONALIDADE NO ÂMBITO EDUCACIONAL

### 4.1 TECNOLOGIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA INTERGERACIONALIDADE

Na abordagem sobre tecnologia, constata-se, por meio de estudos históricos que sua existência está diretamente associada ao surgimento da humanidade, já que o ser humano não possui em sua estrutura física todas as ferramentas necessárias para que possa realizar atividades básicas que garantam a sobrevivência. Sendo assim, a constituição do cérebro do ser humano o diferenciou de outras espécies e propiciou que ocorresse uma evolução tecnológica fundamentada em acumulação de conhecimento no decorrer dos séculos. Para Lévy (1999), as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante a utilização, pelos seres humanos, e este uso intensivo de ferramentas constituiu a humanidade.

A técnica é um ângulo de análise dos sistemas sócio técnicos globais, que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos e se constitui de forma não autônoma dado que as atividades humanas são decorrentes da interação entre: pessoas vivas e pensantes; entidades materiais naturais e artificiais e ideias e representações (LÉVY, 1999). Acrescenta ainda, o autor, que as imagens, as palavras, as construções de linguagem fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições, sendo renovadas por grupos organizados e instrumentalizados.

Nesta mesma perspectiva ideológica, a técnica é criada dentro de uma cultura em que uma sociedade a condiciona e não a considera como determinante, visto que os fenômenos culturais não são esquematizados. Deste modo, em uma perspectiva educacional, a qualidade do processo de apropriação, do desenvolvimento pretendido pelo professor para o aluno, é mais importante do que as ferramentas utilizadas (LÉVY, 1999).

Em pesquisa acerca de teorias sobre tecnologia, constata-se que há divergências entre os estudiosos. Valadão *et al* (2014) constatam, por meio de uma visão aristotélica, de que para algo ser criado é necessário que haja forma (*morphe*) e matéria (*hyle*), denominando esta junção como um modelo hilomórfico de criação, o que coloca a tecnologia como processo. Os mesmos autores citam aspectos fundamentais que constituem a base para as diferentes compreensões da tecnologia, tais como: bases revolucionárias de Aunger (2010); bases inter-relacionadas à prática de Orlinkowski (2007); formação mútua com o gênero de Wajcman (2009); razões práticas e culturais de Dobres (2010); a visão Heideggeriana (1977)

de que a tecnologia é mais do que instrumento dado que utiliza simultaneamente aspectos estruturais e funcionais; a legitimação da tecnologia pela “racionalidade social” de Feenberg (2009). (VALADÃO *et al*, 2014).

Neste arcabouço teórico, Valadão *et al* (2014) defendem uma política científica e tecnológica que garanta desenvolvimento e bem estar entre os indivíduos, assim como apresentam o conceito de Tecnologia Social, que surgiu a partir de 2000, com os estudiosos R. Dagnino, F. Brandão, H. Novaes o qual compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas em interação com a comunidade e que reapresentam efetivas soluções de transformação social. Tal conceito é diferente daquele apresentado na abordagem que era realizada da década de 60 pelo autor Mumfor, o qual denunciava os riscos políticos da produção em larga escala e propunha o desenvolvimento de tecnologias democráticas caracterizadas pela produção em pequena escala, fundamentadas nas habilidades humanas sob o direcionamento da comunidade (VALADÃO *et al*, 2014).

Considerando o processo de evolução da tecnologia e diversas concepções acerca desta temática, esta pesquisa aborda a vertente da Educação Intergeracional como instrumento da Tecnologia Social, considerando a mediação e a interação entre as gerações, fundamentada em aspectos históricos culturais e buscando a viabilização da inclusão social e o “[...] entendimento de que as tecnologias não são simples ferramentas neutras, mas construções sociais que possuem características influenciadas pelos valores e interesses presentes no ambiente em que são concebidas” (GAPI, 2006, p.10). Conforme as Diretrizes Curriculares da Educação Básica:

Para que se conquiste a inclusão social, a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento de seus sujeitos, nas dimensões individual e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, compromissados com a transformação social. Diante dessa concepção de educação, a escola é uma organização temporal, que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado. (BRASIL, 2013, p.152).

O ambiente educacional é constituído de todos os processos educativos nas instituições e abrangem: ações, experiências, vivências de cada um dos/as participantes; múltiplas relações com o entorno; condições sócio-afetivas; condições materiais; infraestrutura para a realização de propostas culturais educativas (BRASIL, 2013). Neste elenco, ressaltamos a relevância de projetos pedagógicos que possibilitem a aprendizagem

para o desenvolvimento da compreensão da heterogeneidade da sociedade em que o ser humano está inserido, principalmente no que diz respeito à convivência entre gerações, convivência esta que, nos séculos anteriores, existia em um quantitativo muito pequeno ou mesmo era quase inexistente, decorrente das altas taxas de mortalidade devido ao baixo índice de expectativa de vida.

A heterogeneidade cultural, como afirma Carvalho (1997), é característica de sociedades complexas, estratificadas socialmente e que mesmo diante das mesmas condições da economia, do governo, da história, existirão diferenças culturais, na proporção em que as pessoas vivem sob diferentes condições materiais de existência. Nesta complexidade cultural, há em comum o desejo da humanidade de obtenção da vida longa, contudo, para que se obtenha essa longevidade associada à qualidade de vida, há que ser realizada inúmeras transformações no contexto social. É fato, principalmente nos países mais pobres, a exclusão daquelas pessoas que ultrapassaram a idade de 60 anos em diversos ambientes, o que é inconcebível quando se está pleiteando o respeito a direitos já conquistados e expressos na legislação, tais como atendimento prioritário, utilização de estacionamento reservado, passagem gratuita, dentre outros.

No Brasil os problemas concernentes ao caráter social estão sempre presentes, sejam eles decorrentes de crises econômicas ou desigualdade social, distribuição de renda que provocam disparidades regionais e acúmulo de riquezas centralizadas na minoria da população. Dentre outros problemas, surge a necessidade de adequação das gerações às mudanças significativas na pirâmide etária, isto porque o número de indivíduos que ultrapassam os 60 anos de idade vem aumentando progressivamente, enquanto que o de crianças e jovens vem declinando.

O aumento da expectativa de vida ocorre em virtude da melhoria da alimentação, condições sanitárias, médicas, dentre outros fatores e é considerada, de forma genérica, como um fenômeno positivo, conforme abordado no item 3 desta dissertação. No entanto, é necessário que ocorram adequações na conduta comportamental e política da sociedade que realize a integração deste grupo em todos os segmentos da sociedade.

Groisman (1999) aborda o processo de envelhecimento não como um problema social, mas como uma construção social e ressalta que:

(...) tomando o próprio curso da vida como um objeto de investigação histórica, o que abre caminho para uma desconstrução do conceito de velhice. Isto significa pensar que a velhice não é uma variável fixa, que podemos analisar antes e depois da modernização, mas uma realidade

culturalmente construída, inclusive pelas disciplinas científicas que a tomaram como alvo (GROISMAN, 1999).

Diante deste contexto, as Tecnologias Sociais surgem como instrumentos para promover a inclusão social por meio da construção de conceitos como o da velhice, vislumbrando fortalecer práticas democráticas e possibilitar que problemas de cunho social sejam amenizados, valorando práticas criativas e organizações de segmentos da sociedade. Vale ressaltar que estas tecnologias não podem ser caracterizadas como políticas públicas, como instrumento que possibilite amenizar as dificuldades que surgem com a intergeracionalidade. Diante disto, considera-se o conceito de Tecnologia Social definido pelo Instituto de Tecnologia Social: conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (DE PAULO, 2004. p. 130).

Segundo Baumgarten (2006, p.288) a tecnologia "deve ser pensada no contexto das relações sociais e dentro de seu desenvolvimento histórico". É importante destacar que as tecnologias sociais podem nascer no seio de uma comunidade ou no ambiente acadêmico, além de aliar saber popular e conhecimento técnico-científico (BECKER, *et al*, 2010).E nesta linha de pensamento, Rutkowski, define a tecnologia social como:

Aquela tecnologia na qual as dimensões humanas e sociais estão em primeiro plano. Um conjunto de técnicas e procedimentos, associados às formas de organização coletiva, que representa soluções para inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Uma tecnologia de produto ou processo que, de maneira simples e de fácil aplicação e reaplicação, com baixo custo e uso intensivo de mão-de-obra, tem impacto positivo na capacidade de resolução de problemas sociais. Uma tecnologia que depende tanto de conhecimentos gerados e difundidos na comunidade, os chamados conhecimentos populares, como daqueles conhecimentos técnico-científicos, desenvolvidos no ambiente acadêmico (RUTKOWSKI, 2005, p. 197)

Nesta conjuntura, a tecnologia social é entendida com instrumento que viabiliza a inclusão social, por meio da interação entre o que é popular e o conhecimento técnico-científico, o que propicia a grupos excluídos participarem ativamente da sociedade, porém para que isto ocorra, faz-se necessário o entendimento de que a Ciência e a Tecnologia devem estar imersas nas vidas destas pessoas como meio facilitador do desenvolvimento e da convivência social.

Partindo-se do pressuposto que tecnologia é oriunda da nossa história de vida, do contexto cultural, social e econômico em que os indivíduos estão imersos, o termo pode ser

associado também ao modo como os seres se relacionam com o mundo, como se comunicam e como se compreendem numa aplicação do conhecimento de maneira consciente, crítica e com finalidade definida (VYGOSTKY, 1999). Sendo assim, é importante não sobrepor a Tecnologia ao Social, como ocorreu, por exemplo, no início do século XX, quando emergiu o taylorismo, pois o equilíbrio é o fundamental, principalmente quando o tema está sendo colocado na esfera educacional. No âmbito escolar, a essência da formação do educando é propiciar meios para a construção de cidadãos que sejam capazes de se relacionar nos locais em que vivem e que estejam conscientes dos papéis que ocupam na sociedade.

Neste contexto a Educação Intergeracional entendida como Tecnologia Social possui fundamental importância para dirimir conflitos entre gerações diferentes, visto que atividades intergeracionais mediadas por professores fundamentadas na interação entre as gerações, podem propiciar transformações que transcendam aos muros escolares e consequente melhoria das condições de trabalho e de vida para todos os indivíduos.

No entanto, não se pode associar unicamente a eficácia da educação com a utilização de recursos tecnológicos, pois estes podem ser compreendidos como instrumentos que podem facilitar o alcance da finalidade da aprendizagem para promoção do desenvolvimento do indivíduo, pois sem o papel de mediação do professor estes instrumentos ficam sem sentido para se alcançar o desenvolvimento educacional. Logo, os métodos pedagógicos, enquanto tecnologias devem ser constituídas e praticadas por um profissional capacitado para tal atividade. Acrescenta-se ainda que os métodos pedagógicos utilizados pelo professor durante o processo ensino/aprendizagem são tecnologias.

As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens. Como qualquer ferramenta, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais e como tecnologia assistiva; desenvolvidas de forma a possibilitar que a interatividade virtual se desenvolva de modo mais intenso, inclusive na produção de linguagens. (BRASIL, 2013, p.152).

Tendo como fundamento os ensinamentos de Vygotsky (1999), a aprendizagem é a responsável pela promoção do desenvolvimento. O referido autor defende a necessidade do estímulo ressaltando o papel da interação do conhecer a si mesmo, e principalmente, do conhecer o outro, como também valoriza a intervenção pedagógica propiciada pela escola e professores. Nesta perspectiva, a criança pode conhecer o outro não apenas da sua geração, mas também o de outras gerações para que reconheça a heterogeneidade, sendo que as trocas de experiências naturalmente provocarão o estímulo para se alcance o desenvolvimento. Mas

o que faz da Educação Intergeracional, entendida como Tecnologia Social, como algo tão importante e tão complexo?

A visão de mundo é modificada em decorrência do contexto social em que o indivíduo está inserido e a faixa etária em que se encontra. Pode-se analisar que na atualidade as pessoas estão rodeadas por tecnologias, com acesso, em pouquíssimo tempo, a uma infinidade de dados. Esta característica facilita a comunicação entre os indivíduos, independente da localização geográfica. No entanto, apesar das possibilidades das relações interpessoais serem amplas, ainda há um distanciamento quando se almeja a interação entre gerações. Os mais jovens nasceram com as tecnologias, enquanto os nascidos antes da década de 80 estão aprendendo a utilizar tais inovações e este é um dos fatores que dificulta a comunicação entre jovens e velhos, características apresentadas com mais detalhes no item 3.

Há que se desconstruir os paradigmas que estão arraigados nos jovens em relação aos velhos. D'Andréa, (1996) caracterizou em dois pontos de vista esta percepção; em um deles são os jovens que consideram que os velhos não podem ter mais lugar na sociedade atual, e, com este posicionamento não acreditam que os velhos possam contribuir com as demandas da sociedade; no outro são os jovens que ao observarem os velhos, com declínio físico e mental, não aceitam este declínio e querem que os mesmo permaneçam com a mesma autossuficiência de tempos anteriores. Esses são exemplos de paradigmas construídos no decorrer da história da humanidade e que atualmente precisam ser reformulados uma vez que já se encontram na atual sociedade inúmeras famílias que são formadas por várias gerações.

Desta monta, a criança precisa compreender o significado do que é ser velho. Por este motivo, desde a Educação Infantil se torna relevante ensinar que as pessoas velhas possuem muitos conhecimentos, que podem ser trocados com os mais jovens, que o diálogo e a convivência intergeracional são possíveis; que as divergências podem e devem ser reduzidas ou mesmo eliminadas e que a inclusão social, independentemente da idade, deve ser priorizada. Deste modo, por conseguinte, por meio do conhecimento, da convivência, da interação, mediados por profissionais qualificados, os preconceitos podem ser minimizados.

Neste processo para a compreensão do envelhecimento e convivência entre as gerações, emerge o papel da escola que para promover o desenvolvimento do indivíduo, por meio de ferramentas que viabilizem este processo de ensino/aprendizagem, uma ferramenta possível seria a Educação Intergeracional. Para compreensão desta Tecnologia Social, relevante abordar o Plano Genético de Desenvolvimento, no que Vygotsky (1999) defende que o psíquico do indivíduo não nasce pronto, o ser humano ao nascer é uma das espécies mais frágeis da natureza, além do que o seu crescimento estará diretamente relacionado ao

meio em que estiver imerso. Com base neste entendimento, ainda segundo o mesmo autor, a caracterização do desenvolvimento psíquico humano pode ser dividida em quatro fases: filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese.

Na filogênese, os limites e possibilidades psicológicas de cada espécie são específicos do grupo ao qual pertence. A história do desenvolvimento de cada ser está diretamente relacionada às características específicas. Neste ponto, o ser humano se diferenciou dos outros animais, em decorrência da capacidade de adaptação, propiciada pelas especificidades do cérebro humano que não está predeterminado geneticamente ao nascer, além de possuir outras diferenças como, por exemplo, a capacidade do movimento em pinça nos dedos. Para Rego, (1995) "o cérebro, produto de uma longa evolução, é o substrato material da atividade psíquica que cada membro da espécie traz consigo ao nascer. No entanto, esta base material não significa um sistema imutável e fixo". (REGO, 1995, 42)

Sendo assim, a evolução do ser humano, a luta pela sobrevivência e o processo de seleção defendido por Darwin, que destaca o ser humano pela potencialidade do cérebro, possibilitou-lhe a capacidade de desenvolver as ferramentas que o auxiliaram e facilitaram a sua sobrevivência.

Cada ser possui uma história, e segundo a ontogênese, um tipo de desenvolvimento em um ritmo e sequências pré-determinados, que estão limitados de acordo com as características de cada espécie. Nessa perspectiva, Vygotsky, segundo Rego (1995) afirma que:

as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são mero resultado das pressões do meio externo. Elas resultam da interação dialética do homem e seu meio sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo. (REGO, 1995, 41)

A ontogênese estuda a evolução do ser do nascimento a velhice, observando a interação do indivíduo com o meio sócio-cultural, que para possibilitar a sua sobrevivência é capaz de se transformar. Nestas duas primeiras caracterizações Vygotsky enfatizou mais a natureza biológica dos seres. Na sociogênese, o ser é fruto dos meios social e cultural em que está inserido. A partir do processo histórico, ao qual o sujeito está imerso, há interferência no desenvolvimento psicológico, decorrente de determinadas peculiaridades de seus pares. Vygotsky ressaltou o comportamento, o vestuário, a alimentação, dentre outros fatores, que podem alargar o potencial do ser humano, visto que, por intermédio da cultura, poderá o homem se libertar ou transgredir determinismos naturais que lhe são impostos. Nesta

perspectiva, a cultura funciona como um alargador das potencialidades humanas, que organiza o desenvolvimento sob aspectos diferenciados.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas por meio do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por meio de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (VYGOTSKY, 1989, p. 33)

Ainda segundo a sociogênese, as fases do desenvolvimento de cada ser humano estão relacionadas às características históricas e culturais as quais pertence. Um exemplo disto é a compreensão do que é uma pessoa considerada velha, dado que a conceituação do que seja velho é diversificada para cada sociedade, decorrente da influência do contexto social. A própria forma como as pessoas velhas se comportam ou mesmo os estilos de vida como alimentação e vestimenta não são os mesmos em todos os lugares. A sociogênese aborda como a cultura olha o velho e não o processo de envelhecimento em si, isto porque este está vinculado a questões biológicas.

Para a microgênese quando um indivíduo não sabe algo e depois aprende, neste intervalo ocorreu um lapso temporal que desencadeou o desenvolvimento do ser. Desta forma, para que ocorra a compreensão do que ocorreu, é necessário estudar o fato micro e a história que provocou o surgimento do fenômeno. No período em que ocorreu o desenvolvimento, para Vygotsky, pode-se observar a singularidade de cada ser, a heterogeneidade dentre os membros da mesma espécie e afirmar que todo ser humano possui a sua própria história, com fenômenos bem definidos, construídos por experiências únicas, o que o autor denomina microgênese.

Após a caracterização do Plano Genético de Desenvolvimento, Vygotsky (1999) estabeleceu que a relação do homem com o mundo não ocorre diretamente, visto que necessita ser mediada por instrumentos e signos, como, por exemplo, a utilização de tecnologias, instrumentos concretos, e de símbolos que realiza a mediação de forma simbólica, por meio da representação de ideia. Tais símbolos são construídos em decorrência das representações oriundas da cultura, as quais ocorrem principalmente na linguagem.

Para Vygotsky, a língua está na sociedade, fora do psíquico do indivíduo. Após o nascimento, com a imersão deste no meio social, o sujeito vai se apropriando das características desta língua, por meio da interiorização, durante o processo de desenvolvimento e esta língua será utilizada como um instrumento de pensamento.

Neste contexto, fundamentando-se em concepções de mediação e interação de Vygotsky, é possível compreender a Educação Intergeracional como instrumento de reforma e como Tecnologia Social, no âmbito escolar, que inova e permite a integração de múltiplas gerações. Partindo da premissa de que a relação entre os seres humanos e cultura decorrerá o desenvolvimento do indivíduo. Logo a integração entre as gerações é essencial para que ocorra a compreensão do que é viver em uma sociedade intergeracional. A esse respeito, assim se manifesta Vygotsky:

Nossa investigação mostrou que um conceito não se forma pela interação de associações, mas mediante uma operação intelectual em que todas as funções mentais elementares participam de uma conciliação específica. Essa operação é dirigida pelo uso de palavras como meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los por meio de um signo. (VYGOTSKY, 1989, p. 70)

Com o entendimento de que o desenvolvimento humano ocorre do meio externo para o interno, com influência da imersão do sujeito na cultura, a realização de atividades intergeracionais inseridas nos projetos escolares, desde a Educação Infantil, permite que a convivência entre gerações seja compreendida como fenômeno natural entre os seres humanos e a partir desta compreensão haja a redução de conflitos, principalmente no âmbito familiar. Caso a aproximação da criança com a realidade não seja buscada, a aprendizagem não ocorrerá de forma verdadeira, estará se transmitindo uma expectativa cultural de retenção de informação, não adianta apenas relatar para as crianças que as mesmas precisam respeitar os mais velhos, faz-se necessário que situações sejam vivenciadas por elas para que ocorra o processo de aprendizagem.

É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado certo nível para que a criança possa absorver um conceito científico correlato. Por exemplo, os conceitos históricos só podem começar a se desenvolver quando o conceito cotidiano que a criança tem do passado estiver suficientemente diferenciado – quando a sua própria vida e a vida dos que a cercam puder adaptar-se à generalização elementar “no passado e agora”; os seus conceitos geográficos e sociológicos devem se desenvolver a partir do esquema simples “aqui e em outro lugar” (VYGOTSKY, 1989, p. 93).

Conforme abordado anteriormente, o desenvolvimento ocorre a partir da aprendizagem, por meio de realizações de ações que possibilitem a interação da criança com outras crianças como também com indivíduos de gerações diferentes. A criança, ao interagir com outras gerações, tem o contato com os símbolos, com as representações e com a linguagem, haverá troca de experiências entre todos os envolvidos. Neste contexto, destaca-se

o papel da escola como agente transformador, que por meio da intergeracionalidade poderá modificar a forma que uma geração compreende a outra, e intensificar um processo de inclusão social. Ensinar é organizar situações de aprendizagem, por meio de condições que favoreçam a compreensão da complexidade do mundo, do contexto, do grupo, do ser humano e da própria identidade (ALMEIDA, 2005) e atualmente, no que concerne à estruturação da pirâmide social relativa à longevidade, está ocorrendo mudanças significativas. A criança precisa ser incorporada a esta realidade, como definido nas Diretrizes da Educação Básica:

Cabe, pois, à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos. A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (BRASIL, 2013, p.25)

Se não existir uma compreensão, por parte não apenas dos governantes, mas por todos os indivíduos, independentes da faixa etária a que pertençam, de que a pessoa velha é um sujeito detentor de direitos e deveres e de que precisa ser respeitada e ouvida em todos os setores da sociedade, o volume de conflitos contra este grupo social permanecerá em ascensão. Ressaltando que esse processo de mudança de paradigma não ocorre espontaneamente com também não é realizado em curto espaço de tempo, por este motivo a importância da escola para que os valores do respeito sejam aprendidos desde a Educação Infantil.

Como demonstrado no item 3.3, desta dissertação, quem mais pratica violência contra a pessoa idosa são os familiares da vítima, e estes índices necessitam ser reduzidos ou mesmo tornados inexistentes, e como já abordado anteriormente, não é apenas a publicação de normas que irá reduzi-lo. Para tanto, condições precisam ser criadas para que a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, seja aplicada na prática educativa, mediadas pelos profissionais da educação, por meio do processo de ação/reflexão/ação, no intuito de possibilitar a interação e ressignificação de conceitos associados a concepções do velho. França e Soares (1997) enfatizam que "As trocas geracionais não devem se limitar à família e aos programas e políticas governamentais, mas serem expandidas às instituições privadas e a

outras representações da sociedade". (FRANÇA E SOARES, 1997, p.151). Conforme as Diretrizes Nacionais da Educação Básica:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p.86)

Esta interação é fundamentada na teoria de Vygotsky (1991), na qual o processo interpessoal é transformado em intrapessoal: tudo o que for demonstrado coletivamente, será internalizado e particularizado pelo indivíduo. Desta forma, as ações realizadas entre as gerações demonstrarão que todos possuem especificidades, que necessitam ser respeitadas. Além disso, em conformidade com o aspecto histórico social de cada ser, saberes poderão ser trocados e uma concretização da interação, que propicia um processo de recriação da cultura entre cada indivíduo e a realização de transformações na sociedade em que habita.

Durante a realização destas atividades, em que os educandos interagem e criam vínculos com o cotidiano e com indivíduos de outras gerações, na aprendizagem dos conteúdos previstos no projeto pedagógico, chega-se a um dos objetivos da escola que é formar cidadãos críticos, que sejam capazes de compreender o outro e a respeitar a sua identidade e heterogeneidade. Esse processo educacional pode ser compreendido sob a perspectiva da zona de desenvolvimento proximal proposta por Vygotsky, a qual a conceitua como

(...) a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar por meio da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por meio da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (...) A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamados de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de “frutos” do desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1999, p. 112-113)

Sendo assim, o nível de desenvolvimento proximal, que é o espaço entre o nível de desenvolvimento real e o potencial, viabiliza a intervenção pedagógica por meio de atividades intergeracionais interdisciplinares e transversais, executadas por profissionais capacitados que possuam compreensão do planejamento a ser desenvolvido durante o ano letivo.

é importante ressaltar que o ambiente educacional diz respeito não apenas ao meio físico, envolvendo também as diferentes interações que se realizam no interior e exterior de uma instituição de educação. Compreende, então, os espaços e tempos dos processos educativos que se desenvolvem intra e extramuros escolares e acadêmicos, exemplificados pelas aulas; pelas relações interpessoais estabelecidas entre as diferentes pessoas e os seus papéis sociais, bem como pelas formas de interação entre instituições de educação, ambiente natural, comunidade local e sociedade de um modo geral. (BRASIL, 2013, p.522)

A intervenção ativa dos profissionais da educação promove o desenvolvimento do indivíduo, o que é proveniente das experiências entre gerações que são realizadas durante a execução das ações previstas no planejamento pedagógico. Essas ações que visam à interação entre gerações são desencadeadoras do desenvolvimento individual de cada ser que está envolvido no processo de aprendizagem. A escola poderá potencializar, deste modo, o desenvolvimento da sociedade, a transformação e a redução dos conflitos intergeracionais.

(...) Um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento da criança. (VIGOTSKY, 1999, p. 117-118)

Desta forma o processo de integração propicia que a aprendizagem seja significativa por meio de situações que articulam pensamentos, ações, reflexões e questionamentos de cunho intergeracional. O processo de aprendizagem que possibilita o desenvolvimento de cada indivíduo é contínuo e diante de práticas pedagógicas mediadas pela interação dos professores, possibilitará o desenvolvimento proximal preconizado por Vygotsky.

Nesta proposta, a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, considerada de acordo com o conceito de Fernandes *et al* (2011), que poderá atender a demanda de transformação da sociedade, fazendo com que as gerações compreendam e respeitem a inclusão social de todos os indivíduos, independente da idade, e facilitando a realização de diálogos entre saberes diversos.

Tratar da concepção de TS significa reconhecer a diversidade de fatores que estão implicados na construção e no desenvolvimento de uma TS; entre eles pode-se citar a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a

organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos. (FERNANDES; MACIEL, 2011, p. 10)

A Tecnologia Social considera as especificidades das realidades locais e desta forma representa uma possibilidade de superar a exclusão social que tenha sido proveniente de situações consideradas problemáticas e vulneráveis, incidindo a melhoria nas condições de vida dos atores envolvidos neste tipo de Tecnologia. (FERNANDES, 2011).

[...] as TS, ao serem desenvolvidas e reaplicadas, promovem a inclusão social de trabalhadores, de zonas rurais ou urbanas, de atores sociais de diferentes ciclos de vida, de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e de risco social e que, de forma coletiva, vivenciam experiências que incidem não somente nas suas condições de vida, transformando a si mesmos, como transformando o cenário socioeconômico da comunidade na qual vivem e do país.

É diante desse cenário que a defesa das TS, como Política Pública, apresenta-se: como uma estratégia promissora para superar os limites do atual modelo e padrão de ciência e tecnologia vigente no país, bem como uma resposta mais sintonizada com as demandas da sociedade na busca por um modelo de desenvolvimento social que tenha centralidade no processo de inclusão social e, como atores principais, a própria sociedade. (FERNANDES E MACIEL, 2011, p. 11)

Desta forma, a Educação Intergeracional como Tecnologia Social possibilita, para a escola, a utilização de mais um instrumento que viabiliza a convivência entre gerações, pautada no respeito e na heterogeneidade. Nesta proposta apresentada, não há a alusão de descarte de nenhuma outra tecnologia ou mudanças nos Projeto Político Pedagógico, mas a demonstração de que é possível efetivar o que está previsto nas Diretrizes Nacionais da Educação Básica, por meio de ações pedagógicas que utilizam a interdisciplinaridade e transversalidade para se obter o desenvolvimento do indivíduo. Propõe-se a Educação Intergeracional como ferramenta que possibilita a construção de um ponto de equilíbrio nas relações entre gerações de forma que, pela a interação, transforma-se a maneira de se olhar o outro.

Contudo para que as ações pedagógicas sejam planejadas e executadas em âmbito escolar, os profissionais da educação, especialmente os professores, precisam ser formados para tal desenvolvimento, visto que a intergeracionalidade poderá ser realizada por meio de atividades que atendam a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

## 4.2 APLICABILIDADE DE ATIVIDADES INTERGERACIONAIS NA ESCOLA: UMA ABORDAGEM TRANSVERSAL

É no ambiente escolar que ocorre a ressignificação de culturas existentes, os paradigmas são desconstruídos e reconstruídos com perspectivas que devem considerar as especificidades, as diferenças entre as gerações.

A escola de Educação Básica é espaço coletivo de convívio, onde são privilegiadas trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas. (BRASIL, 2013, p.25).

Esta concepção de escola é abrangente, não está limitada a transmissão de conteúdo, e neste contexto assume o papel da construção de uma cultura que esteja pautada nos Direitos Humanos visando preparar cidadãos plenos, uma vez que a educação está destinada a vários sujeitos e possibilita a troca de saberes, a socialização e o confronto de conhecimento, com abordagens diversas (BRASIL, 2013).

A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e aos deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, devem ser observados no currículo da Educação Básica, de acordo com art. 27, inc. I, da Lei de Diretrizes da Educação Básica. "Deste modo, os valores sociais, bem como os direitos e deveres dos cidadãos, relacionam-se com o bem comum e com a ordem democrática" (BRASIL, 2013, p.24).

Nesta conjuntura a comunidade escolar ao organizar as atividades a serem desenvolvidas na escola necessita possibilitar a discussão, por meio de discussões de temáticas que contribuam para a compreensão, a interação entre sujeitos e os prepare individualmente e em equipe para a construção de uma sociedade solidária, autônoma e responsável (BRASIL, 2013).

Esta compreensão da escola sob uma vertente que possibilita a inclusão social perpassa pela Base Comum Nacional e Organizabilidade da formação, quando ratifica, no item 2.1 inciso V, do PARECER CNE/CP nº 2/2015, que a formação inicial e continuada dos professores deve contemplar: "questões sociambientais, éticas, estéticas e relativas a diversidade étnico-racial; de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade" (BRASIL, 2015).

Destaca-se que este processo não está limitado a formação inicial do professor, mas também a continuada, com vistas a propiciar a articulação entre ensino e pesquisa, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à *praxis* como

expressão da articulação entre a teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas (BRASIL, 2015).

Desta forma, de acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada, estabelecem nos artigos 13 e 14 que:

**§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (grifo nosso).**

Esta resolução concedeu o prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, que foi em 2 de julho de 2015, nº 124, Seção 1, Páginas 8 a 12, para que as instituições que possuem cursos de licenciatura em funcionamento se adaptem as novas diretrizes curriculares.

Conforme abordado anteriormente, estas novas diretrizes alcançam a formação inicial e continuada, e garantem que os professores possam desenvolver concepções relativas a fundamentos e metodologias que abordem a temática das gerações e possuam competência e habilidade para o desenvolvimento de atividades pedagógicas intergeracionais.

Durante o período de desenvolvimento desta pesquisa, realizada entre setembro de 2013 e junho de 2015, observou-se que era comum a prática de escolas públicas solicitarem ao Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade, da Universidade Federal do Tocantins, que realizassem palestras, apresentações de peças teatrais, de coral para as crianças da Educação Básica, contudo tais atividades foram realizadas de forma pontual que duravam, em média, duas horas, no intuito de realizar a comemoração de alguma data festiva, não sendo identificada nenhuma escola pública municipal que possuísse projetos de cunho intergeracional, observou-se apenas ações esporádicas realizadas durante o ano letivo com a participação de diversas gerações, com o processo de interação limitado e poucas trocas de experiências no decorrer da realização desses eventos. Por este motivo, não houve identificação de relatos de mudanças comportamentais das crianças com as pessoas de outras gerações que fosse proveniente de alguma dessas atividades.

Nesta conjuntura, defende-se que as atividades pedagógicas sejam inseridas no planejamento anual da escola sob perspectivas interdisciplinar e transdisciplinar, que perpassem por vários contextos para que ocorra a aprendizagem e a mudança comportamental dos educandos. Atividades isoladas e pontuais não transformam, por este motivo a educação é um processo ilimitado que está em constante desconstrução e construção, necessitando de interação para que ocorresse o processo de aprendizagem.

#### 4.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS INTERGERACIONAIS NA ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE PLANEJAMENTO DIDÁTICO

O planejamento escolar é constituído por objetos, conteúdos e métodos que possuem implicações sociais e propiciam transformações comportamentais no aluno, por este motivo a importância do professor reflexivo diante do desenvolvimento de suas atividades pedagógicas associadas a um processo constante de avaliação, conforme ensinamentos de Libâneo (1994):

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as atividades docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligada a avaliação (LIBÂNEO, 1994, p. 221)

Diante desta concepção e de mudanças da pirâmide etária, de acordo com o apresentado no capítulo anterior, o planejamento escolar precisará realizar o desenvolvimento de atividades associadas a Educação Intergeracional e para que ocorra tal ressignificação do planejamento didático os mesmo precisam ser norteados pelos pressupostos do art. 27 da Lei de Diretrizes da Educação que considera que, dentre outros conhecimentos, devem estar presentes na Educação Básica, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos e de respeito ao bem comum.

Partindo do pressuposto de que as atividades escolares intergeracionais realizadas de forma pontual não realizam mudança comportamental na formação do cidadão e conseqüentemente não irá possibilitar que conflitos entre gerações sejam dirimidos, defende-se a elaboração de planejamento pedagógico integrado com as mudanças sociais que ocorrem constantemente possibilitam a formação de cidadãos capazes de compreender e respeitar as diferenças e especificidades de cada indivíduo. Padilha (2005) apresenta, ao definir o que é

planejamento, uma visão que aponta a importância desta integração deste instrumento pedagógico com os aspectos políticos e sociais:

Um processo contínuo e sistematizado de projetar e decidir ações em relação ao futuro, em função de objetivos políticos, sociais e administrativos claramente definidos. Envolve tomada de decisões e avaliação de cada decisão interrelacionada. Planeja-se quando se acredita que, a menos que se faça alguma coisa, um estado futuro desejado não ocorrerá e que, se as atitudes apropriadas forem tomadas, aumenta-se a probabilidade de resultado favorável. Os princípios que caracterizam o processo de planejamento são: inerência, globalidade, viabilidade, pertinência e participação. Planejamento: instrumento de mobilização popular. (PADILHA, 2005, p. 31)

Salienta também, Padilha (2005), que o planejamento não é realizado de forma individual, a participação de todos os profissionais é substancial. Acrescenta-se, para a Educação Intergeracional, que neste ato de planejar seja incorporada a participação da família, da sociedade para que seja possibilitado a convivência de diferentes gerações.

O planejamento coletivo é um processo que combina participação com divisão de tarefas. Quer dizer, não significa reunir todo mundo para planejar tudo, desde os objetivos da escola até a aula do dia seguinte. Significa, em outras palavras, organizar as instâncias de tomada de decisões. (PADILHA, 2005, p.32)

Contudo para que estas concepções de ressignificação do planejamento com foco na intergeracionalidade sejam incorporadas no cotidiano das escolas, os profissionais da educação precisam estar capacitados. De acordo com o apontado no item anterior, os cursos de formação de professores inicial e continuada possuem o prazo de dois anos para adaptação e inserção de conteúdos específicos, nos seus currículos, com fundamentos e metodologias de faixa geracional, conforme o preconizado pela Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação.

Desta forma, constata-se que há prerrogativas legais para garantia da incorporação da Educação Intergeracional no planejamento escolar, contudo para que os profissionais da educação possam compreender a relevância da temática para o processo de ensino/aprendizagem durante a formação de cidadãos e incorporar a intergeracionalidade no planejamento escolar. As Instituições de Ensino Superior precisarão incorporar no Projeto Pedagógico dos Cursos de Licenciatura, componentes curriculares que abordem a faixa geracional.

No período de desenvolvimento desta pesquisa, com a finalidade de observar a compreensão, relativa à utilização da Educação Intergeracional como ferramenta

metodológica, foram realizadas rodas de conversa e atividades intergeracionais com 15 (quinze) professores da Educação Básica de escolas públicas do estado do Tocantins que estavam cursando o Componente Curricular de Atividades Integrante que aborda o tema Intergeracionalidade, no curso de Pedagogia, modalidade PARFOR, da Universidade Federal do Tocantins. Estas atividades foram desenvolvidas em três etapas, em um lapso temporal de uma semana, da seguinte forma:

1ª Etapa) Realização de roda de conversa para que se dimensionasse a compreensão dos profissionais da educação sobre a intergeracionalidade.

No primeiro momento, todos os presentes informaram não possuir dimensão conceitual da temática intergeracionalidade, apesar de estarem exercendo o cargo de discentes na Educação Básica em escolas do estado do Tocantins, como também:

I - todos estavam cursando a graduação pela primeira vez;

II - 14 dos professores nunca abordaram a intergeracionalidade no planejamento anual da escola, por desconhecimento do tema e apenas um informou que no dia dos avós realizou uma atividade com os alunos, porém ressaltou que poucos familiares compareceram;

III - Informaram que participam com frequência de: Fóruns, Congressos, Encontros, Seminários, dentre outros, contudo nenhum dos professores se lembrou de ter participado de evento que abordasse o tema Educação Intergeracional;

IV - Ao serem questionados sobre o motivo que os levaram a cursar o componente curricular relativo a intergeracionalidade, todos responderam que o motivo primordial foi a necessidade de integralização curricular;

V – Nenhum dos professores soube informar o significado do tema: Educação Intergeracional e por este motivo não havia entendimento quanto a importância de abordar a intergeracionalidade na Educação Básica.

2º Etapa) Aula dialogada sobre a temática intergeracionalidade

Neste segundo momento, a temática intergeracionalidade foi trabalhada teoricamente, por meio de aula dialogada com a finalidade que ocorresse um alinhamento conceitual. Esta aula foi ministrada no desenvolvimento da atividade integrante.

3ª Etapa) Aula Prática com realização de atividades intergeracionais

Após a conclusão do alinhamento conceitual, os professores foram convidados a participar de aulas com os alunos da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins – UMA/UFT. Ressalta-se que os professores não foram direcionados a comparecer apenas para observar, mas para interagir e realizar troca de experiências, com vistas a possibilitar a interação intergeracional. Buscou-se essa interação, com fundamento nos

ensinamentos de Vygotsky que defende a necessidade da interação dialética e o meio, para que ocorra a aprendizagem, conforme o apresentado no item 4.1 desta pesquisa.

Observou-se, por meio de depoimentos, que estes momentos de interação intergeracional propiciaram aos professores a realização de reflexões sobre concepções do velho como também sobre a relevância de realização de mudanças na realização do planejamento escolar com a incorporação da ferramenta Educação Intergeracional. Relataram que os alunos precisam ser educados para enxergar a pessoa mais velha de uma forma diferenciada, com mais respeito e dignidade e principalmente observando que cada indivíduo possui identidade diferente do outro e esta deve ser respeitada.

Esta etapa da pesquisa foi pautada na concepção de que a vivência de experiências propiciam a reflexões e tomadas de decisões, conforme ensinamentos de Campos (2010):

O professor toma decisão conforme o imediato das ocorrências em sala de aula. Essa decisão exige dele apoio nos seus saberes a partir da sua experiência, da reflexão sobre as decisões de êxito; dos saberes disciplinados, do conteúdo da matéria a ser ensinada; dos saberes pedagógicos, na sua formação pedagógica. Desse modo compreendemos que os saberes docentes fundamentam o processo de decisão na sala de aula. (CAMPOS, 2010, p.111).

A utilização da Educação Intergeracional como Tecnologia Social é uma concepção que se aprende na academia, por este motivo a necessidade da formação pedagógica que viabilize o processo de reflexão fundada em situações práticas, decorrentes de experiências, visto que a capacidade de reflexão emerge do concreto ao definir como agir (LIBÂNEO, 1994).

#### 4ª Etapa) Roda de conversa para relato das experiências vividas

Após o encerramento das atividades práticas, voltou-se a refletir com os professores a sobre a conceituação e relevância da Educação Intergeracional. Foi unânime a importância que os mesmos concederam à temática, percebeu-se, inclusive, que a mudança de concepção não ficou limitada ao cunho pedagógico, com enfoque no planejamento das aulas, pois houve um processo de identificação, visto que constantemente falavam dos pais, tios e avós que estavam com idade avançada e não estavam recebendo atenção e compreensão merecida.

Para incentivar a mencionada conscientização, foram discutidas, com os professores pesquisados, como se poderia inserir no planejamento ações intergeracionais e elencados exemplos de como estas atividades poderiam ser incorporadas no cotidiano da sala de aula de forma transversal. As principais sugestões apresentadas foram:

- ✓ a releitura de histórias infantis para que o velho não fosse apresentado como vilão e sim como uma pessoa que possui muita sabedoria e que deve ser respeitada. Durante a reflexão de como as histórias infantis abordam a concepção do velho, vários contos de princesas passaram a ser lembrados e observados sob outra perspectiva, com destaque para “Branca de Neve”, em que para entregar a maçã envenenada a bruxa se transformou em uma velha feia;
- ✓ atividades de educação ambiental, como o plantio de uma horta, que pode ser cultivada com a participação de familiares mais velhos;
- ✓ a matemática que pode ser trabalhada com atividades de culinária, por meio do cozimento de alimentos diversos que remetam a gerações anteriores, em que participem as crianças e as avós;
- ✓ a língua portuguesa que pode ser desenvolvida a escrita por meio de confecção de cartas para pessoas mais velhas;
- ✓ a história ser trabalhada por meio dos costumes, roupas, cantigas, brincadeiras, dentre outros.

Durante o desenvolvimento das possibilidades de atividades a serem trabalhadas com as crianças e jovens, foi aberto um debate com o seguinte questionamento: a realização de um dia de atividades intergeracionais possibilita a transformação da compreensão do aluno do que seja a convivência entre gerações? Todos os professores responderam que é insuficiente, pois se não houver um trabalho transversal no decorrer do desenvolvimento do planejamento anual, não se pode falar em mudança real de comportamento vislumbrando a formação de um cidadão que respeite os outros indivíduos independentemente das idades que possuam.

Relevante destacar que todos relataram que, antes de cursar a atividade integrante, nunca haviam percebido que as suas práticas como professores poderiam interferir de forma tão significativa nas atitudes das crianças para com as pessoas mais velhas e que estavam dispostos a realizarem uma ressignificação dos planejamentos com enfoque na intergeracionalidade.

Diante das intenções apresentadas de realizarem reflexões sobre os planejamentos, foram questionados sobre a viabilidade da implementação da Educação Intergeracional no planejamento pedagógico e principalmente na aplicação durante o ano letivo destas atividades intergeracionais. Houve unanimidade em afirmar que há possibilidade de interligar o plano de

aula, aos componentes curriculares que são trabalhados na escolar e as ações pedagógicas intergeracionais.

Destacaram que a abordagem transversal possibilita esta incorporação, além do que enfatizaram que a compreensão conceitual da Educação Intergeracional é necessário e urgente para os profissionais da educação, não apenas de forma teórica, mas principalmente pela incorporação de atividades práticas que possibilitem a convivência e interação com diferentes gerações.

Percebeu-se neste processo de integração que valores fundamentais do interesse social emergiram, demonstrando que, independente da geração a qual se pertença, há possibilidade de se promover práticas educativas formais intergeracionais, fundamentadas na transversalidade, diante de uma perspectiva a qual tem como norte o planejamento pedagógico fundamentado no currículo como um conjunto de valores e práticas que proporcionam a construção de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades culturais do educando (Brasil, 2013).

A roda de conversa realizada com os discentes ressaltou a ressignificação do planejamento didático sob a conjuntura da Educação Intergeracional como Tecnologia Social, conforme proposto no objetivo específico desta dissertação, principalmente durante as aulas práticas. Demonstrando que para trabalhar o tema intergeracionalidade não há necessidade de se alterar as Diretrizes Curriculares da Educação Básica ou mesmo incluir disciplinas específicas nas Matrizes Curriculares dos Projetos Políticos Pedagógicos, sendo necessário a utilização da Educação Intergeracional como instrumento metodológico, como ferramenta que facilita a integração das diferentes gerações por meio da interação entre família, crianças e escola.

Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental a mediação do saber ocorre com eficácia quando há ciência da complexidade do mundo em que se vive, por isso a importância de desenvolver habilidades e competências não apenas em várias áreas de conhecimentos, mas também como pensar, agir, resolver problemas e a lidar com os desafios de estar imerso em uma sociedade intergeracional.

É na Educação Básica que o sujeito constitui e reconstitui a sua identidade, momento primordial para que o professor possa ensinar que mesmo diante das diversidades socioculturais o respeito e valorização das diferenças devem ser enaltecidos como fundamental para a vida em sociedade.

A aprendizagem não acontece ao se transmitir conhecimento, mas quando há a internacionalização consciente por parte do educando e é neste momento que se pode dizer

que ocorreu a transformação e se alcança uma educação libertadora. Diante desta concepção, para que o docente compreenda a relevância da utilização da ferramenta Educação Intergeracional como Tecnologia Social, faz-se necessário que tal processo de internacionalização ocorra na formação inicial ou mesmo continuada dos professores, como já foi ressaltado no item 3.2. As Diretrizes Nacionais, por meio da Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015, possibilitaram que as Instituições de Ensino Superior trabalhem essa temática durante a formação de professores. Isto porque educadores conscientes da importância do desenvolvimento de ações intergeracionais, possuirão mais facilidade para incorporar no planejamento escolar de atividades intergeracionais que possibilitem a integração das crianças com indivíduos de outras gerações de maneira a articular a convivência na coletividade com respeito as relações de cooperação, solidariedade, à alteridade e à liberdade.

Com professores qualificados a reflexão sobre a relevância de componentes curriculares com perspectivas intergeracionais nos Projetos Pedagógicos dos Cursos das Escolas de Educação Básica podem provocar o surgimento de novas concepções a respeito do processo de envelhecimento que contribuam para que, independente da geração a que pertença, cada indivíduo, seja avaliado considerando-o como um todo, com a manutenção da capacidade funcional e na preservação da sua dignidade, abrindo-se espaço para a construção de novos paradigmas sobre a temática.

A escola possui o papel de agente transformador na formação de cidadãos e para atender tais objetivos, por este motivo a relevância da reconstrução de paradigmas que permeiem a concepção do processo de envelhecimento, visto que o envelhecimento populacional amplia a possibilidade de relações conflituosas, como apresentado do capítulo 2, para que se obtenha eficácia na mudança de atitudes com foco no respeito intergeracional despertados por práticas pedagógicas que propiciem experiências com a intergeracionalidade.

O diálogo entre as gerações pode ser facilitado por ações educativas, que propiciem o desenvolvimento das relações interpessoais por meio de vivências que crie para o educando situações em que seja demonstrado que a sociedade é composta por indivíduos de diferentes gerações que possuem diversos modos de pensar, de agir, de sentir, com diversidade de opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas e que estas diferenças não impedem o processo de inclusão social. Ressalta-se que os conflitos entre gerações não podem ser minimizados sem antes ocorrer esta compreensão da heterogeneidade dos grupos sociais e do respeito às especificidades de cada geração, a partir deste ponto há a possibilidade do diálogo e da redução no quantitativo da violência contra os mais velhos.

Na próxima sessão serão apresentadas experiências educativas intergeracionais com reflexões sobre as práticas educativas realizadas pelos professores da Educação Básica, diferenciando as que foram executadas de maneira pontual, no decorrer do ano letivo, das que foram realizadas no transcorrer do ano, por meio de projeto, objetivando que ocorresse uma ressignificação dos paradigmas que permeiam o que é velho com a utilização da Educação Intergeracional como instrumento metodológico para a inclusão social, realizado em uma Escola de Educação Infantil no município de Palmas, estado do Tocantins.

## **5 EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL COMO TECNOLOGIA SOCIAL: UMA VISÃO A PARTIR DA PRÁTICA EDUCATIVA NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE**

### **5.1 RELATO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS INTERGERACIONAIS REALIZADAS POR DISCENTES DA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE**

A Universidade da Maturidade - UMA - é um projeto desenvolvido, desde no ano de 2006, sob a supervisão da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neila Barbosa Osório, integrante do colegiado do curso de graduação em Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins. Este projeto possui como objetivos fundamentais: consolidar o compromisso social e político da universidade com a sociedade; democratizar o saber, possibilitando às pessoas adultas e idosas o acesso à universidade, na perspectiva da educação continuada, do resgate da cidadania e do desenvolvimento do espírito de convivência; e despertar nos alunos a consciência da responsabilidade social, motivando-os a assumir uma presença efetiva nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007).

O trabalho realizado com este projeto significa uma alternativa para as pessoas adultas que a sociedade brasileira exclui, numa fase da vida em que detém experiência acumulada e sabedoria. É um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno e, sobretudo na tomada de consciência da importância de participação do idoso na sociedade enquanto sujeito histórico. (UNIVERSIDADE DA MATURIDADE, 2015, p.1)

No desenvolvimento das práticas pedagógicas propostas por este projeto há a inserção da intergeracionalidade que perpassa pelas aulas que são ministradas aos velhos, por este motivo, durante o período de agosto de 2013 a julho de 2015, observou-se as atividades consideradas intergeracionais deste projeto como também foram realizadas entrevistas com os alunos no intuito de evidenciar o papel da Educação Intergeracional como Tecnologia Social e sua função como instrumento no desenvolvimento de ações que integrem as gerações dos baby boomers e as gerações X, Y, Z e alfa.

O Projeto de extensão Universidade da Maturidade – UMA, conforme apresentado no item 2.2, desta dissertação, dentre inúmeras atividades que executa, procura desenvolver a

interação entre as diferentes gerações, para tanto realiza parcerias com escolas da Educação Básica.

No período da realização desta pesquisa, observou-se que muitas escolas, tanto no âmbito público quanto no privado, procuram realizar ações educativas com os discentes da UMA, principalmente para que estes realizem apresentações de peças teatrais, dança, coral e palestras.

### 5.1.1 Apresentação de peças teatrais

Foram realizadas apresentações de duas peças teatrais: “Arco íris” e “Couro de Boi”, esta última inspirada na música de Sérgio Reis que relata a vida de um idoso que teve dez filhos e que com o passar dos anos, após ter ido morar na casa de um dos filhos, é mandado embora com um couro de boi sob a alegação de que está atrapalhando a vida do filho, o destaque desta apresentação está no fato de que o neto pede ao avô a metade do couro, pois quando o pai dele ficar velho realizará a mesma ação.

Esta apresentação foi realizada na semana da inclusão social, em agosto de 2015, promovida pela Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes de Sousa e causou bastante comoção entre os presentes.

Figura 03: Alunos da UMA - Apresentação de Peça Teatral



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 04: Alunos da UMA e crianças da Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes de Sousa



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Nesta atividade os alunos ficaram sentados assistindo atentamente as apresentações realizadas pelos velhos, ao término da apresentação as crianças se juntaram com os idosos e tiraram fotografias. Esta atividade intergeracional foi realizada durante a semana da diversidade e inclusão social, portanto a interação apresentada ocorreu apenas uma vez durante o ano letivo, não sendo desenvolvida outras ações intergeracionais durante o ano letivo.

Nesta oportunidade, observou-se que outras ações interativas poderiam ser realizadas, visto que as crianças e os velhos demonstraram prazer em ficar juntos, momento este que poderia ter sido melhor aproveitado pedagogicamente com a realização de outras atividades para que a interação entre as gerações fosse estimulada.

Em entrevista a idosa Sra. M<sup>5</sup> relatou, quando questionada sobre seu posicionamento referente as solicitações das escolas para que a UMA realize apresentações em datas comemorativas:

Eu acho que tem muita criança pequenininha que carrega aquele medo do velho [...] se a criança convive com uma professora que diz que deve respeitar o vô e a vó, ela vai respeitara em casa e vai passar isso para os pais [...], mas isso tem que ser de forma contínua.

<sup>5</sup> Sra. M aluna da UMA/UFT [out. 2015]. Entrevistadora: Samara Queiroga Borges Gomes da Costa. Palmas, 2015. Entrevista concedida a aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT

### 5.1.2 Aula Intergeracional com alunos do Centro Educacional São Francisco

Nesta atividade, realizada em maio de 2015, com alunos da Educação Básica do 9º ano e da 1º série da Educação Básica do Centro Educacional São Francisco de Assis, escola privada, participaram de uma aula de Inglês ministrada pela professora da mencionada escola, juntamente com os acadêmicos da Universidade da Maturidade, como parte do Projeto *Care of Someone* da disciplina de Língua Inglesa. Nesta atividade, houve um maior processo de interação, em que os alunos jovens auxiliavam os velhos na aprendizagem de outra língua.

Figura 05: Atividade do Projeto *Care of Someone* na UMA



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 06: Alunos da UMA e do Centro Educacional São Francisco



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Observou-se que a aula transcorreu de forma tranquila, destacando que os idosos estavam muito felizes em compartilhar aquele momento com os jovens, não se observou resistência neste processo de interação por nenhuma das gerações envolvidas, ao contrário, houve um ambiente harmônico em que tanto os jovens quanto os velhos demonstraram querer que outros dias de aulas conjuntas ocorressem. Conforme demonstra relato da aluna da UMA, Sra. M<sup>6</sup>:

A professora de inglês que tem um projeto no colégio São Francisco trouxe quatro ou cinco turmas de jovens, não sei se é no nono ano ou primeiro ano do ensino médio, só adolescentes, ela trouxe esses jovens para aqui, ai cada um pegou um idoso e fez aquela entrevista em inglês, foi muito bom a interação com os jovens. E eles passaram uma tarde aqui com os velhinhos, fizeram cartazes, colocaram na sala umas frases.

Sob a óptica pedagógica em que a Educação Intergeracional é visualizada como uma ferramenta metodológica para propiciar a inclusão social, conceito este defendido nesta dissertação, visualizou-se que o projeto desenvolvido pela professora é muito relevante para a mudança do olhar do jovem para a pessoa velha, o único ponto a se realizar uma ressalva é que tais atividades poderiam ser ampliadas, considerando a qualidade da interação entre as gerações, tais como: a incorporação da intergeracionalidade em outros componentes curriculares além da língua estrangeira, para que todos os membros da comunidade escolar também pudessem interagir e a atividade que atualmente é disciplinar se tornasse interdisciplinar.

### **5.1.3 Realização de palestras para jovens**

Durante o período de observação, em outubro de 2013, a Universidade da Maturidade recebeu convite para que alunos comparecessem à escola para ministrar uma palestra para os jovens. Ao ciclo de palestras promovido pelo Instituto Presbiteriano Educacional e Social (IPES), compareceu o Sr. Osvaldo Marques que ministrou palestra sobre o tema: "A Universidade da Maturidade e a Inclusão Social do Idoso: Envelhecer Inovando" para alunos do 8º ano.

---

<sup>6</sup> A Sra. M é aluna da UMA/UFT [out. 2015]. Entrevistadora: Samara Queiroga Borges Gomes da Costa. Palmas, 2015. Entrevista concedida a aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

A palestra tratou de temas como o envelhecimento com dignidade e a importância da Universidade da Maturidade para propiciar a melhoria da qualidade de vida dos velhos no Tocantins.

Figura 07: Palestra realizada no Instituto Presbiteriano Educacional e Social



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 08: Palestrante da UMA e alunos do Instituto Presbiteriano Educacional e Social



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

#### 5.1.4 Projeto da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi)

O Projeto desenvolvido pela Rede Nacional de Aprendizagem Social e Integração levou à Universidade da Maturidade, jovens na faixa etária de 16 a 18 anos para que passassem uma tarde com os velhos.

Figura 09: Alunos da UMA com jovens do projeto Renapsi



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 10: Atividade do projeto Renapsi na UMA



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

### 5.1.5 Reflexões acerca das atividades intergeracionais

As atividades educativas apresentadas neste item foram analisadas a partir das especificidades das gerações, das consequências da convivência intergeracional e a sua relação com a educação formal sob dois aspectos: a) das crianças e adolescentes; b) dos alunos da Universidade da Maturidade.

#### 5.1.5.1 Reflexões sob as perspectivas das Crianças e adolescentes

Acerca perspectiva das crianças e adolescentes, observou-se que todos os participantes ficaram envolvidos com as atividades apresentadas, bastante curiosos e alguns espantados porque desconheciam a existência de um projeto de extensão direcionado para pessoas velhas. Alguns alunos comentaram: "- Não esperava que a pessoa velha quisesse estudar".

Contudo, essas atividades foram desenvolvidas de maneira pontual, ou seja, não faziam parte de projetos anuais desenvolvidos pela escola, sendo então, ações espaçadas de professores que consideram ser relevante a inserção de práticas intergeracionais para a formação dos educandos e por este motivo inseriram nos planos de aulas as referidas ações. Durante os período de observação, de 2013 a 2015, verificou-se que as escolas que procuram agendar horário na Universidade da Maturidade, normalmente o fizeram uma vez ao ano e com grupos de crianças e adolescentes diversos.

Desta forma, apesar de ter ocorrido a interação das gerações mais novas com as gerações antigas se verificou, com fundamento nos ensinamentos de Vygostky (1999), que a construção intergeracional, por meio das práticas apresentadas, não permitiram que houvesse a possibilidade de reflexões significativas por parte dos mais jovens em decorrência das poucas horas que os mesmos interagiram com os mais velhos. Para Vygostky (1999) é necessidade da existência de instrumentos físicos e abstratos (simbólicos), que intermedie a integração e, a partir desta intermediação, pode-se viabilizar o desenvolvimento do ser humano. Segundo o mesmo autor, como apresentado no item 4 desta dissertação, faz-se necessário considerar três pilares: a) As funções psicológicas possuem um suporte biológico; b) o funcionamento psicológico que se desenvolve a partir das relações entre indivíduo e o meio externo; c) a relação entre homem e mundo e sua mediação por um sistema de símbolos. Destaca-se, ainda, que atividades intergeracionais desenvolvidas de forma esporádica inviabilizam que a criança desconstrua os conceitos elementares que possuem sobre o velho e

desenvolvam conceitos superiores, visto que quando uma criança realiza uma ação uma única vez, esta não é pensada em profundidade, não é refletida.

Por este motivo a importância do professor para a realização da mediação e condução no processo de aprendizagem, de forma contínua, com a inserção de práticas intergeracionais, sendo estas consideradas como ferramentas (tecnologia social), que possibilitem a evolução de um homem meramente biológico, para um homem histórico que respeite a heterogeneidade dos seus semelhantes, principalmente ao se abordar as diferenças entre as gerações.

Para que haja o processo de aprendizagem, a zona de desenvolvimento proximal precisa ser viabilizada várias vezes no intuito de que o aluno atinja a zona de desenvolvimento potencial, por este motivo, como afirmou Vygotsky (1987):

Se eu não sei jogar xadrez, eu não serei capaz de jogar uma partida mesmo que um mestre enxadrista me mostre como. Se eu sei aritmética, mas tenho dificuldade em resolver um problema complexo, uma demonstração imediatamente me guiará à minha própria resolução do problema. Por outro lado, se eu não sei matemática avançada, uma demonstração da solução de uma equação diferencial não fará meu pensamento dar um passo sequer nessa direção. Para imitar, deve haver alguma possibilidade de passar do que eu consigo fazer para o que eu não consigo (VYGOTSKY, 1987, p. 209).

Diante do exposto, ao considerar as atividades intergeracionais desenvolvidas pelas escolas, que foram realizadas sem apresentação de um planejamento que envolva toda a comunidade escolar, não se pode almejar que estas crianças e adolescentes passem por um processo de transformação dos conceitos distorcidos sobre o envelhecimento que lhes foram apresentados, pela sociedade, desde os primeiros anos de vida. Acredita-se que para que ocorra uma mudança comportamental haverá necessidade da realização da mediação do professor que viabilize a interação entre as gerações no processo de aprendizagem. Por estas considerações, atividades isoladas, mesmo com cunho intergeracional, não podem ser consideradas como Tecnologia Social, porque não há continuidade da Educação Intergeracional, visto que esta é construída por uma sequência de várias atividades, isto é, um processo. Uma única ação não possibilita uma concreta reflexão para a construção de indivíduos que compreendam, que desenvolvam competências e habilidades calcadas no respeito a pessoa idosa.

### 5.1.5.2 Reflexões sob as perspectivas dos alunos da Universidade da Maturidade - UMA

Ao se observar o desenvolvimento das atividades sob a perspectiva dos alunos da UMA, considera-se a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, em virtude de que todas as atividades desenvolvidas, ocorreram com o mesmo grupo de indivíduos, no decorrer da execução do Projeto de Extensão da Universidade da Maturidade, o que possibilitou a esta geração *baby boomer*, conhecer as especificidade da sua geração, como também entender o comportamento das outras gerações, além de se ver como parte da sociedade que estão imersos, como sujeito de direitos e deveres e não como um objeto que perdeu o valor e possa ser descartado.

Desta forma, diante da prática contínua de ações intergeracionais, as mudanças comportamentais das gerações mais velhas foram surpreendentes. O primeiro ponto a se destacar foi que os velhos se sentiram valorizados como seres humanos e com desejo de interagir, o que pode ser considerado como positivo, visto que muitos passam por momentos de baixa auto-estima. O segundo ponto foi que as atividades intergeracionais possibilitaram que os velhos sorrissem, cantassem, falassem e principalmente fossem ouvidos.

Neste processo de observação das atividades intergeracionais desenvolvidas na Universidade da Maturidade destacamos o Projeto "Meus Avós são Estrelas" desenvolvidos pelo Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio.

## 6.2 ANÁLISE DE UM PROJETO INTERGERACIONAIS REALIZADO COM PLANEJAMENTO ANUAL NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE

Durante o ano de 2013, o Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio, em parceria com a Universidade Federal da Maturidade, desenvolveu, o Projeto Educacional "Meus Avós são Estrelas", que se fundamentou na concepção de que a integração entre as gerações possibilita mudanças de comportamentais, para todos os indivíduos que se envolvam neste processo de ensino. O projeto foi desenvolvido com crianças de 3 a 4 anos, que fazem parte da Educação Infantil, integrantes da geração Z, com os avós e alunos da UMA que são da geração *baby boomer*. Para tanto, considerou-se que a Educação Intergeracional pode ser uma ferramenta para viabilizar a redução de preconceitos e estereótipos quando o tema é envelhecimento.

Em um país que está aumentando a expectativa de vida, como apresentado no capítulo 2 desta dissertação, tal iniciativa fortalece o entendimento de que por meio de

práticas educativas, pode-se desconstruir e construir novos paradigmas a respeito da inclusão social da pessoa idosa.

O Centro de Educação está situado na quadra 205 Sul, Alameda 15, APM 34, em Palmas, e atende 250 crianças, filhos de Servidores do Poder Judiciário. A estrutura física possui área administrativa, diretoria pedagógica, salas de atendimento às crianças, área de serviço, lavanderia, cozinha e refeitório.

Figura 11: Centro de Educação Infantil Nicolas Quagliariello Vêncio



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

A temática inclusão foi selecionada pelo professores do centro para ser desenvolvida, durante o ano, por todos os alunos, ficando acordado que cada turma abordaria uma especificidade do tema escolhido. A professora Maria Áurea Alves Rocha, da Turma do 1º Período "A", percebeu que as crianças, por meio de falas no cotidiano, valoravam bastante a figura dos avós e, por este motivo, resolveu abordar o envelhecimento com o objetivo de reduzir os preconceitos negativos sobre o tema.

### **6.2.1 Ações desenvolvidas pelo Projeto "Meus Avós são Estrelas":**

#### **6.2.1.1 Escolha do nome da Turma**

Após várias sugestões as crianças escolheram que o nome da Turma era Sabedoria.

### 6.2.1.2 Escolha do nome da boneca que simbolizava as avós dos alunos

Esta ação ocorreu de forma participativa por meio de conversa com as crianças, num primeiro momento cada aluno sugeriu o nome da sua própria avó, por este motivo a Professora Áurea realizou um sorteio e foi selecionado o nome de Tereza, que é o nome da mãe da professora.

A boneca foi confeccionada, com cabelos pretos, para simbolizar as atividades intergeracionais que seriam desenvolvidas durante todo o ano de 2013. Ao apresentar a boneca, uma das crianças fez a seguinte observação: "- Áurea, sua mãe tem cabelos brancos, então precisamos pintar o cabelo da vovó". Por este motivo a professora trocou os cabelos da boneca.

Figura 12: Boneca símbolo do Projeto “Meus avós são estrelas”



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

### 6.2.1.3 Experiência Culinária com uma avó

A professora da turma da sabedoria convidou uma avó para que componentes curriculares da Educação Infantil fossem trabalhados durante a realização de procedimentos culinário, neste contexto além do português, da matemática, o respeito ao idoso e a percepção de que ele possui conhecimentos que podem ser ensinados foi trabalhado durante toda a atividade.

Figura 13: Atividade Culinária com uma avó



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

Figura 14: Interação Intergeracional durante atividade Culinária



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

#### 6.2.1.4 Festejos Juninos

Na realização dos festejos juninos da escola foram arrecadados materiais de limpeza para serem doados ao Asilo João XXII, localizado no município de Porto Nacional, estado do Tocantins.

Durante os preparativos desta festa, o tema envelhecimento foi abordado com enfoque para a explicação do que era um asilo e como as pessoas velhas ficavam internadas nestas instituições. Neste contexto, uma das crianças disse: "- Os avós foram para o abrigo

porque os filhos e netos não querem dar carinho e eles foram abandonados, coitadinhos. É igual o livro "Quero Ter Avós" porque a menina adota muitos velhinhos."

#### 6.2.1.5 Apresentação de teatro dedochê

Apresentação de Teatro dedochê por aluna da Universidade da Maturidade para crianças da Educação Infantil durante a execução do projeto "Meus avós são estrelas".

Figura 15: Apresentação do Teatro dedochê



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

As crianças ficaram encantadas, como também os alunos da Universidade da Maturidade. Houve contação de histórias infantis, brincadeiras e muita diversão com a integração das gerações. Quando se perguntou a uma das crianças o que os alunos da UMA estavam fazendo na escola, ele disse: "-Eles vieram falar de coisas antigas, e eles já são bem velhinhos, falaram das brincadeiras de corre cutia, passar o anel."

#### 6.2.1.6 Chá da Vovó

Foi realizado o Chá da Vovó, momento em que a aluna da UMA foi convidada para realizar exposição de seus quadros e demonstrar como fazer pintura em telas. Foi uma tarde de interação das crianças com seus avós, em que brincadeiras antigas foram resgatadas.

Figura 16: Exposição de quadros da aluna da UMA



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

Figura 17: Entrega de quadro durante o chá da vovó



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

Figura 18: Homenagem a vovó da UMA



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

As crianças gostaram muito da vovó, dos ensinamentos, dos quadros expostos e neste contexto se percebeu a ocorrência de muitos gestos carinhosos e algumas crianças que ainda estavam retraídas, melhoraram a interação com pessoas mais velhas.

#### 6.2.1.7 Construção de texto coletivo

Em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, na data de 1º de outubro, os alunos da turma da Sabedoria, construíram o seguinte texto coletivo:

Hoje é o dia Internacional do Idoso, gostaríamos de desejar a todos os velhos muito amor, felicidade, carinho, beijos e abraços.  
 Que os motoristas esperem eles entrarem no ônibus, que as pessoas deixem eles pegarem um pouco de dinheiro no banco e preferência para passar.  
 Os avós merecem dormir bem e sonhar.  
 Os avós merecem muitos chás.

Neste texto, percebe-se o quanto os alunos da Educação Infantil passaram a compreender o idoso como pessoas que integram a sociedade e que os mesmos possuem direitos que precisam ser respeitados por todos.

### 6.2.1.8 Jogos Internos

Para a realização dos jogos internos do Centro de Educação Infantil, as crianças, da Turma da Sabedoria, escolheram uma frase para representar a terceira idade: Vovô e vovó... pais duas vezes, ontem e hoje.

Figura 19: Frase escolhida pela Turma da Sabedoria durante os Jogos Internos



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

### 6.2.1.9 Construção de uma lista com os direitos dos avós

Após o desenvolvimento de várias atividades que relataram os direitos, como também a importância da pessoa velha para a sociedade, foi sugerido que as crianças dissessem quais seriam os direitos básicos que todos os avós deveriam ter garantidos, a partir desse diálogo foram criados doze direitos para avós.

- 1 - Assistir televisão;
- 2 - Andar de trator;
- 3 - Tirar leite da vaca;
- 4 - Viajar de avião, carro, moto e de ônibus;
- 5 - Fazer comida gostosa para os netos;
- 6 - Passear com os netos no shopping;
- 7 - Montar no boi;
- 8 - Fazer surpresa para os netos;

- 9 - Dormir com os netos;
- 10 - Receber carinho dos netos;
- 11 - Dar abraços e beijos nos netos;
- 12 - Comer pizza com os netos.

Durante o desenvolvimento do projeto, as crianças também expressaram o que aprenderam durante todo o ano letivo:

"- Gostei de participar do chá da vovó. Fazer o canteiro e molhar as plantinhas."

"- Cuidar das avós é a primeira coisa que aprendi. Ouvir, dar carinho e respeitar."

"- Minha mãe viu a vaga do idoso lá no shopping e ela respeitou."

"- Gostei de ver meus colegas dançando no palco a música "vovó gatinha"."

"- Gostei de danças a música da vovó."

"- Os velhinhos bem velhinhos, não gostam de tomar banho, porque a pele fica fina e eles sentem frio."

"- Eu gostei de pintar a caixa de suco para colocar flores e do chá da vovó."

"- Os avós vieram para falar das coisas antigas, brincadeiras e coisas."

"- Gostei de plantar as plantinhas de fazer remédios e pintar as caixinhas."

"- Gostei de plantar e de fazer o cofre com a dona Ione."

"- Gostei de molhar as plantinhas e de pintar a tela no Chá da Vovó."

"-Achei legal que existem avós para todo mundo."

### **6.2.2 Reflexão sobre o Projeto Meus Avós São Estrelas**

O Projeto Meus Avós são Estrelas foi desenvolvido no ano de 2013, provocando mudanças comportamentais nas crianças no que se refere ao tema envelhecimento, paradigmas sobre a concepção do que é velho foi desconstruído e construído, os pais relataram que muitas das crianças ficaram mais amorosas com os avós, estreitando mais o relacionamento entre eles. Constatou-se que, conforme Vygostky (1999), o homem não é formado apenas pelo aspecto biológico, a sua personalidade é edificada com a vivência, com a interação, com a absorção da cultura do meio em que vivem, por este motivo a importância da Educação Intergeracional, como ferramenta para facilitar a convivência entre as diferentes gerações.

Destaca-se que o desenvolvimento de atividades entre gerações, também foi realizado no ano de 2014. Ao ser convidada para ministrar aulas para os alunos 2ª Período,

com o mesmo grupo de alunos que havia desenvolvido o Projeto Meus Avós são Estrelas no ano anterior, a professora Áurea, ao assumir a turma, percebeu que as crianças não estavam com o desenvolvimento da leitura de forma adequada, então resolveu utilizar a Educação Intergeracional como ferramenta para resolver o problema da alfabetização que foi diagnosticado. Tal tecnologia foi apontada em decorrência de que no ano anterior houve excelente aceitação pela comunidade escolar das práticas educativas desenvolvidas.

Destaca-se que as crianças ficaram entusiasmadas em as realizar atividades intergeracionais propostas o que facilitou com que a professora mediasse a alfabetização das crianças.

No ano de 2015, as atividades intergeracionais continuaram a ser praticadas na comunidade escola, no qual destacamos dois eventos que tiveram a participação dos acadêmicos da UMA:

Primeiro - Atividades realizadas no Carnaval/ 2015.

Figura 20: Alunos da UMA no Carnaval/2015 no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 21: Alunos da UMA no Carnaval/2015 interagindo com as crianças da Educação Infantil



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Segundo - Atividade realizada no Dia Mundial do Brincar, comemorado no dia 28 de maio de 2015, em que houve muita alegria e diversão durante brincadeiras as crianças com os acadêmicos da Universidade da Maturidade.

Figura 22: Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio



Fonte: acervo do Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio

Figura 23: Comemoração do Dia Mundial do Brincar com crianças da Educação Infantil



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 23: Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar interagindo com as crianças da Educação Infantil



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 24: Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

Figura 25: Alunos da UMA no Dia Mundial do Brincar no Centro de Educação Infantil Nícolas Quagliariello Vêncio



Fonte: acervo da Universidade da Maturidade - UMA/UFT

As atividades intergeracionais apresentadas neste item foram realizadas a partir do planejamento anual da escola, com a participação de toda a comunidade escolar: os professores, familiares, direção da escola, além dos acadêmicos da Universidade da Maturidade. Um projeto foi construído de forma participativa e desenvolvido de forma interdisciplinaridade e transdisciplinaridade durante todo o ano letivo. Destacando-se que a Educação Intergeracional passou a ser utilizada como Tecnologia Social nas atividades educativas.

Nesta experiência apresentada, percebe-se que o desafio para o professor é viabilizar para o aluno as condições adequadas para que ele perceba a pessoa idosa como parte, a criança necessita aprender a enxergar o outro e não apenas a si mesmo.

Para se alcançar tal amadurecimento cognitivo, o professor realiza a mediação, por meio de ações, entre gerações, que permitam que a criança passe pela zona de desenvolvimento proximal e chegue a zona de desenvolvimento potencial e desta forma alcance a aprendizagem. Destacando que para crescer, aprender e construir o conhecimento o ser humano precisa interagir, por meio de práticas, viabilizadas pela interação, e tal entendimento é o fundamento norteador compreender a Educação Intergeneracional como Tecnologia Social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera uma população envelhecida quando a proporção de pessoas com 60 anos ou mais atinge 7% com tendência a crescer. Conforme o Censo Populacional de 2000, os brasileiros com 60 anos ou mais já somam 14.536.029 indivíduos, representando 8,6% da população total. De acordo com as projeções da OMS, entre 1950 e 2025, a população de idosos no país crescerá dezesseis vezes contra cinco vezes a população total, o que nos colocará, em termos absolutos, como a sexta população de idosos do mundo (COSTA *et al apud* KELLER *et al.*, 2002, p. 1513-1520).

Diante das necessidades específicas que vai aumentando durante o processo de envelhecimento, os indivíduos maiores de 60 anos necessitam de maior proteção, tanto no setor público como no privado, por estarem vivendo uma fase da vida repleta de fragilidade. O aumento da expectativa de vida atrelada a coexistência de várias gerações de forma pacífica constituem um desafio às políticas públicas porque perpassa e ingressa nas relações sociais e principalmente nas familiares. (REIS, 2013).

Com o avanço das tecnologias e da melhoria das condições de vida humana, o século XXI está se caracterizando pelo fenômeno do envelhecimento populacional, com previsão de que o quantitativo de idosos ultrapassará o de jovens, o que implica necessidade de mudança comportamental e em um olhar diferenciado para o envelhecer, principalmente no processo de formação de professores que irão atuar na Educação Básica.

Diante desta nova conjuntura social, reflete-se sobre o papel da escola no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem e abordagem da temática intergeracionalidade no intuito de desconstruir paradigmas no tocante à pessoa idosa, porém este processo de transformação perpassa pela necessidade de fomentar na escola a Educação Intergeracional como Tecnologia Social que possibilita a aproximação da criança com indivíduos de outras gerações e integre o desenvolvimento de cada ser com a compreensão do que é viver em uma sociedade heterogênea. Estas discussões são necessárias, devido ao envelhecimento população que está atingindo a humanidade.

O ser humano não nasce pronto, o amadurecimento cognitivo é adquirido ao longo dos anos, contudo esta evolução não acontece apenas em aspectos biológicos, pois influenciará, neste processo, as características históricas e sociais, nas quais o indivíduo estiver imerso. Durante o processo evolutivo, para aquisição do conhecimento, destaca-se a importância da instituição escola, agente transformador da sociedade, responsável pela

construção de cidadãos críticos, em especial a figura do professor, enquanto mediador que irá possibilitar que o indivíduo atinja a zona de desenvolvimento potencial com maior facilidade.

Neste contexto, dentre as Diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura para a Educação Básica, a escola assume o papel na garantia dos Direitos Humanos, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino e na criação de espaços e tempos promotores da cultura que resguardem tais direitos.

Esta concepção emerge do princípio de que é no ambiente escolar que as práticas de Direitos Humanos são primordiais e que devem estar presentes na elaboração do projeto político pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos, quanto na formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação (BRASIL, 2013). Dentre estes direitos, destaca-se o da pessoa idosa, os quais têm por base, a compreensão das concepções referentes à faixa geracional e envelhecimento humano.

Para que essas diretrizes possam ser desenvolvidas no processo ensino/aprendizagem, faz-se necessário que ocorra, entre os educandos, a reconstrução de paradigmas que embasam a concepção do processo de envelhecimento para que estereótipos sejam desmistificados desde os primeiros anos de vida da criança.

Diante da relevância da temática referente ao envelhecimento ser trabalhada na educação formal, o planejamento das atividades educativas da escola precisará ser construído e desenvolvido durante o ano de forma conjunta, isto é, com o envolvimento da comunidade escolar. Por este motivo o profissional da educação precisará estar bem preparado para que compreenda os componentes curriculares por meio de perspectivas intergeracionais.

Para tanto, apresenta-se como ferramenta a Tecnologia Social e a Educação Intergeracional. Esta associação da Tecnologia Social à Educação, é o que Gadotti (1998) denomina de pedagogia da *práxi*, porque propõe ações futuras fundamentadas em conceitos que transformem o indivíduo e, conseqüentemente, a sociedade em que estão inseridos, possibilitando que ocorra a inclusão social daqueles estão esquecidos, como é o caso dos idosos, que quando chegam a determinada idade parecem que se tornam invisíveis, quando não são considerados um estorvo dentro da família ou entrou âmbitos sociais.

Novas tecnologias são utilizadas para a formação de sujeitos críticos, destacando que, segundo Gadotti (1998), Paulo Freire, fez uso da Tecnologia Social ao abordar o protagonismo da comunidade, como também a educação comunitária, que trata dos movimentos sociais e populares que lutam pelos direitos civis e contra a discriminação. No âmbito educacional, a utilização desta ferramenta tecnológica objetiva que comunidades

excluídas possam, a partir dos saberes adquiridos por meio da cultura e da história dos indivíduos, transformar-se em pessoas capazes de superar a exclusão social.

Apresenta-se, então, um grupo de excluídos sociais, que no decorrer das últimas décadas vem aumentando significativamente. Como proposta que possa possibilitar da inclusão social deste grupo, está a Educação Intergeracional como Tecnologia Social que, ao ser, utilizada na Educação Básica, poderá transformar concepções que estão encravadas no subconsciente das pessoas de que o que é velho é ruim, está ultrapassado ou que deve ser eliminado, descartado.

Para tanto, propõe-se que a utilização esporádica, por alguns professores, sem o envolvimento da comunidade escolar, de atividades intergeracionais, não pode ser considerado como tecnologia social, visto que para que esta seja definida como tal, é necessário que seja uma ferramenta que possibilite a inclusão social de uma classe, que seja transformadora e que forme cidadãos com concepções de respeito considerando as diferenças e especificidades do outro e garantido a dignidade do indivíduo independente da geração a que pertença.

No intuito de demonstrar a relevância da Educação Intergeracional como Tecnologia Social, realizou-se um estudo na Universidade da Maturidade, que é um Projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins e que a uma década desenvolve com os seus alunos a Educação Intergeracional como Tecnologia Social, possibilitando que pessoas idosas se redescubram, que se vejam como cidadãos dignos, detentores de direitos e deveres, além de ensinar que a geração *baby boomer* não pode ter seus conhecimentos, adquiridos ao longo de uma vida, descartados. Por este motivo, constantemente são realizadas atividades entre gerações diversas, permitindo que crianças, adolescentes, jovens e velhos percebam que apesar de possuírem diferentes características físicas e, principalmente, históricas e culturais, mas que podem realizar trocas de conhecimentos e conviverem sem conflitos.

Para tanto, por meio da Educação Intergeracional, novas concepções a respeito do envelhecimento podem ser construídas nas escolas para que cada indivíduo, independente da geração a que pertença, seja considerado como um todo, com respeito as suas especificidades e a preservação da sua dignidade. A convivência de diferentes gerações no mesmo ambiente histórico social está ocorrendo pela primeira vez na humanidade e este fenômeno, caso haja omissão da escola no desenvolvimento de atividades que trabalhe competências e habilidades de respeito ao outro, pode acarretar aumento significativo dos casos da violência entre as gerações continuarão a aumentar.

A reflexão, a qual possibilita a mudança de atitude em relação a pessoa idosa, pode ser viabilizada por meio de práticas intergeracionais, visto que a convivência, mediada por professores que possuam entendimento do seu papel como formador de cidadãos críticos permite que as gerações se conheçam e que se enxergue o outro com respeito, mesmo que pertença a gerações diversas.

Em suma, os conflitos entre gerações não podem ser minimizados sem antes ocorrer uma compreensão da heterogeneidade dos grupos sociais e do respeito às diferenças de cada geração e é a partir deste ponto que há a possibilidade do diálogo e da redução no quantitativo da violência contra os mais velhos. O diálogo entre as gerações, facilitado por ações educativas, possibilita, por meio da interação e mediação dos professores com foco na Educação Intergeracional, benefícios no desenvolvimento de ações/atividades pedagógicas e contribui para o desenvolvimento das relações interpessoais ao possibilitar, também, vivências de diversos modos de pensar, de agir e de sentir e a renovação de opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologia na escola: criação de redes de conhecimentos**. 2005.

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond. 16ª ed. São Paulo: EDUC, 2012.

ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liberlivros, 2005.

ANDRÉ, Marli (org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papirus, 2001.

AWAD, Fahd. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. Just. do Direito. Passo Fundo. V. 20. N.1, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice A Realidade Incômoda**. vol I. DIFEL/ Difusão Editorial S.A. São Paulo. 1976.

BOBBIO, Noberto. **O Tempo da Memória**. In: De senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro, 1997.

BARROSO, João. **O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas**. Educ. Soc. Campinas, vol 26, n. 92, Especial. out. 2005.

BAUER, M. W., GASKELL, Soares & ALLUM, Nicholas C. **Qualidade, Quantidade e Interesses do Conhecimento: Evitando Confusões**. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, Nicholas C. (org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e som: um manual prático. Petrópolis: VOZES, 2002

BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia. In: CATTANI, Antonio; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

BECKER, Cássio Luciano; GOMES, Gilmar. **Tecnologias sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável** / Rosa Maria Castilhos Fernandes, Ana Lúcia Suárez Maciel (organizadoras). Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.

BELLO, Angela Ales. **A fenomenologia do ser humano**. Traços de uma filosofia do feminino. Trad. de Antônio Angonese. Bauru, São Paulo. Edusc, 2000

BLOOM, D. E. *et al.* **Capturing the Demographic Dividend: Source, Magnitude and Realization**. In *One Billion People, One Billion Opportunities: Building Human Capital in Africa*, edited by A. Soucat and M. Ncube. African Development Bank. Washington, DC: Communications Development Incorporated, 2014.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 1994.

BRAGA, Pérola Melissa Viana. **Curso de Direito do Idoso**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2011.

BRASIL.: Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, Brasília, 2013

BRASIL, **Decreto nº 1.948**, 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 jul. 1996. p.1227.

BRASIL, **Lei 8.842**, 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jan. 1994. p.77.

BRASIL, **Lei 10.741**, 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília. 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2014.

CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARBONARI, Maria Elisa E. PEREIRA, Adriana Camargo. **A Extensão Universitária no Brasil, do Assistencialismo à Sustentabilidade**. Revista de Educação, v. 10, n. 10, 2007.

CARVALHO, Marília Gomes de. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. **Revista Educação & Tecnologia** 1, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COLE, M. Culture and development. In H. Keller, Y. H. Poortinga & A. Schölmerich (Orgs.), **Between culture and biology: perspectives on ontogenetic development** (pp. 303-319). Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

COSTA, Elisa Franco de Assis; PORTO, Celmo Celso; SOARES, Aline Thomaz. Envelhecimento populacional brasileiro e o aprendizado de geriatria e gerontologia. **Revista da UFG - Tema MELHOR IDADE Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano V, No. 2, dezembro de 2003**.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara. JM Editora, 1998.

CUNHA, Maria Isabel da. **Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara. Junqueira & Martins, 2006.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio C.; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o Marco Analítico Conceitual da Tecnologia Social**. In: DE PAULO, A. *et al.* Tecnologia Social: Uma Estratégia para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

D'ANDRÈA, F. F. **Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: USP/Fapesp, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A Antropologia e o Estudo dos Grupos e das Categorias de Idade**. Velhice ou Terceira Idade? 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEBERT, Guita Gin. OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro de. **Os Conselhos e as Narrativas sobre a Velhice**. In Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: repertórios e implicações de um processo democrático / Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Neusa Pivatto Muller, Adriana Parada (Orgs.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Educ. Soc. Campinas**, v. 34, n 124, jul-set, 2013.

EGGERT, Edla; *et al* (Org.) **Trajetórias e processos de ensinar e aprender**: didática e formação de professores. Porto Alegre. EDIPCURS, 2008.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Estudo aponta Suíça como melhor país do mundo para idosos**. 09 de setembro de 2015. Disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,suica-e-o-melhor-pais-do-mundo-para-idosos--diz-estudo,1758699>, acesso em: 14/09/2015.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude. Soc. estado.**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, Aug. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922010000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Aug. 2015.

FERNANDES, F. S. **As pessoas idosas na legislação brasileira**. Direito e Gerontologia. São Paulo: LTR. 1997.

FERNANDES, R. M. C.; MACIEL, A.L.S. Caminhos das Tecnologias Sociais - reflexões iniciais. In: **Revista Primeiro Pano**. Responsabilidade e Sustentabilidade. n. 20, janeiro de 2011.

FERRARI, Afonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, McGraw-Hill, 1982.

FERRAZ, Valença Carolina. LEITE, Glauber Salomão. **Sobre o Direito à Liberdade da Pessoa Humana**. Estatuto do Idoso. Dignidade Humana como Foco. . Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. p. 79 - 87.

FRANÇA Lucia Helena; SOARES, Neusa Eiras. **A Importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice**. In: VERAS, Renato Peixoto. (org.). Terceira Idade: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UnATI-UERJ, 1997.

FREITAS, Maria Célia de *et al* . Perspectivas das pesquisas em gerontologia e geriatria: revisão da literatura. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 10, n. 2, p. 221-228, Apr. 2002 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692002000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692002000200015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10/02/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO DA POPULAÇÃO DAS NAÇÕES. **Envelhecimento do Século XXI: Celebração e Desafio – Resumo Executivo**. Nova York: UNFPA, 2012.

GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GATTI, Bernardete. A.; BARRETO, Elba S. de S. (Org.) **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIACOMIN, Karla Cristina. **Panorama dos 10 anos do Conselho dos Direitos do Idoso**. In Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: repertórios e implicações de um processo democrático / Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Neusa Pivatto Muller, Adriana Parada (Orgs.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

GIORGI, A. **Phenomenology and psychological research**. Pittsburgh: Dusquene University, 1985.

GUIMARÃES, Selma G. (Org.) **Professor Reflexivo no Brasil - gênese e crítica de um conceito**. São Paulo. Cortez, 2002.

GOLDENBERG, M. *Coroas: Corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Org.: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GROISMAN, Daniel. **Velhice e história: perspectivas teóricas.** In: Envelhecimento e Saúde Mental: uma aproximação multidisciplinar. *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, IPUB/UFRJ, n. 10, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA – IBOPE *mídia*. Disponível em: [http://www4.ibope.com.br/download/geracoes%20\\_y\\_e\\_z\\_divulgacao.pdf](http://www4.ibope.com.br/download/geracoes%20_y_e_z_divulgacao.pdf). Acesso em: 05/07/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. **Característica da População e dos domicílios.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793>. Acesso em: 10/02/2015.

ISTOÉ. **Geração Zapping**, 18/7/2001, p. 83.

IWAKURA, Mariana. **Quantas pessoas já viveram no planeta Terra?** Revista Super Interessante. Ed. 2010. Fev. 2005.

JAPIASSU, H. **Nascimento e morte das ciências humanas.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1975b.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos.** Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo. Editora 34. 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNIO, José Carlos. **Reflexividade e Formação de Professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro?** In: PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEHR, Úrsula. **A Revolução da Longevidade**: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. Estudos Interdisciplinares e Envelhecimento, Porto Alegre, v. 1, p. 7-36, 1999.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16ª ed. Edição Revista, Atualizada e Ampliada. Editora Saraiva. São Paulo, 2012.

LOIOLA, Rita. Geração Y. **Revista Galileu**. São Paulo, n. 219, p. 50-53, out. 2009.

LOMBARDIA, P. G. **Quem é a geração Y?** *HSM Management*, n.70, p.1-7. set./out. 2008.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. In: **Revista Española de Investigaciones Sociológicas** (REIS), n. 62, p. 145-168, 1993[1928].

MALTEMPI, Maria Ângela Cabatilha de Souza. **Co-educação**: uma proposta intergeracional. In II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Pesquisa Universitária. Vol 02. Nº 2. Presidente Prudente. 2006.

MCCRINDLE, Mark. **The A B C of X Y Z**. 3ª ed. McCrindle Research Pty Ltd A39, 24 Lexington Drive Bella Vista NSW 2153 AUSTRALIA, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo 2008 (Mundo do Trabalho).

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa *et al* . **A situação social do idoso no Brasil**: uma breve consideração. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 18, n. 4, Dec. 2005.

MILLER, J. G. (1999). **Cultural psychology**: implications for basic psychological theory. *Psychological Science*, 10(2), 85-91.

MILLER, J. G. (2002) **Integrating cultural, psychological and biological perspectives in understanding child development**. In H. Keller, Y. H. Poortinga & A Schölmerich (Orgs.), *Between culture and biology: perspectives on ontogenetic development* (pp. 136-155). Cambridge: Cambridge Press University.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia científica** aplicada ao Direito. São Paulo: Thomson, 2002.

OSÓRIO, Neila Barbosa. Universidade da Maturidade. 2004. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/uma/sobre/>. Acesso em: 03/01/2015.

PAULINO, Raquel. **De X a Alpha**: entenda as gerações dos últimos 50 anos, especial para o iG São Paulo, 02/06/2014. Disponível em: <http://delas.ig.com.br/filhos/2014-06-02/de-x-a-alpha-entenda-as-geracoes-dos-ultimos-50-anos.html>. Acesso em: 10/05/2015.

PESCE, Lucila; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. **Pesquisa qualitativa**: considerações sobre as bases filosóficas e os princípios norteadores. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade. Salvador. v. 22, nº. 40, p. 19-29. jul./dez. 2013.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. **A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: grupos e linhas de pesquisa**. Ciência. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-67, 2004.

PRIORI, Ângelo. Universidade e Desenvolvimento Regional. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 77. Ano VII, 2007.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **A Velhice no Século XXI**. Estatuto do Idoso - Dignidade Humana como Foco. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. p. 14 - 29.

REZENDE, Antonio Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação**. Coleção Polêmicas do nosso tempo. Vol. 38. Cortez Editora. São Paulo. 1990.

REIS, Léa Maria Aarão. **A nova velhice**. dez anos do conselho nacional do idoso. Brasília. Secretaria de Direitos Humanos. 2013.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RULLI NETO, Antônio. **Proteção legal do idoso no Brasil**: universalização da cidadania. São Paulo: Fiuza, 2003.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. 4ª ed. MCGrow-HILL. 2006,

SANTIN, Janaína Rigo. **Princípio da Dignidade Humana e Direitos dos Idosos no Brasil. Estatuto do Idoso** - Dignidade Humana como Foco. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. p. 69 – 78.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 174p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Expansão do Ensino Superior: Contextos, desafios, possibilidades**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA, Renata. **Apostila de metodologia científica**. Brusque: ASSEVIM – Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim, fev. 2008.

SILVA, Tomaz T.(organizador). **Identidade e diferença** - a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, Ana Maria Viola de. **Tutela jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar**. São Paulo: Alínea, 2004.

SOUZA, Sonia. **Um outro olhar: Filosofia**. São Paulo: FTD, 1995.

TOOBY, J., & COSMIDES, L. (1992). **The psychological foundations of culture**. In J. Tooby & L. Cosmides (Orgs.), *The adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture* (pp. 19-127). New York: Oxford University Press.

TAPSCOTT, D. **Geração Y vai dominar força de trabalho**. ITWEB. 2008. Disponível <http://www.itweb.com.br/noticias/index.asp?cod=48473>. Acesso em 25/01/2015.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

ULRICH, J. **GenXegesis: essays on alternative youth**. Madison: The University of Winsconsin Press, 2004. Disponível em:

[http://books.google.com/books?id=v10ZUR\\_Ca3EC&lpg=PA3&pg=PA3#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=v10ZUR_Ca3EC&lpg=PA3&pg=PA3#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 12/01/2015.

VALADÃO, José de Arimatéia Dias; ANDRADE, Jaqueline Amantino de; CORDEIRO NETO, José Raimundo. **Abordagens Sociotécnicas e os Estudos em Tecnologia Social**. Pretexto. v. 15. nº 1. Belo Horizonte, 2014.

VEJA. **Edição Especial**: Jovens, São Paulo, v. 34, n. 38, set. 2001.

VELOSO, Elza Fátima Rosa; SILVA, Rodrigo Cunha da; DUTRA, Joel Souza. **Diferentes gerações e percepções sobre carreiras inteligentes e crescimento profissional nas organizações**. Rev. bras. orientac. prof, São Paulo , v. 13, n. 2, dez. 2012 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902012000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 fev. 2015.

VICENTE, Paulo; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 14ª edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Método, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A. Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. (1987). **Thinking and speech** (N. Minick, Trans.). In R. W. Rieber & A. S. Carton (Eds.), *The collected works of L. S. Vygotsky: Vol. 1. Problems of general psychology* (pp. 39-285). New York: Plenum Press. (Original publicado em 1934).

WILLIAN, Strauss; NEIL, Howe. Generations. William Morow. **Estados Unidos da América**. 1992.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

**ANEXO A – TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS POR ANO E POR SEXO (PALMAS TOTAL)**



Estado do Tocantins  
Secretaria da Segurança Pública  
Diretoria de Inteligência e Estratégia  
Gerência de Inteligência, Análise e Estatística

**SEGURANÇA PÚBLICA EM NÚMEROS**  
Estatística Criminal - Registros Policiais

**Violência contra o Idoso (acima de 65 anos) - Palmas**  
Período: 2009/2014

**Tabela 1 - Distribuição das Vitimas por Ano e por Sexo (PALMAS Total)**

Crime	Sexo	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estupro	F	-	-	-	1	-	1
	M	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	1	-	1
Ameaça	F	7	5	15	9	3	7
	M	17	26	14	15	22	17
	Total	24	31	29	24	25	24
Lesão corporal culposa no trânsito	F	2	1	2	5	6	10
	M	1	7	8	16	9	20
	Total	3	8	10	21	15	30
Lesão corporal dolosa	F	-	-	1	1	-	3
	M	4	-	3	-	-	1
	Total	4	-	4	1	-	4
Outras lesões corporais culposas	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	1	-	-	3	1
	Total	-	1	-	-	3	1
Outros crimes resultantes em lesão corporal	F	-	1	2	-	-	-
	M	2	3	7	4	4	-
	Total	2	4	9	4	4	-
Furto a transeunte	F	-	-	-	-	2	-
	M	-	1	-	2	-	-
	Total	-	1	-	2	2	-
Roubo a transeunte	F	1	-	1	1	3	2
	M	2	1	8	3	1	4
	Total	3	1	9	4	4	6
Homicídio culposo no trânsito	F	-	1	-	-	-	2
	M	-	1	-	3	1	2
	Total	-	2	-	3	1	4
Homicídio doloso	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	3	-	1	-
	Total	-	-	3	-	1	-
Mortes a esclarecer	F	-	2	-	2	1	3
	M	-	3	1	2	2	1
	Total	-	5	1	4	3	4
Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	2	-	-	-	-
	Total	-	2	-	-	-	-
Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)	F	-	-	-	1	2	1
	M	1	1	-	-	-	3
	Total	1	1	-	1	2	4
Roubo seguido de morte (latrocínio)	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	1
	Total	-	-	-	-	-	1

Fonte: Secretaria da Segurança Pública/Gerência de Inteligência, Análise e Estatística/Unidades Policiais.

**ANEXO B – TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS POR ANO E POR SEXO  
(DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO - DEPI)**



Estado do Tocantins  
Secretaria da Segurança Pública  
Diretoria de Inteligência e Estratégia  
Gerência de Inteligência, Análise e Estatística

**Tabela 2 - Distribuição das Vítimas por Ano e por Sexo (Delegacia de Proteção ao Idoso - DEPI)**

Crime	Sexo	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Estupro	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
Ameaça	F	3	3	13	6	2	-
	M	14	14	12	11	17	13
	<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>13</b>
Lesão corporal culposa no trânsito	F	1	-	-	-	-	-
	M	1	3	1	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	-	-	-
Lesão corporal dolosa	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
Outras lesões corporais culposas	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	1	-	-	3	1
	<b>Total</b>	-	<b>1</b>	-	-	<b>3</b>	<b>1</b>
Outros crimes resultantes em lesão corporal	F	-	1	2	-	-	-
	M	2	3	7	4	4	-
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	-
Furto a transeunte	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	1	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	<b>1</b>	-	-
Roubo a transeunte	F	1	-	-	-	1	-
	M	2	-	-	-	1	1
	<b>Total</b>	<b>3</b>	-	-	-	<b>2</b>	<b>1</b>
Homicídio culposo no trânsito	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
Homicídio doloso	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
Mortes a esclarecer	F	-	1	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	<b>1</b>	-	-	-	-
Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-
Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)	F	-	-	-	1	2	1
	M	1	1	-	-	-	3
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
Roubo seguido de morte (latrocínio)	F	-	-	-	-	-	-
	M	-	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria da Segurança Pública/Gerência de Inteligência, Análise e Estatística/Unidades Policiais.

## ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Dados de identificação

Título do Projeto: \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável: Samara Queiroga Borges Gomes da Costa

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal do Tocantins

Telefones para contato: \_\_\_\_\_

Nome do voluntário: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ anos R.G. \_\_\_\_\_

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa sobre a temática Educação Intergeracional como Tecnologia Social da pesquisadora Samara Queiroga Borges Gomes da Costa, mestranda em Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT sob a Orientação da Profª Dra. Neila Barbosa Osório.

Projeto possui como objetivo principal a pesquisa sobre a eficácia do princípio da Educação Intergeracional como Tecnologia Social. Ressalta-se que: a participação é voluntária e que este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo; com garantia da confidencialidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável por  
obter o consentimento

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha